

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

GLAUCIANE REIS TEIXEIRA

**O DESVELAR DO SILÊNCIO EM *COIVARA DA MEMÓRIA*,
DE FRANCISCO DANTAS**

**PORTO ALEGRE
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA**

GLAUCIANE REIS TEIXEIRA

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. GÍNIA MARIA DE OLIVEIRA GOMES

**O DESVELAR DO SILÊNCIO EM *COIVARA DA MEMÓRIA*,
DE FRANCISCO DANTAS**

Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2010**

À minha família pelo apoio, incentivo e compreensão: Mãe, Pai, Mano, Mana, Charles, alicerces, vigas e laje, do meu plano espiritual.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela orientação espiritual, especialmente nos momentos de crise.

A Santo Expedito, padroeiro dos estudantes e das causas impossíveis, pela conclusão dessa etapa.

À minha orientadora, Gínia Maria Gomes: em primeiro lugar, por aceitar sem restrições o meu projeto de pesquisa; em segundo lugar, pela preocupação e dedicação que amenizaram a distância.

Ao professor Ricardo Ferreira do Amaral não apenas pela iniciação no universo romanescos de Francisco J. C. Dantas, e, conseqüentemente na vida acadêmica, mas especialmente pelo incentivo, auxílio durante a escrita dessa dissertação.

Aos professores e amigos dos cursos de pós-graduação da UFRGS e PUC-RS.

A Canísio pela atenção, carinho e paciência.

Com grande gratidão agradeço a maravilhosa amiga Neiva Krampp Garcia pela acolhida, pelo carinho e pela coragem de hospedar-me (e aos meus avessos).

Ao meu irmão, também pela gentileza de hospedar-me e pela paciência de ouvir meus desabafos.

Ao Carlos André, Camila e Pedro dos Santos, trio fantástico.

A meu pai e minha mãe pelo apoio moral e financeiro, por nunca me deixarem desistir.

À minha irmã, ao meu cunhado e ao meu sobrinho por socorrerem-me nos momentos de angústia.

Ao meu esposo Charles, companheiro compreensivo que em todos os momentos, mesmo longe, sempre teve uma palavra amiga para fortalecer-me.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro ao longo do mestrado acadêmico e por incentivar a pesquisa em todos os campos científicos.

Nem sempre a palavra é o fervilhar de sons e de harmonias. Nem sempre a palavra é o fremir de sílabas ou fonemas. A palavra, às vezes, apresenta-se sob os véus do silêncio, sob a sombra da mudez. O silêncio também fala, o silêncio também diz, ora alegria, ora tristeza, ora amor. As reticências, as suspensões da corrente, algumas vezes, falam mais que dezenas de palavras ou frases. É a palavra silenciosa. O ser humano envolto em seu mistério, desvela-se e desvenda-se pelo gesto, pela palavra ou pelo silêncio. (Elvo Clemente)

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção compreender o desvelar do silêncio no romance *Coivara da Memória*, de Francisco J. C. Dantas. O narrador-protagonista, ao recuperar o tempo perdido de sua infância, reconstitui uma sociedade rigidamente patriarcal dos fins do século XIX e começo do século XX, tendo a cidade Rio-das-Paridas e o Engenho do Murituba como os palcos onde os atores da coivara representam seus dramas. Nesta sociedade representada, observo o processo de conquista do poder da palavra pelos indivíduos que detêm o poder econômico, tal processo gera o silenciamento dos demais, isto é, dos desvalidos e das mulheres, os quais, desprovidos do poder da palavra e das posses financeiras, passam não somente a ter a produção discursiva limitada, como também têm a posição de sujeitos falantes interdita. Em seguida, analiso a trajetória existencial e o processo de silenciamento de três personagens relevantes da infância do narrador – Garangó, Avó e Avô –, as quais materializam diferentes faces do silêncio e do uso da palavra, resultado da relação de dominação social a que estavam submetidas.

Palavras-chave: silêncio, palavra, poder, dominação.

ABSTRACT

The present work intends to understand the unveiling of silence at the novel *Coivara da Memória*, by Francisco J. C. Dantas. Having the city of “Rio-das-Paridas” and the “Engenho do Murituba” as the stages where the actors of the “coivara” perform their dramas, the narrator/main character rebuilds a rigidly patriarchal society of the end of the XIX century and the beginning of the XX century as he regains the lost time of his childhood. I observe the process of conquering the power of speech by the individuals who detain the economical power. Such process leads to the silencing of the others, meaning, the unprivileged and the women; individuals who lack both the power of speech and the financial possessions, having therefore their discursive production limited and their position as speaking subjects interdicted. Next, I analyze the existential trajectory and the silencing process of three important characters from the narrator’s childhood – “Garangó”, “Avó” (Grandmother) and “Avô” (Grandfather) –, which materialize different faces of silence and of the use of the speech as a result of the relationships of social domination they were submitted to.

Keywords: silence, speech, power, domination.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1. O SILÊNCIO E A CIDADE RIO-DAS-PARIDAS	21
1.1. Algumas palavras sobre silêncio	21
1.2. Rio-das-Paridas: o poder da palavra e a censura	27
2. GARANGÓ: SILÊNCIO HEROICO	44
2.1. A repressão da palavra	44
3. AVÓ: ENTRE O SILÊNCIO E A PALAVRA	60
3.1. Da infância ao casamento	62
3.2. Silêncios, resmungos e gritos: entre a submissão e os rasgos de valentia	69
4. AVÔ: SILÊNCIO DO PODER	84
4.1. O homem e o poder	86
4.2. O homem macho: dureza, violência e silêncio	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Francisco J. C. Dantas oferece ao leitor, por meio do título que dá ao seu romance de estreia no campo literário, a pista sobre o teor da narrativa. Partindo de uma acepção dicionarizada ao substantivo *Coivara*, constata-se que essa é uma técnica de origem tupi-guarani, que se refere à atividade rural de “empilhar os troncos e galhos da roça, para lhes atear fogo” (BUENO, 2005, p.146). Dessa maneira, os agricultores preparam o terreno para a nova lavoura, em um movimento circular, ou seja, as restevas e os resíduos não aproveitados pela colheita, são incinerados para no próximo plantio voltar em forma de adubo. Com a partícula *da memória*, que desempenha a função de adjetivo, o significado da coivara se torna claro: restevas, resíduos de um passado, são reagrupadas novamente para serem incineradas, transformando-se em adubo, energia que incitará e permitirá a evolução do ciclo.

Partindo da interpretação do título e adentrando pelas veredas do texto literário, em *Coivara da Memória* há um narrador-escrivão¹ que se encontra em reclusão domiciliar, aprisionado em um “quadrado de pedras”² (p.15), acusado pelo homicídio do velho Tucão, espécie de mandachuva da cidade. Solitário, desencantado e amargurado com a vida e com o mundo, o narrador, que em nenhum momento da narrativa revela o seu nome, encontra-se em um tempo presente repleto de desespero e angústia. Por esse motivo, enquanto aguarda julgamento pelo crime que supostamente praticou, volta-se ao seu passado³ “cheio de ossadas” (p.31), revira o “canteiro cheio de ruínas” (p.30) para reunir e reviver todas as suas lembranças. E, assim, como os trabalhadores rurais queimá-las, com a finalidade de se “libertar da falsa moral e dos hábitos seculares que me foram legados por essa gente” (p.90). Somente quando tiver repassado e cremado todas as suas vivências é que estará com a sua “lavoura” preparada para o novo momento.

¹ Narrador-escrivão é a referência principal aos dois principais ofícios que essa personagem desenvolve no romance: narrador, de forma simples, é um dos elementos estruturais na narrativa, é a personagem que enuncia a história, já escrivão é o cargo que ele como personagem ocupa no Cartório local. Embora haja diferença entre as incumbências de tabelião (notário que reconhece assinaturas e/ou registra documentos) e de escrivão (oficial público que escreve autos, atas e outros documentos de fé pública), o narrador utiliza esses dois termos indiscriminadamente ao longo de seu registro para realizar alusão à sua profissão. Dessa forma, ao longo desse trabalho, utilizarei os termos tabelião e escrivão para referir-me ao narrador.

² DANTAS, Francisco J. C. *Coivara da Memória*. 2 ed. São Paulo: Estação Libertada, 1996. Utilizo como referência a 2ª edição do romance, a partir de então, ao citar o trecho da obra em questão, estarei informando apenas as páginas de referência através dos parênteses.

³ O passado, tempo da infância, surge primeiramente numa tonalidade nostálgica, como um espaço utópico de salvação e redenção. No entanto, o passado a ser evocado não está imune da degradação e o narrador adulto altera a sua perspectiva sobre esse tempo, pois ao procurar sentidos no passado, acaba por relativizar seus juízos e olhar criticamente o tempo remoto.

Entorpecido pelo “vício de espichar os olhos para trás” (p.17) que lhe mantém vivo, o narrador recupera pela memória não apenas as suas experiências individuais, como também as experiências de seus antepassados, reconstitui acontecimentos em que foi testemunha ocular e outros que nem sequer presenciou. Dessa forma, a rememoração repousa no recôndito da memória individual do tabelião, o qual busca nas imagens do tempo passado, em especial as da infância, contidas em seu imo, recontar aquilo que aconteceu.

No entanto, o trabalho com a memória é árduo, o escrivão confessa que tem dificuldade de ordenar a sequência de determinados eventos, visto que o esquecimento aliado às lacunas temporais, permitem que o sujeito entremeie as memórias com novas perspectivas, com novos olhares. Logo, lembrar é sempre recontar, de acordo com Walter Benjamin, é imaginar e fantasiar as coisas passadas não como realmente tenham ocorrido, porém acrescentadas, contaminadas por sensações e por outras lembranças “escondidas nos subterrâneos da memória” (1994, p.37). Assim, o ato de lembrar é erigido como uma perspectiva em meio a outras tantas e, o passado não será como aconteceu, mas como se imagina que tenha acontecido. Esse teor de possibilidade é declarado abertamente pelo ardiloso narrador de Dantas: “Repassar as emoções que vivi a seu lado, ou fantasiar outras que poderiam ter acontecido” (p.200), “Só assim consigo imaginar o desfecho dramático” (p.237).

Com mãos de Penélope, o tabelião embrenha-se em um trabalho que procura desfazer a tapeçaria do esquecimento, dessa maneira sua confissão “no corpo do papel” (p.50) tem função de ressuscitar os mortos e representá-los em seus espaços de antigamente. Ao recuperar o tempo perdido anterior ao seu nascimento e em parte da sua infância, o narrador desvela o que restou de uma época, o que poderia vir a jazer soterrado. Ele dá visibilidade a uma sociedade rigidamente patriarcal dos fins do século XIX e começo do século XX, na qual a cidade Rio-das-Paridas e o Engenho do Murituba são os cenários onde os atores ressuscitados pela sua coivara encenam seus dramas e desempenham seus papéis sociais.

No discurso deste romance são perceptíveis as imagens (re)criadas num meio hostil e arcaico, onde as vozes não autorizadas - como a feminina, a do negro e a dos despossuídos – são sequestradas, abafadas e cruelmente caladas, enquanto as vozes dos poderosos reinam soltas. O silêncio torna-se assim, elemento constituinte de pano de fundo nas relações travadas entre as personagens dessa coivara. Logo, quando o narrador registra em seu diário as trajetórias dos antepassados, recupera também o silêncio das mesmas.

Diante disso, tenho como intenção compreender o desvelar do silêncio no romance *Coivara da Memória*. Primeiramente observo a consolidação do poder da palavra do grupo dominador da cidade Rio-das-Paridas, que com sua força coercitiva obriga as personagens desvalidas a viverem sob o signo do silêncio. Feito isso, passo a analisar a trajetória existencial e o processo de silenciamento de três personagens que marcaram a infância do narrador-tabelião, são elas: o Garangó, a Avó e o Avô. A escolha destas personagens se justifica pelo fato de que através delas é possível distinguir perspectivas diferentes na compreensão do silêncio: o oprimido que concomitantemente submete-se e é submetido ao silenciamento, o oprimido da mulher, o opressor, respectivamente. É preciso, entretanto, cuidado, porque o estudo sobre essas personagens se pautará no discurso do narrador-escrivão, o qual tem sua visão limitada, uma vez que na posição de personagem ele não consegue elucidar minuciosamente os acontecimentos, nem penetrar nas profundezas dos outros seres – a não ser por meio de suposições –, tampouco estabelece autoritariamente uma interpretação para os fatos: há muitas dúvidas e questionamentos em seu registro do passado.

Para proceder à interpretação do romance de Dantas, no que se refere ao silêncio, recorro nesta dissertação a autores de renome que se debruçaram em suas pesquisas sobre a temática. Assim, estudos como *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*, de George Steiner, *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, de Eni Puccinelli Orlandi, *O silêncio e a palavra*, de Michele Federico Sciacca, *Sob o signo do silêncio*, de Lourival Holanda, o *Silêncio primordial* de Santiago Kovadloff, constituem-se como fundamentação teórica do presente trabalho. Além disso, ainda que Dantas tenha no silêncio um motivo literário que se repete em sua obra, esse motivo se mostra enovelado com uma série de outros temas que são tão caros quanto o silêncio. Por conseguinte, será imprescindível dialogar – embora não de forma exclusiva – ao longo desta dissertação com temáticas relativas ao poder, estudadas por Max Weber; relacionadas à dominação, abordadas por Pierre Bourdieu; referentes às questões de gênero, discutidas por Simone de Beauvoir; e ligadas às pesquisas sociológicas sobre a formação e desenvolvimento do Brasil, desenvolvidas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

A investigação sobre a problemática do silêncio parte de um aspecto amplo para distribuir-se em pontos específicos e está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles “O silêncio e a cidade Rio-das-Paridas” está subdividido em dois núcleos: inicialmente é realizado um breve excuro teórico sobre o silêncio, para depois vislumbrar a relação de dominação social e discursiva que vivia a cidade ficcional, onde o poder da palavra era desfrutado por um

grupo minoritário, o qual detinha o poder, enquanto a grande parte da população tinha a posição de sujeito falante interdita, devido ao seu gênero e ao lugar que ocupava na sociedade.

No primeiro capítulo, “Garangó: silêncio heroico”, exponho como o sujeito marginalizado é capaz de anular-se, de ser vítima das mais brutais humilhações, de preferir esquecer o passado, aniquilar a identidade e de recusar o uso da linguagem para não cair nas artimanhas armadas pelas palavras dos poderosos e assim salvar a própria vida.

Já no capítulo “Avó: entre o silêncio e a palavra”, analiso o processo de silenciamento pelo qual essa personagem esteve submetida – e se submeteu – devido aos condicionamentos sociais impostos às mulheres na sociedade patriarcal. Começarei por tratar do seu drama iniciado na infância, para depois examinar o fechamento discursivo que se arrastou ao longo da relação conjugal. No entanto, o silêncio da avó é quebrado algumas vezes, por este motivo observo também os momentos em que ela toma a palavra e se em tais circunstâncias consegue ser ouvida e reconhecida.

No último capítulo “Avô: silêncio do poder”, observo os fundamentos que justificam o poder que essa personagem concentrou em suas mãos, durante o seu ápice financeiro, e que lhe oportunizaram o gozo do uso da palavra. Além disso, procuro comprovar a hipótese de que o avô, na posição de homem-macho, durante seu período de glória, utilizava o silêncio como um instrumento para remarcar a sua distinção, mas que diante da decadência moral e financeira, encontrou no silêncio o refúgio para a dor da perda de seus poderes.

Enfim, nesta dissertação não tenho como intuito determinar um significado último e derradeiro para o silêncio. Ao contrário, mostrarei sua abertura, sua complexidade e sua multiplicidade, demonstrando ao mesmo tempo como a utilização do silêncio se transforma e se desenvolve ao longo da trajetória existencial de cada uma das personagens em foco.

Um pouco sobre Dantas

Francisco José Costa Dantas é natural da região Riachão do Dantas⁴, Sergipe, ou como convencionam chamar em seus romances, Rio-das-Paridas. Nasceu em outubro de 1941,

⁴ Por algum tempo deduzi que a denominação Riachão do Dantas, sempre trazida em nota biográfica do autor em seus romances, fosse uma forma de homenagear a família do escritor Francisco Dantas, como uma institucionalização do poder e da influência desse clã naquela região. Contudo, essa dedução caiu por terra quando tive contato com o livro *Figuras e Fatos de Sergipe*, em que Arivaldo S. Fontes descreve que em 1943 a

no Engenho Salgado, propriedade de seus avós maternos, Manuel Costa Silva e Mariana Fontes Costa, onde viveu sua infância. Quando adulto não abandonou a vida frugal da roça e o contato com os bichos, prática ainda hoje conservada.

A trajetória acadêmica do romancista sergipano foi promissora. Aos trinta anos, depois de já ter lido o conjunto da obra de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de Guimarães Rosa – escritores que lhe serviram de parâmetro para a construção das suas narrativas –, ingressou no curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe. Durante o mestrado, na Universidade Federal da Paraíba, dedicou-se à obra de Osman Lins, defendendo no ano de 1981 a dissertação intitulada *Anotações à margem de O fiel e a Pedra*. Já no doutorado, cursado na Universidade de São Paulo (USP), enveredou pelas reflexões em torno da problemática do gênero feminino, e em 1990 defendeu a tese *A mulher no romance de Eça de Queiroz*. Foi professor de Literatura na Universidade Federal de Sergipe e atualmente está aposentado.

O prestígio no cenário nacional e o consequente reconhecimento foram conquistados não através da regência de classe universitária, mas sim por meio da sua obra literária. Em 1991 publicou *Coivara da Memória*, escolhido pelo **Jornal de São Paulo** como um dos romances destaque do ano; com o mesmo vínculo telúrico e retomando matérias clássicas na identificação dos nordestinos – o cavaleiro, o celeiro, o cangaceiro, a desigualdade social – foi lançado seu segundo romance *Os Desvalidos*⁵, em 1993, indicado como finalista da primeira fase para o **Prêmio Jabuti** de 1994. Veio a público, em 1997, o terceiro romance, *Cartilha do Silêncio*⁶, que representa o destino de um clã familiar por meio de cinco

vila que era chamada somente de Riachão recebe a denominação de “Riachão do Dantas, em homenagem ao Coronel João Dantas Martins dos Reis, chefe político no Império e um dos doadores das terras da vila” (1992, p.125). O Dantas homenageado procede de uma família influente de Itapicuru, cidade baiana, enquanto a família do romancista é natural do município, também baiano, de Pombal.

⁵ Os cinemas nacionais puseram em cartaz o longa metragem *Canta Maria*, no segundo semestre de 2006, produzido por Francisco Ramalho Jr. Tal longa metragem foi baseado na narrativa *Os Desvalidos*, mas como toda adaptação à linguagem cinematográfica acarreta modificações na trama original do enredo, o romancista negou-se a ler o roteiro do filme, sob alegação de que ao ser adaptada ao cinema a narrativa já era outra obra. A produção cinematográfica contou com a participação de autores como José Wilker, Vanessa Giacomio, Edward Boggis e Marcos Ricca. Disponível em <http://www.cantamariaofilme.com.br>, acesso em 13 de outubro de 2009.

⁶ O professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pascoal Farinaccio, demonstra, em uma análise breve, como a rememoração nesse romance é o processo através do qual Francisco Dantas compõe além da memória individual de suas personagens, a memória coletiva, ao dar visibilidade a aspectos da história brasileira como o cangaço, a decadência da sociedade patriarcal e a emergência da sociedade moderna. Disponível em: <http://www.criticaecompanhia.com/pascoal.htm>, acesso em 20 de dezembro de 2009. Sobre esse mesmo romance, Maria Luzia Oliveira Andrade, Mestranda do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), discute no artigo Patriarcalismo e Rupturas em *Cartilha do Silêncio*, publicado pela revista digital Ponta de Lança, a representação do patriarcalismo e a consequente permanência do peso colonial/patriarcal nas relações sociais do interior sergipano, investigando também as formas como as relações de poder se cristalizam dentro e fora do âmbito familiar e em que medida se dão as pequenas, mas significativas, rupturas para com os valores de uma

narradores-personagens que registram suas experiências humanas marcadas pelo silêncio, solidão e desamparo em uma sociedade arcaica e patriarcal. *Sob o peso das sombras*, lançado em 2004, nutre-se menos da matéria rural, como fizera com as narrativas anteriores, e volta-se para as relações de poder, não mais do patriarcado no espaço rural, mas agora entre os intelectuais no espaço da academia. Por fim, *Cabo Josino Viloso* (2005) é o seu último romance até o momento, no qual o enfoque recai sobre a problemática da violência de um vilarejo onde o Estado tem presença marcante por meio da autoridade policial. Nesta narrativa, o autor conserva o mesmo cuidado com a palavra artesanal, que o consolidou como expoente na literatura brasileira contemporânea.

Em outubro de 2000, a distinção do escritor foi coroada quando recebeu, pelo conjunto de seus romances, o *Prêmio Internacional da União Latina de Literaturas Românticas*, em Palermo, na Itália. Ainda, durante esse mesmo ano, foi convidado pelo *Spanish and Portuguese Department of the University of Califórnia* para ministrar um curso de Literatura Brasileira em Berkeley. Já em 05 de abril de 2002, recebeu, também pela sua obra literária e pelos relevantes serviços prestados à cultura brasileira, a homenagem do *Circuito Cultural do Banco do Brasil*.

Assim, o reconhecimento do romancista sergipano ultrapassou as fronteiras nacionais. Aclamado pela crítica literária, Dantas é considerado como um dos maiores ficcionistas da atualidade, porém a conquista de um lugar privilegiado no campo literário envolve jogos de poder que extrapolam o trabalho artístico com a linguagem, jogos esses que o prosador denuncia ao comentar que as editoras José Olympio e Brasiliense rejeitaram a publicação de sua primeira narrativa. A estreia relativamente tardia somada ao fato de ser filho de uma região carente de incentivos e investimentos no setor cultural, fizeram com que Dantas enfrentasse grandes dificuldades para publicar *Coivara da Memória*, feito que somente se realizou por causa do prestígio dos escritores José Paulo Paes e Raduan Nassar, que após a leitura do texto, indicaram-na para a publicação na Editora Estação Liberdade, instituição pequena se comparada com as outras que repeliram o romance.

Apontamentos críticos sobre *Coivara da Memória*

Narrativa publicada, alguns pontos foram destacados pela crítica para definir o lugar de Dantas no atual panorama da literatura brasileira. A partir de agora, serão destacados os apontamentos críticos e as pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o romance. Para evitar mal-entendidos, é importante declarar que não almejo inventariar o posicionamento da crítica sobre o conjunto da obra de Dantas, apenas interessa-me expor alguns depoimentos dos críticos e realizar um rastreamento⁷ dos estudos publicados até o momento sobre *Coivara da Memória*, os quais contribuirão para a escrita desta dissertação. Diante de um esboço desses estudos acadêmicos, tenho como objetivo mostrar algumas das temáticas mais estudadas em relação a essa narrativa e demonstrar o quanto o meu trabalho delas se afasta.

O primeiro romance publicado de Dantas, conforme ele mesmo afirma, marca a sua entrada na “confraria rarefeita dos romancistas”. Entrada relativamente tardia, já que ocorreu aos cinquenta anos:

[...] estreei aos cinquenta anos por escrúpulos, por um sentimento de dignidade diante da literatura. Só aí me senti em condições de passar à confraria rarefeita dos romancistas. E olhe lá! Não muito confiadamente. E sempre me pergunto, sem nenhuma modéstia: será que não estou sendo presunçoso? [...] alguma voz oculta me puxava as orelhas de sobreaviso. Daí eu ter me dado esse tempo todo. (1995, p.8)⁸

Embora tardia, a estreia do prosador sergipano foi ovacionada pelos críticos literários. Em primeiro lugar, essa publicação foi a prova cabal de que o regionalismo, como tendência literária expressiva da chamada Geração de 30, não havia se esgotado:

Poucas vezes terá visto o romance brasileiro uma estréia tão segura de si quanto a de Francisco J.C. Dantas [...]. O precedente, ilustre, que logo acode à lembrança é obviamente o de Graciliano Ramos com *Caetés* (1933). Tal como o ex-prefeito de Palmeira dos Índios que se apresentou já feito aos olhos dos seus primeiros leitores, este sergipano professor de Letras que, além de ter cumprido a penitência de duas teses universitárias, só publicara até agora contos e ensaios esparsos, é dono de uma linguagem vigorosa, pessoal, rara de encontrar-se num romance de estréia. [...] *Coivara da Memória* é outrossim, como *Caetés*, um romance meio fora de moda. Melhor dizendo: providencialmente fora de moda. (PAES, 1995, p.46)

“Providencialmente fora de moda”, *Coivara da Memória* reatualiza e/ou “ressuscita” (?) uma corrente estilística literária que havia se esgotado e/ou “morrido” (?),

⁷ O rastreamento sobre os estudos referentes ao romance de estreia de Dantas foi realizado no Banco de Teses da Capes, durante o segundo semestre de 2008, e o primeiro de 2009.

⁸ Entrevista concedida por Dantas ao Jornal da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, outubro de 1995.

conforme o parecer de alguns historiadores de literatura como Benedito Nunes, Alfredo Bosi e José Paulo Paes. Nessa narrativa algumas premissas básicas dos romances de 30 ressurgem, tais como: a denúncia das condições de vida do povo nordestino, a apreciação da ecologia da região com suas intempéries oscilando entre secas e cheias que alteram as condições de vida do povo, a apresentação dos homens que habitam a região e seus conflitos de ordem social, econômica e subjetiva, a decadência da família patriarcal, enfim, a matéria regional.

Alfredo Bosi, na edição atual da *História concisa da literatura brasileira*, inclui Dantas no conjunto da ficção de 70 a 90, indagando sobre a morte e ressurreição das manifestações literárias regionais:

E se o assunto é o trabalho da forma expressiva, sirva de fecho a este esboço de roteiro a menção de duas obras que abriram de modo promissor o último decênio do século: *Coivara da Memória* e *Os Desvalidos*, de Francisco J.C. Dantas. Regionalismo ainda? Pergunta que provoca outras, mais pertinentes: teriam, acaso, sumido para sempre as práticas simbólicas de comunidades inteiras que viveram no sertão nordestino, só porque uma parte da região entrou no ritmo da indústria e do capitalismo industrial? É lícito subtrair ao escritor que nasceu e cresceu em um engenho sergipano o direito de recriar o imaginário da sua infância e de seus antepassados, pelo simples fato de ele ser professor de universidade ou digitar os seus textos em computador? (1995, p.437-438)

Já no estudo *Literatura e Resistência* (2000), Bosi realiza novamente alusão à obra de Dantas, porém seu enfoque não incide mais sobre a corrente regionalista, porém recai sobre o teor social. De acordo com o pesquisador, a tendência para uma escrita sobre os excluídos começa a se delinear na literatura a partir da década de 70, visto que até então a literatura havia privilegiado as personagens consideradas “de valor”, e relegado para segundo plano, uma parcela de tantas outras que estavam à margem, devido ao papel social que ocupavam na sociedade. No entanto, é somente na década de 80 e 90 que essa tendência se consolida junto à crítica, através de um discurso latente, no qual a presença e a voz das anônimas vinham à tona por meio da representação dos tipos sociais marginalizados. Nesse sentido, a obra de Dantas, na perspectiva de Bosi, merece destaque, porque ao longo do discurso ficcional do prosador sergipano os sujeitos excluídos – loucos, mulheres e tipos subumanos – ocupam um lugar de relevo no plano narrativo.

Por sua vez, Benedito Nunes, como apresentador do romance, chama à atenção do leitor para o viés proustiano a que a narrativa se filia, adaptada para ser uma busca de um mundo perdido, onde a violência e a crueldade dominam a vida patriarcal. A sociedade recuperada pela “cartilha da memória” funde na sua coivara dois solos, o regional e o literário:

[...] a busca do tempo perdido, o mergulho para recuperar ‘algumas manchas luminosas’ do passado, faz-se aqui em luta contra ardis do tempo, como revivescência de todo um mundo arcaico, ‘canteiro de ruínas’.

A esses ardis do tempo, transformando coisas e pessoas, o narrador ciente, ‘paparicador’ de livros convertido em escritos, capaz de traduzir ‘reminiscências em frases escovadas’, numa mimese da escorreita sintaxe dos escribas públicos, fiel a pormenores, opõe os ardis da forma. O primeiro é o lastro da cor local na linguagem, possibilitando situar as evocações do narrador nos marcos de uma região. O segundo é a quebra do monólogo interior pela evocação dramática dos antepassados, expandida numa sucessão de episódios. (NUNES, 1996)

Entretanto, mesmo diante da qualidade e notoriedade aclamada pela crítica, os estudos mais densos e específicos ainda encontram-se em estágio incipiente, devido ao fato de que foram encontradas apenas três dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado a respeito desse romance. O primeiro estudo de maior envergadura, e também o mais extenso, sobre a narrativa foi *Nas tramas e trilhas do regionalismo*, produzido pela pesquisadora Eliana Mara de Freitas Chiossi e defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1996.

Nesta dissertação, a pesquisadora de modo geral busca contextualizar o romance de Dantas dentro do sistema da literatura brasileira, observando o parentesco mais discutido pela crítica, a problemática do regionalismo e as relações intertextuais. Para alcançar tal objetivo, em um primeiro momento são traçadas considerações a respeito do caminho percorrido pelo regionalismo literário brasileiro e pelo chamado romance de 30, dando ênfase a uma sequência temporal, com o objetivo de vislumbrar a evolução destas duas manifestações literárias. Depois de delinear a trajetória dessas tendências, Chiossi estabelece um conjunto de textos e escritores, antepassados mais próximos e significativos que influenciaram a escrita de Dantas, são eles: *A bagaceira*, de José Américo de Almeida; *O quinze*, de Raquel de Queiroz; os romances de José Lins do Rego que formam o denominado ciclo da cana-de-açúcar; e a obra de Graciliano Ramos.

Dessa forma, para apontar as relações intertextuais, a pesquisadora esboça um cotejo de *Coivara da Memória* com os textos predecessores, apontando os pontos convergentes e indicando os fragmentos em que a influência é visível. Em relação aos romances de José Américo e Raquel de Queiroz, a pesquisadora detecta que as três narrativas “têm uma história que mescla a relação do homem com a terra nordestina e com uma história de amor mal resolvida” (1996, p.69); são enquadradas no painel de uma mesma sociedade patriarcal nordestina em que a justiça é controlada pela elite latifundiária, logo, “apresentam

forte questionamento quanto à aplicação da justiça” (1996, p.73); e por fim, é explícito nestes três romances a identificação dos narradores com personagens desvalidos.

Já no que se refere à afinidade entre Dantas e Rego, Chiossi expõe que além do fato desses dois prosadores terem uma trajetória existencial próxima, pois ambos tiveram uma vida de menino de engenho, o que faz com que o limite entre a identidade biográfica e a obra sejam tênues, há em *Coivara* uma determinada “síntese do ciclo da cana” (1996, p.85). O enredo de todo o ciclo aparece condensado na narrativa do sergipano, porém, a obra de Rego segue uma linearidade que raramente é alterada por recuos no tempo, facilitando a apreensão da sequência, o que não ocorre no romance de Dantas.

Se a semelhança com o autor paraibano encontra-se no enredo, o ponto de contato entre Dantas e Ramos é o estilo. Todo o universo diegético – linguagem, personagens, espaço, tempo, narrador – do autor alagoano move-se à deriva, a linguagem e a comunicação constantemente estão sob suspeita, da mesma forma que o universo do sergipano. Todavia, o parentesco estreito incide na caracterização dos narradores, os quais repletos de um tom de descrença, olham severamente para a condição humana, apresentam o mundo das objetividades visto pelo prisma da amargura, da angústia e do desencanto.

Chiossi também realiza a abordagem interna do texto, observando três aspectos: “Vozes do romance” – em que demonstra a polifonia do texto possibilitada pela posição ambígua do narrador-personagem no romance; “Duração enganosa” – em que chama à atenção para a habilidade com que o narrador ludibria o leitor no trato do tempo, fazendo uma fusão entre o tempo da infância e o tempo presente da vida adulta; e “Intertextualidade da memória” – espaço no qual expõe o lastro intertextual do romance pautado pela memória.

A segunda dissertação de mestrado sobre o romance de Dantas é *À sombra de uma barriguda: memória e experiência em Coivara da Memória*, produzida por Adriana Sacramento, defendida na Universidade de Brasília (UNB) no ano de 2004. Neste trabalho a pesquisadora utiliza o trinômio Narração, Experiência e Memória para perscrutar o universo desse romance, com o intuito de mostrar como a escritura se traduz em memória arquitetada pela palavra artesanal⁹.

⁹ Convém mencionar que no texto de apresentação do romance *Sob o peso das sombras*, é enfatizado o caráter da palavra artesanal de Dantas: “Ele trabalha a linguagem como quem entrelaça fumo: amacia-a e a torna sedosa, nutrindo-a do próprio mel venenoso que a semântica de Justino [personagem-narrador] destila; puxa as palavras de um para outro lado, como quem faz bala de coco, a ver o que elas podem render em elasticidade psicológica e desassombro, buscando encontrar, no que falhou, o acerado” (2004).

Tal palavra cuidadosamente trabalhada é gerada, na perspectiva de Sacramento, a partir da experiência do passado vivido pelo autor no meio rural. A roça é o espaço telúrico de onde o romancista extrai a motivação de suas narrativas, espaço em que “constrói sua experiência literária e humana” (2004, p.4). Para essa pesquisadora, a escrita do sergipano “carrega a pulsação do que vive” (2004, p.4), alicerçada no contato com a sua terra, com os animais e com os livros. Dantas arduamente trabalha com a palavra como quem realiza afazeres culinários:

[...] tempera a palavra, lardeando-a com os sabores mais *(in)significantes* da vida comum, é uma palavra que redemoinha os sentidos através das sensações e que nos chega por meio das pessoas-personagens. É um autor que vasculha o tempo em busca de imagens e pessoas [...]. O autor Dantas parece ter-se constituído de um veio não só telúrico, mas fincado na raiz da vida, da existência e da palavra. (SACRAMENTO, 2004, p.33)

A hipótese que a pesquisadora defende é que o narrador da coivara, que se posiciona como escrevente da história, nos conduz enquanto leitores, a um horizonte de unidade e de comunhão com a obra, tendo em vista, que o que ali se representa é extensão de uma realidade experimentada pelo autor. Assim, a narrativa torna-se um espaço limite entre ficção e realidade, em meio a essa zona limítrofe, a obra e a vida se intercambiam.

Nesse ponto, a pesquisa de Sacramento aproxima-se de parte do estudo desenvolvido por Chiossi, visto que, no subcapítulo “Intertextualidade da memória”, a última também aborda a conflituosa relação entre o real e a ficção, os tênues limites entre a vida do autor e a vida do narrador. No entanto, as pesquisas simultaneamente afastam-se, porque Chiossi ainda observa os momentos em que o narrador teoriza sobre o trabalho da memória, os movimentos de retrocesso propiciados pela pulsão memorialística, e comprova o caráter intertextual da matéria memória, realizando comparações dos trechos do romance de Dantas com excertos das narrativas de Rego e Ramos. Enquanto, Sacramento primeiro realiza um excuro teórico sobre a memória e a experiência, baseado nos estudos de Benjamim, para depois examinar o discurso rememorativo do narrador e o processo de escrita desse discurso durante o processo de *queima*.

Sacramento, em sua pesquisa ainda analisa as personagens avô, avó, Tia Justina e Garangó para compreender, neles, a constituição de identidades por meio dos elementos simbólicos terra e fogo. Esses elementos, segundo a pesquisadora, compõem um elo subjetivo com as personagens e estão relacionados à construção social dos gêneros: a terra ligada a fertilidade feminina que na avó se desenvolve, mas que se atrofia em Tia Justina; o fogo

relacionado a virilidade masculina que no avô representa o poder e em Garangó apresenta-se como a chance de uma vida digna e de uma identidade valorizada.

É imprescindível mencionar que ao se deter nessas personagens, Sacramento chama atenção para o silêncio que cada uma conserva, todavia não chega a realizar um estudo aprofundado sobre essa temática, apenas afirma que a “zona de silêncio [...] é recuperada pela aquiescência do ato rememorativo” (2004, p.66), que os sujeitos vivem “silenciados pelos espaços que os oprimem” (2004, p.63), dessa forma “o silêncio torna-se a principal via de acesso que envolve as relações humanas” (2004, p.62).

Por fim, Sidiney Menezes Gerônimo defendeu em 2008, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), a dissertação *Lavoura de delícias: visibilidades de gênero nos romances de Francisco Dantas*. Neste estudo sociológico, o pesquisador investiga as questões de gênero, as imagens construídas para o masculino e o feminino, no que ele denomina de trilogia romanesca do escritor sergipano: *Coivara da Memória, Os desvalidos e Cartilha do Silêncio*.

Gerônimo busca compreender a forma que o romancista descreve, interpreta e analisa os comportamentos masculinos e femininos na sociedade nordestina da primeira metade do século XX. Além disso, averigua se em seu projeto literário Dantas constrói novas visibilidades para as relações de homens e mulheres ou se seu olhar reproduz os estereótipos tradicionais de gênero. Conforme o pesquisador, nesta trilogia, a conduta das personagens femininas é inquietante, pois são “ora expressão de uma ordem social dominada pelos homens, ora mulheres que ousavam sonhar além do que lhes oferecia a sociedade patriarcal. O comportamento de seus personagens do sexo masculino também parecia inadaptado ao meio social exigente de homens-machos” (2008, p.12).

A respeito da narrativa *Coivara da Memória*, Gerônimo assevera que o olhar do narrador destinado a sua avó, como mulher forte, trabalhadora e sem vaidade, reflete deliberadamente uma perspectiva sociológica das relações hierárquicas entre os sexos. Já, o olhar do autor sobre o avô indica a decadência de um modelo de masculinidade que aos poucos se apresenta ultrapassado. Dessa forma, as relações de gênero “são atravessadas pela força implacável do tempo que a tudo transforma” (2008, p.120). Para o pesquisador, Dantas

colhe imagens e cria visibilidades para a fragilização dos homens e fortificação das mulheres, que num movimento lento anuncia a aurora de novos tempos, novos valores, novas formas de ser homem e ser mulher. [...] Tudo na obra de Francisco Dantas aponta para um mundo cujas tradições vão sendo alteradas e a mais dramática das alterações é a perda de poder pela figura tradicional do patriarca. (2008, p.120-121)

Após essa apresentação dos apontamentos da crítica e dos estudos mais densos sobre o romance, percebo a recorrência de alguns temas. O primeiro deles é a problemática da reatualização do regionalismo e a conseqüente intertextualidade adjacente à narrativa, temática analisada com esmero por Chiossi. O segundo é a questão da memória, evidente no título da narrativa, discutidas através de diferentes abordagens por Chiossi e Sacramento. Contudo, toda obra literária de valor, como é o caso de *Coivara da Memória*, é uma fonte abundante para inesgotáveis interpretações e sempre oferece abertura para que novos estudos sejam realizados. Diante disso, torna-se relevante desenvolver uma pesquisa que aponte para outras temáticas que ainda não foram abordadas, como é o caso da presente dissertação que busca analisar a conquista da palavra de uns e o processo de silenciamento de outros.

1. O SILÊNCIO E A CIDADE RIO-DAS-PARIDAS

1.1 Algumas palavras sobre silêncio

Já tenho escrito que o meu silêncio é feito de gritos abafados.
(José Rodrigues Miguéis)

*Pior que a voz que cala
É o silêncio que fala[...]*

*O único silêncio que perturba,
é aquele que fala.*

E fala alto.
(Martha Medeiros)

O que é o silêncio? Ausência ou presença, ou os dois ao mesmo tempo? Há diferença entre estar em silêncio e ser silencioso? O silêncio significa? Opõe-se a linguagem? Inúmeras perguntas surgem ao nos depararmos com o silêncio, elemento inquietante, incômodo para nós, sujeitos da linguagem, seres da palavra.

O verbete *silêncio* tem a seguinte definição: “1. Estado de quem se cala ou privação de falar; 2. Interrupção de ruído; 3. Sossego, calma; 4. Para mandar calar ou impor sossego” (BUENO, 2005, p. 636). Etimologicamente, silêncio provém do latim *silentiu*, referido a *silens* que significa o que se cala, silencioso, que não produz ruído, que está calmo, em repouso. A respeito do uso dessa palavra, é importante expor que na época clássica não havia diferença de sentido entre *sileo* e *taceo* (calar), contudo, *sileo* designava “tranquilidade”, “ausência de movimento”, por isso seu uso era empregado para se falar de coisas, da noite, dos ventos. Já o silêncio, propriamente dito, era o *silentiu*, que significa mar profundo, sem ruídos, utilizado para referir-se a pessoas (ORLANDI, 1995, p.35).

Eni Puccinelli Orlandi¹⁰ afirma que no momento em que “o homem individualizou (instituiu) o silêncio como algo significativamente discernível, ele estabeleceu o espaço da linguagem” (1995, p. 29). Nessa perspectiva, esse elemento não é um espaço vazio, um nada, ao contrário, é a matéria significativa por excelência, com ele os sentidos nascem, visto que na vida em sociedade é preciso sempre produzir sentido, qualquer que ele seja, assim, o “homem está ‘condenado’ a significar. Com ou sem palavras” (ORLANDI, 1995, p.31).

¹⁰ Orlandi analisa o silêncio sob perspectiva da análise do discurso. Não é minha intenção mergulhar nas tramas dessa área de estudo, mas sim extrair desse estudo as reflexões que são necessárias para compreender esse elemento polissêmico, paradoxal e ambíguo da linguagem, que é o silêncio.

Apesar do homem sempre produzir sentidos, “com ou sem palavras”, observa-se no mundo clássico e cristão a importância da palavra, a primazia de tudo que pode ser falado e comunicado no discurso, sendo essa uma característica grega e judaica absorvida pelo cristianismo. Esse fato leva as formas sociais da cultura ocidental a relegarem o silêncio a uma posição secundária nos estudos da linguagem, geralmente atribuindo um sentido passivo ou negativo a ele, já que, na corrente dominante - nos estudos dos signos - a linguagem (verbal e não-verbal) ocupa um lugar de excelência em relação a significação. Conseqüentemente, ocorre a redução através da qual “qualquer matéria significante fala” (ORLANDI, 1995, p.32), ou seja, todos os sentidos são transpostos para a linguagem.

Edifica-se assim o “império verbal”, nas nossas estruturas sociais, o qual busca converter o silêncio em palavras, considerando o ato discursivo como base da comunicação humana. No entanto, não se deve cair no equívoco de apenas considerar a matriz verbal como a “única em que as articulações e o comportamento são concebíveis” (STEINER, 1988, p.30). O silêncio também “fala” e “fala” muito, ele é um elemento polissêmico¹¹ da linguagem, que ao contrário do que muitos pensam, não remete a um vazio e sim a uma multiplicidade do dizer e do sentir. Aqui, o senso popular tem razão em afirmar que “um silêncio vale por mil palavras” e seu sentido, assim como o sentido das palavras, nunca é o mesmo:

se é verdade que o silêncio expressa, também é verdade que aquilo que expressa nem sempre é igual, nem vale a mesma coisa. O silêncio pode ser, então, tanto o corolário excelso da lucidez, como a bruma irremediável na qual se dilui a aptidão - e às vezes a necessidade - de articular uma idéia ou uma emoção com a qual deixar para trás o mundo do previsível e do codificado. (KOVADLOFF, 2003, p. 23)

O silêncio pode adquirir força de verbo, de ação, sendo também um ato de reflexão, por exemplo. Ele tem a capacidade de revelar um estado de alma, ou escondê-lo. Assim, esse elemento da linguagem concentra opostos, dependendo do contexto pode significar cumplicidade ou ser um forte instrumento de oposição e resistência. Já diziam os gregos, que o calar-se pode ser uma atitude de recusa tácita, contudo pode ainda significar adesão a uma ideia ou proposição. De acordo com Lourival Holanda, “o silêncio é uma forma de fala que se faz pelo assentimento ou pela refutação. Os gregos chamam isso *antilogia*: à existência de todo objeto se pode opor dois *logoi*” (1992, p. 48).

¹¹ A respeito da polissemia do silêncio Orlandi afirma que “é a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o ‘nada’. Mas o silêncio significa esse ‘nada’ se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta” (1995p.49).

O ato de silenciar está muito ligado à ausência, à falta ou ao repouso do movimento da comunicação. Entretanto, apesar de haver nele a ausência da palavra, há a presença do sentido, a existência de uma significação que precisa ser interpretada pelos sujeitos envolvidos nos jogos de comunicação. Estar em silêncio é, pois, também uma forma de comunicar algo, de exigir atenção dos ouvidos habituados ao ritmo da fala sustentada pela palavra. Uma pessoa que fica em silêncio pode somente estar quieta, mas também pode estar submersa no poço das angústias, abafando o seu desespero com o intuito de transparecer aos outros uma aparência calma e tranquila. A respeito desse tipo de situação, Michele Frederico Sciacca constata que a dor física faz o sujeito gritar, porém o sofrimento espiritual faz o sujeito fechar-se no silêncio. A agonia das esperanças estraçalhadas, das tristezas radicais, sufoca as palavras, aprisionam-nas no silêncio. Diante do sofrimento espiritual as palavras mostram-se insuficientes, senão “inúteis desafinadas” (SCIACCA, 1967, p.44).

Da mesma forma, no silêncio também meditamos, refletimos, nos concentramos e nos recolhemos nele, mas simultaneamente, tudo se faz para fugir dele, porque o cessar das palavras pode apresentar-se como uma opressão: nele soam as vibrações de todos os remorsos, de todos os momentos em que nos eximimos de praticar o bem, ou de reagir para defender alguém; no silêncio passam as sombras da passividade que reclamam o bem não realizado. Fugimos do silêncio, em razão dele ser o único elemento que tem o poder de nos colocar frente à nossa vida, um instante de silêncio pode gerar “uma recapitulação que obsessiona, oprime, uma espécie de palco no qual estão presentes simultaneamente todos os personagens da nossa existência” (SCIACCA, 1967, p.37).

Nas diferentes situações cotidianas, como ajudar ou não ajudar, optamos por nos envolver ou não, escolhemos expor nossas opiniões ou silenciá-las. Calar nunca é uma atitude de neutralidade, ao contrário, “é uma tomada de posição” (SCIACCA, 1967, p.34), que sempre será um peso. Um peso psicológico que não é encontrado em nenhuma palavra, um momento de silêncio concentra a carga de nossas existências, carrega todas as recordações, as presenças, as ausências, as esperanças e as decepções. Além disso, como sujeitos falantes, seres detentores da linguagem, normalmente não temos aptidão suficiente para suportar o silêncio alheio. Na vida em sociedade precisamos um do outro, precisamos da palavra alheia, e “nada nos destrói mais seguramente que o silêncio de outro ser humano” (STEINER, 1990, p.71). Nada isola mais os sujeitos uns dos outros do que o silêncio, ao mesmo tempo ele é o elemento que traduz com maior precisão a mensagem de dor, de sofrimento, de opressão e de indiferença.

Por sua vez, no estudo sobre as formas do silêncio, Orlandi estabelece a diferença entre o “*silêncio fundante*” e a “*política do silêncio*”. A primeira forma é a matéria significativa por excelência, “o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*” (1995, p.33). Já a dimensão política pode ser considerada como o silenciamento, pois envolve a problemática do pôr em silêncio, do assumir a palavra, tirar a palavra, de fazer dizer e obrigar a calar. Nessa dimensão, ele tanto pode ser parte da retórica da opressão/dominação, como atuar na retórica da oprimido/dominado.

É do conhecimento geral que nas políticas totalitárias o poder¹² só exerce a sua função se acompanhado de um determinado silêncio, o da opressão. Essa é a dimensão política, que se subdivide em: a) constitutivo, todo dizer apaga um sentido, b) local, a censura (ORLANDI, 1995). O primeiro consiste no fato que determinado ato linguístico pode simultaneamente enunciar e esmaecer a força da afirmação, na medida em que as palavras preenchem o espaço ocupado antes pelo silêncio. Essa comprovação, contudo, dissolve o caráter de sobreposição ao compreendermos que esse elemento não é a medida da sonoridade ambiente, muito menos vazio. Toda fala ou escrita produz silêncio, assim como todo enunciado assevera, enfatiza, ressalta determinado sentido, porém também exclui e cala outro. Na realidade, a tenacidade do silêncio revela mais do que cala, ou melhor, revela ao calar.

O silenciamento local, a censura, é visível e sempre desempenhado por um poder explícito. É relevante ressaltar que o silêncio da censura não é sinônimo de ausência de informação, porém, é a interdição do dizer. Nesse contexto particular, não-dizer não equivale a não saber e muito menos assemelha-se com o silêncio patológico do mudo. Portanto, a censura diz respeito às relações do sujeito com o dizível. Logo, não existe autocensura, devido ao fato de que ela sempre insere um “outro” no jogo discursivo, que se desenrola na relação do dizer e ser impedido de dizer, “do dizer de ‘um’ e do dizer de ‘outro’” (ORLANDI, 1995, p.108). Estabelece-se, portanto, a interdição do sujeito em certas formações discursivas, determinados sentidos são proibidos, o que inviabiliza o direito do sujeito ocupar certas posições/lugares:

Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito na relação com o dizível, se identifique com certas

¹² O conceito poder é empregado, nessa dissertação, no sentido clássico de Max Weber: “Poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (1991, p.33).

regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor. (ORLANDI, 1995, p.107)

A exploração do homem, dessa maneira, está alicerçada no arrancar-lhe a palavra, torná-lo “mudo” é o meio mais eficaz de reduzi-lo a nada, o que facilita o mando. Ao impedir o exercício da palavra do outro, impede-se a possibilidade de almejar um destino diferente. A aceitação da realidade cruel e da dominação torna-se mais fácil, até mesmo pacífica. O escravo é a figura que melhor exemplifica esse estado de sufoco produzido pela dominação, ele é o próprio silêncio, sua sobrevivência exige que sua voz seja calada e que a voz alheia seja acolhida.

Holanda defende de modo proeminente que “reduzir alguém ao silêncio é matá-lo” (1992, p.43), é anular a sua identidade, é impedir que o sujeito exerça os seus deveres e seus direitos. Nas sociedades patriarcais e de poder totalitário, o silêncio pode ser uma tática, um esconderijo ou um porto seguro de quem não sabe e/ou é proibido de usar a palavra. Frente ao medo, à angústia e à solidão, os sujeitos inseridos em um mundo duro e reificado precisam abafar a palavra, renegar a linguagem para garantir a sobrevivência.

Diante disso, fica evidente a diferença entre o silencioso e o silenciado. O último tem algo a dizer, mas abafa, encobre ou esconde as palavras, o indivíduo cala como quem claudica, cala e não homologa a sua palavra a outrem. Esse fechamento pode ser considerado como o “silêncio da oclusão” (KOVADLOFF, 2003), porque a palavra é encoberta, renunciada, a enunciação até é possível, porém, é evitada pelo medo, hábito ou preconceito. Já o silencioso não é vítima de nenhuma força exterior que o leva a calar, a quietude é um estado geralmente constante e integrante do ser do sujeito. Esse silêncio é caracterizado por Santiago Kovadloff como o “silêncio da epifania”¹³, nada em particular quer ser dito, nenhuma palavra é capaz de traduzir a quietude que a pessoa encarna, é o zênite do estado do ser.

No mundo ocidental contemporâneo existe a sobreposição da ideologia da comunicação, da aniquilação do silêncio. Motivados pela urgência do dizer e pela multiplicidade de linguagens espera-se que os sujeitos estejam o tempo todo produzindo signos audíveis, portanto, visíveis. Consequentemente ocorre um desgaste, uma desvalorização da palavra:

¹³ O “silêncio da oclusão” e o “silêncio da epifania” são elementos que compõem o que Kovadloff define de “silêncio primordial” – uma função encobridora e uma manifestação divina reveladora – presente na música, na matemática, na pintura e no amor.

Palavras extinguíram imagens ou as ocultaram. Uma civilização de palavras é uma civilização atormentada. Palavras criam confusão. Palavras não são expressão. [...] O fato é que palavras nada dizem, se assim posso dizer. [...] Inexistem palavras para a experiência mais profunda [...]. (STEINER, 1988, p. 72)

Há uma exaustão dos recursos verbais nas culturas de massa e na política, o que faz com que o silêncio se apresente como um refúgio, uma alternativa quando “as palavras pronunciadas no meio urbano estão impregnadas de selvageria e mentiras” (STEINER, 1988, p.74).

Na literatura a escolha pelo silêncio está vinculada à crise que a palavra enfrentou nos dois últimos séculos. Steiner salienta que a recorrência por esse elemento expressivo se configurou com o desenvolvimento dos estudos das múltiplas linguagens – musical, matemática, de sinais –, e principalmente, após a Primeira Guerra Mundial. Motivada por esses acontecimentos, a crença de que a linguagem verbal era capaz de refletir sobre as coisas, foi abalada e a literatura também passou a representar a “crise da palavra”¹⁴. Desse modo, os escritores que aderiram a essa concepção tiveram dois caminhos a escolher: tornar o seu idioma representativo da crise geral, tentando transmitir por meio dele a precariedade do ato comunicativo; ou optar pela retórica do silêncio.

Nesse jogo de antíteses, interpretar o silêncio pode ser uma tarefa árdua, de busca de sentidos velados, que pode conduzir, vez ou outra, a um hermetismo intransponível. Esse elemento da linguagem é um dispositivo discursivo de grande relevância, e é necessário procurar entender os diversos modos de não dizer, analisar quem pode ou não falar, averiguar quem fala por quem. Dessa maneira, apreender o silêncio não é simplesmente traduzi-lo em palavras, porém, compreender os processos de significar que estão envolvidos no jogo do discurso e no contexto em que ele ocorre.

¹⁴ Steiner afirma que essa crise ocorreu em nível mais profundo e mais conseqüente na Europa Central, especialmente em Viena e Praga, entre 1900 e 1925, com os escritores, filósofos e críticos que sofreram o terror gerado pela catástrofe da Primeira Guerra Mundial. A drástica crise da linguagem se concentra no fato de que “a mente perde a confiança no próprio ato de comunicação” (1990, p.76) e o silêncio materializa essa crise do vazio e da morte da palavra. O pensador alemão cita o seguinte conjunto de obras como precursoras da reavaliação da linguagem, dessa “escola do silêncio”: *Carta de Lorde Chandos* e *Der Schwierige*, ambas de Hofmannsthal; *Beiträge zu einer Kritik der Sprache*, de Fritz Mauthner; *Tractatus*, de Wittgenstein; *Canção noturna do peixe*, de Morgenstern; *Moses de Aron*, de Schönberg, e toda a obra de Karl Kraus e de Kafka.

1.3 Rio-das-Paridas: o poder da palavra e a censura

Coriolano entende num arrepio que a metade da gente é a própria voz.

(Francisco Dantas, *Os desvalidos*)

O narrador-protagonista de *Coivara da Memória* ao reconstruir os fatos marcantes de sua existência, e, conseqüentemente, delinear o percurso de vida das outras personagens, recria imagens da trajetória – constituição, ápice e decadência – de uma sociedade patriarcal, ou seja, o romance representa o passado histórico-cultural sergipano, retrato autêntico de um Brasil arcaico e autoritário. Durante a recuperação do tempo distante, a ambientação da narrativa oscila basicamente entre o espaço rural, Engenho do Murituba, e o espaço urbano do município de Rio-das-Paridas.

Tais espaços são integrantes de uma sociedade que desde as suas origens esteve submetida a relações de poder assimétricas, as quais permitiram o exercício e a imposição da palavra de uns, enquanto outros tiveram a sua posição de sujeitos falantes interdita¹⁵, portanto, condenados ao silêncio. Caso estes sujeitos condenados ousassem ultrapassar o limite simbólico a eles imposto, eram ignorados ou recebiam represálias cruéis. Contudo, antes de adentrar na análise da sociedade ficcional e averiguar as convenções sociais que permitiram alguns indivíduos falar e obrigaram outros a calar, faz-se necessário realizar um breve excuro teórico sobre linguagem, em especial, sobre a importância da palavra na vida dos seres humanos.

No mundo prenhe de vida, repleto de cores, de sons e de odores, uma enorme massa de informações é formulada, propagada, recebida e compreendida em cada momento do processo vital. Mesmo em um ambiente sem palavras, as mensagens são comunicadas por meio de códigos não-lingüísticos¹⁶. A linguagem é apenas um entre um imenso número de

¹⁵ Conforme Michel Foucault em todas as sociedades a produção do discurso é simultaneamente “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos. Dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Nesse sentido, na vida em sociedade a interdição da posição de sujeito falante de alguns indivíduos é um processo excludente (2008, p.8-9).

¹⁶ Os seres vivos além das estruturas elementares contam também com uma grande gama de articulação: odores, gestos, colorações, comportamentos, sons, secreções, expressões corporais. Estas articulações, isoladas ou em conjunto, comunicam uma mensagem, assinalam perigo ou solicitação, constituem um grupo ou uma unidade de informação que é transmitida. “A vida avança em meio a uma incessante rede de sinais”, afirma Steiner (1990, p.65), e a sobrevivência no mundo depende de como o ser recebe esses sinais, da rapidez e precisão com que identifica os que são eminentemente vitais para si e para o grupo de que faz parte. Um organismo que não consegue decodificar com precisão os sinais, porque seus receptores estão insensíveis ou porque não os compreendeu corretamente, acabará sendo eliminado, a morte será certa.

códigos expressivos, mas nem por isso menos importante, ao contrário, ela é um fenômeno único e próprio do homem.

Entre linguagem e homem se estabelece uma relação de dependência, um precisa do outro para existir plenamente. O ser humano já dizia Hesíodo é “um animal, uma forma de vida que fala” (apud STEINER, 1990, p.68). Por isso, a “humanidade” do homem, a sua identidade, que pode ser declarada para si e para os outros é em função da fala. Esse é o traço que separa o homem do animal, é a sua essência. Na química do sangue e no ciclo da vida, os primatas estão muito próximos dos seres humanos, os laços de parentesco são estreitos, mas apenas o homem tem a capacidade de organizar o passado, o presente e o futuro. Capacidade essa propiciada pelo poder da fala (GUSDORF, 1970, p.7).

A palavra, o poder de manipulação da linguagem é o que garante a fronteira entre a animalidade e a humanidade. Por meio dela, o homem pode domesticar os animais. O contrário não acontece, uma vez que os últimos somente falam, comunicam-se com palavras, nas fábulas e nos contos de fadas. Dessa forma, a linguagem é o elemento essencial que torna possível o ingresso e a permanência do homem na sociedade, afetando diretamente o destino do ser, a sua felicidade ou a sua desgraça (CASSIRER, 2006, p.78).

Neste contexto, a palavra ocupa uma posição extremamente relevante na vida em comunidade, pelo motivo de que ela não apenas permite que o homem domestique os animais, como também permite que o ser humano que domina a palavra, exerça poder sobre os demais homens (CASSIRER, 2006, p.78). Holanda também defende que a posse da palavra proporciona poder ao sujeito enunciativo, especialmente quando analisa a personagem Fabiano – do romance *Vidas Secas*, de Ramos - e o seu meio social, afirmando que a “palavra é a expressão de poder, ele privado da palavra, portanto, de poder” (1992, p.69). Contudo, a falta de domínio da linguagem verbal e o silenciamento dessa personagem expõe uma opressão, revela um sistema social injusto (HOLANDA, 1992), no qual quem tem poder financeiro, ou está em uma situação social privilegiada, tem a oportunidade de mergulhar no rico universo da linguagem e dominá-lo, enquanto os sujeitos desvalidos não têm acesso a esse mundo. Portanto, não dominam a palavra e tornam-se vítimas da exploração social.

A relação de dominação de alguns homens por meio da linguagem, para Pierre Bourdieu, é produto de uma construção social de reconhecimento do poder daquele que fala por parte daqueles que ouvem, uma vez que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é competência das palavras” (2001, p.15). Quer dizer, um corpo social encarnado em um

corpo biológico, porta-voz autorizado, portador de um poder simbólico¹⁷ tem suas palavras aceitas e acatadas por corpos biológicos socialmente moldados para reconhecer as ordens de quem tem poder para proferi-las.

Esse domínio realizado através da posse da linguagem e/ou da palavra está presente no romance *Coivara da Memória*. De acordo com os relatos que o narrador recupera¹⁸, o primeiro indivíduo que teve a palavra de ordem reconhecida e aceita, no contexto social colonial da narrativa, foi o português Costa Lisboa. Este depois de muitas andanças pelo interior do Brasil, somente encontrou naquela região sergipana os “ares propícios” que procurava para estabelecer moradia¹⁹ com o “bando da parentada” (p.80). O povoado, na época, era uma “terra meio desabitada”, esquecida até pelos mascates, onde a circulação da moeda corrente era rara, a ponto de muitos habitantes desconhecerem dinheiro, constituída por uma “gente muito rude e muito tola” (p.80).

A “gente rude” era o solo fértil de que o lusitano necessitava para que o seu poder germinasse. Com o faro apurado que somente os dominadores tinham, já que os colonizadores portugueses eram “farejadores e exploradores de riqueza” (HOLANDA, 1956, p.137), ele soube enxergar longe, “com os olhos faiscando de cobiça” (p.81) que aquela terra pobre e esquecida, sob os seus domínios, prosperaria. Conta a lenda que

Costa Lisboa teria estufado o peito e alevantado os braços para então vaticinar, no seu jeitão de profeta muito esperto:

– Rio-das-Paridas nunca vai esbarrar de crescer... se os seus filhos não pecarem como não pecam estes frutos! [da árvore sob a qual se realizavam as primeiras negociações]

E assim foi! (p.81)

Neste trecho, o narrador descreve a *performance* adotada pelo português para enunciar a profecia: com o peito estufado e os braços levantados como um profeta. A expressão

¹⁷ A expressão “poder simbólico” é aqui compreendida segundo a definição de Bourdieu: “um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condições de se fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária. A eficácia desse poder se exerce não no plano da dor física, mas sim no plano do sentido e do reconhecimento” (2000, p.60). Reconhecimento motivado pelo temor e pelas relações de dominação.

¹⁸ Ao reconstruir e recompor a formação de Rio-das-Paridas ressalto a estratégia narrativa ambivalente, da qual o narrador se vale, ou seja, ao longo de seu discurso são utilizadas as seguintes expressões : “Conta a lenda” (p.81), “Dizem até que” (p.85), “Reza a boca do povo” (p.80). Expressões essas que creditam a responsabilidade pela veracidade dos fatos a outras pessoas, eximindo-o de qualquer comprometimento, até porque a formação urbana situa-se em um passado muito distante, do qual não há mais sobreviventes dessa época.

¹⁹ A narrativa espelha o sistema de colonização histórico brasileiro, isto é, Sérgio Buarque de Holanda explica que durante a colonização portuguesa das terras brasileiras, a procura do lugar era extremamente importante para o colonizador, que antes de qualquer coisa deveria “verificar com cuidado as regiões mais saudáveis, pela abundância de homens velhos e moços, de boa compleição, disposição e cor, e sem enfermidades; de animais são e de competente tamanho, de frutos e mantimentos sadios; onde não houvesse coisas peçonhentas e nocivas; de boa e feliz constelação; o céu claro e benigno, o ar puro e suave” (1956, p.128).

corporal reforça a palavra sacralizadora que concentra uma força mágica, uma vez que a profecia se cumpre: os feirantes que vendiam seus produtos no vilarejo todos os sábados passam a ser insuficientes para saciar as necessidades dos habitantes, a vila torna-se rota de mascates.

Ernest Cassirer (2006) afirma que a expressão de poder da palavra está presente desde os relatos da criação divina. Parafrazeando a bíblia, tem-se a seguinte sequência: No princípio era o caos... O caos reinava sobre o universo. Neste momento genesíaco Deus mediante o pronunciamento de sua palavra estabeleceu a ordem dos elementos, separou a luz da escuridão, as águas da terra. A palavra divina deu ordem ao caos cósmico. Segundo as escrituras, a primeira palavra foi a de Deus, palavra criadora, ordenadora. Palavra de graça, que chamou todo o universo à vida, que teve o dom de provocar a existência.

De certo modo, o prenúncio do “profeta muito esperto” é a palavra de graça que chama o lugar esquecido à existência reconhecida. Antes de Costa Lisboa a vila vivia na escuridão da ignorância comercial, depois dele e da sua palavra de ordem ela entrou em uma nova era: a do desenvolvimento. O sucesso dessa fase fez com que se atribuísse um nome para a localidade, de “Rio-das-Paridas”, que estava associado a um riacho próximo, onde as mulheres após terem concebido, banhavam-se para purificar o corpo e reiniciarem sua vida sexual que geraria mais um filho. A simbologia da escolha desse nome é representativa de “um novo ciclo de procriação que se desencadeava nesta zona e nas suas adjacências” (p.82).

Pouco a pouco, o lusitano, na condição de estrangeiro, dotado do conhecimento de uma terra distante e desenvolvida, era cada vez mais admirado e respeitado pela “gente tola”: “Costa Lisboa caía no agrado dessa gente que ia se engraçando de seu andar vagaroso e pendido de tanta honra que tinha, de sua sabença apanhada na outra banda do mundo” (p.81). Neste excerto, fica explícito que o português detinha uma virtude essencial, uma qualidade inexplicável, que despertava a adesão afetiva e entusiasmada dos homens, levando-os espontaneamente à obediência, virtude essa que Max Weber denominou de “carisma”²⁰.

A respeito da “gente rude”, o narrador não nos apresenta detalhes sobre a sua cultura ou sua religiosidade, somente expõe a predisposição dos habitantes autóctones para a dominação e para o “fanatismo”: “povinho *meio cordeiro, predisposto a fanatismos de credence e beataria*” (p.82) (grifos meus). Nesse contexto, Costa Lisboa transformou-se em um líder que primeiramente conquistou a todos – ou melhor, encantou a maioria dos moradores – com o seu

²⁰ Carisma para Weber é “uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos, ou pelo menos extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar, e, portanto, como ‘líder’ ” (1991, p.158-159).

carisma. Os habitantes reconheceram livremente as qualidades pessoais de líder genuíno que o português tinha, tornaram-se de modo espontâneo “discípulos”²¹, cumpriam as ordens e aceitavam as ideologias do novo guia. Iniciou-se, assim, uma relação de dominação carismática.

É necessário mencionar que o estrangeiro que saiu de sua terra e fixou raízes em um lugar distante não rompeu com sua religião, a católico-cristã, que o acompanhou na nova empreitada. Visando o benefício próprio, o português obteve arditosamente o poder eclesiástico²² através do qual “aconselhava, batizava e abençoava” (p.83), e, cobrava todas as sextas-feiras adjutórios com o pretexto de que os fiéis “não estavam servindo a ele, mas ao Sagrado Coração de Jesus” (p.83). Além disso, exigia que os crentes cumprissem, como penitência meritória para a salvação das almas, o mandamento bíblico de “crescei e multiplicai-vos” (p.81), com o intuito de fazer com que aumentasse a população e a mão-de-obra barata para os *seus* canaviais²³.

Dessa forma, a religião católica configura-se, no contexto do romance, como um instrumento de dominação. A igreja, conforme Bourdieu (2003), é uma das armas mais fortes utilizadas para assegurar a ordem da sociedade, conseqüentemente, materializa-se em um dos pilares sobre o qual se assenta a relação hierarquizada entre os sexos e entre a sociedade. As instituições religiosas, detentoras do capital simbólico podem, por meio de representações, de linguagens e da palavra autorizada, manipular tanto a produção simbólica quanto impor normas de condutas, por este motivo

A concorrência pelo poder religioso deve sua especificidade (em relação, por exemplo, à concorrência que se estabelece no campo político) ao fato de que seu alvo reside no monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um *habitus* religioso particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme

²¹ Conforme Weber (1991), na dominação carismática, o *quadro administrativo* do senhor carismático, que se comporta como um “líder”, não é um grupo de funcionários profissionais – como na “dominação legal com quadro administrativo burocrático” -, nem é um grupo de dependência doméstica ou pessoal – como é na “dominação tradicional” -, mas configura-se como um grupo de “adeptos”, “discípulos”, que reconhecem o carisma pessoal que emana do sujeito e por isso, como crentes fiéis acatam as ordens e exigências do líder. Dessa maneira, a dominação carismática é uma relação de caráter emocional.

²² Essa situação foi típica durante a colonização portuguesa, período em que a Ordem de Cristo transferiu aos monarcas portugueses, com o patronato nas terras descobertas, poderes eclesiásticos, nomeando-os com clausura de ratificação pontifícia. Os religiosos, reconhecidos pela Santa Igreja, com o poder em mãos “cobravam dízimos para dotação do culto e estabeleciam toda sorte de fundações religiosas, por conta própria e segundo suas conveniências momentâneas” (HOLANDA, 1956, p.166).

²³ Diante disso, Costa Lisboa não é um “tipo carismático puro”, isto é, alheio à economia (WEBER, 1991, p.160). Ao contrário, ele desenvolve sua dominação carismática sob o aproveitamento econômico dos seus adeptos, situação comum entre alguns líderes, que buscam meios materiais para assegurar seu poder e firmar seu prestígio de senhor. Segundo Weber, “A manutenção por mecenas - grandes mecenas (doações, corrupção, gorjetas em grande escala) – ou por mendicância, de um lado, e espólio ou extorsão violenta ou (formalmente) pacífica, de outro, são as formas típicas da provisão de necessidades carismáticas” (1991, p.161).

os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência. (BOURDIEU, 2003, p. 88)

As exigências ao cumprimento dos mandamentos é uma forma de disciplinar e canalizar a energia dos rudes habitantes, os quais eram guiados por uma ordem mantida com artifício pela tirania daquele que se interessava em ter mobilizadas todas as forças econômicas da região para desfrutar, sem maior esforço, dos benefícios que elas poderiam oferecer. Nesse momento, a narrativa reproduz o esforço dos colonizadores portugueses, lembrado por Holanda, que tinha como marca predominante o “caráter de exploração comercial” (1956, p.130).

Assim, o “povinho meio cordeiro” encontrou no português a figura do pastor que não somente guia, protege, modela as suas ovelhas para o bem, mas principalmente, as domina submetendo-as ao seu poder. Ao tempo em que o fundador da cidade se tornava proprietário rural formava-se uma comunidade hierarquizada, onde a voz do senhor assumia poder absoluto²⁴, quer dizer, o português ascendendo economicamente ia integrando súditos como seus trabalhadores mediante, pois angariava a pobreza das cercanias “sob a sua sombra” (p.80). Com uma posição social privilegiada – nas palavras de Bourdieu, sendo um corpo social encarnado em um corpo biológico reconhecido –, Costa Lisboa impôs a sua palavra de ordem sobre os demais, o poder das suas palavras teve na religião o principal meio para legitimar, explorar e domesticar o povo.

Entretanto, a estrutura do campo religioso é um espaço caracterizado por lutas e tensões entre os agentes e as instituições engajadas na conquista do poder (BOURDIEU, 2003, p.120). Nesse sentido, cabe lembrar que o narrador denominou a população de “povinho *meio* cordeiro” (grifo meu), portanto, pressupõe-se que uma parcela dos habitantes não era submissa e também não aceitava a palavra de ordem do forasteiro. Pressuposição confirmada ao longo da narrativa sobre a formação da cidade Rio-das-Paridas. O que acontecia com essa parcela populacional que não se dobrava aos poderes do português? O narrador é enfático ao escrever que se um ou outro habitante desabusado e descrente não atendesse aos rogos do pastor ou não se submetesse a relação de dominação, este mostrava o seu lado vingativo:

²⁴ Conforme Eul-Soo Pang, os fazendeiros portugueses instalados nas regiões do Nordeste brasileiro administravam o seu domínio, engenhos de açúcar e/ou fazendas de gado, como senhor absoluto. Essa classe de senhores, apesar de pequena em número, dominava a população local dependente. Os senhores empregavam uma vasta hierarquia de trabalhadores – livres e cativos – e a dependência de uma força de trabalho diversificada “promoveu a elevação do patriarca a uma proeminência sócio-econômica em seu domínio ou em sua região; surgiu, entre os ricos e os pobres, um relacionamento de patrão-dependente baseado num relacionamento de um superior com um inferior. Esse laço reforçou o paternalismo social, em que o fazendeiro explora habilmente com finalidades políticas e usava rotineiramente para justificar o exercício de poder no domínio público. Esse sistema de supremacia política de um único homem, cujo poder se baseava no status social e econômico privilegiado, é antecedente colonial do coronelismo dos séculos XIX e XX” (1979, p.22).

Como bom católico que era na consecução de seus intentos, nas horas em que pressentia que os insubordinados não ligavam para a maldição eterna, aí então largava de lado o apelo à salvação das almas, e jogava pragas terríveis diretamente sobre os corpos, vaticinando furibundo:

– Não tardará o dia em que os relaxados – aqui mesmo! – se cubram de escamas e tumores... de cravos e verrugas! (p.83)

A vociferação, palavra que explode no rompante de raiva, era a estratégia utilizada pelo católico fervoroso para manipular e dominar os crentes. No entanto, Costa Lisboa não se limitava a rogar pragas, seu desejo em manter o povo obediente à religião católica e, principalmente, submetidos ao seu poder, vai além: “chegava ao requinte de anotar o nome dos faltosos num caderninho encardido, a fim de suspender os pequenos favores que porventura lhes concedia e desancá-los no grito da descompostura” (p.85).

Em contrapartida, quando a palavra autoritária e a ameaça não eram suficientes para amedrontar e dominar o desobediente, a violência física tomava a cena: punia com a castração os homens e as mulheres com o apedrejamento. Dessa forma, os parentes dos condenados se desejassem manter o direito a seu domicílio na cidade, obrigavam-se a calar as revoltas, a silenciar a sua palavra que estava censurada pela figura despótica de Costa Lisboa.

Com Costa Lisboa é exposta uma face violenta da dominação masculina e religiosa que destoa daquela apresentada por Pierre Bourdieu. Em outras palavras, para o sociólogo francês, a lógica interna da dominação só funciona porque os dominantes utilizam categorias do ponto de vista dos dominados, o que faz com que estes não percebam, porque “os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestam neles em forma irreconhecível de relações de sentido” (2002, p.14). Por sua vez, o lusitano não pratica um sistema simbólico de dominação, mas exerce um controle explícito por meio da coerção física e discursiva dos sujeitos, os quais têm consciência das relações de poder e de sentido a que estão submetidos.

Assim, a palavra de ordem legitimada pela religião materializou-se como força de lei em Rio-das-Paridas. Lei desigual e injusta que oprime os habitantes desprovidos de poder financeiro e interdita a posição de sujeitos falantes. Da mesma forma que, Costa Lisboa se transformou na mais alta autoridade civil, uma espécie de síntese do poder religioso e do monárquico: “Danado de sabido que era, domesticava a seu favor o bando de tutelados para quem passou a ser uma híbrida legenda de santo e rei!” (p.84). A dominação carismática mantida pelo mesmo assume caráter permanente e transforma-se em uma dominação de caráter

tradicional²⁵, quer dizer, o líder se transforma em senhor pessoal com posses financeiras, enquanto os discípulos e adeptos que antes o seguiam espontaneamente passam a ser servidores pessoais, vassallos submissos que estão ligados ao senhor através de laços de dependência econômica.

A origem da cidade baseia-se na relação de dominação do português que povoou a nova terra e submeteu por meio da religião o povo autóctone ao seu poder, de certa forma escravizando-o²⁶. Embora existisse uma insatisfação considerável, pois nem todos os habitantes acatavam a palavra de lei e nem aceitavam a posição de oclusão discursiva que o lusitano infligia aos sujeitos nativos, a cidade molda-se às maldades, severidades e preconceitos de Costa Lisboa, fica com ele doentia, tanto que quando o pastor morre, muitos de seus fiéis seguidores desejam também morrer. Originou-se, deste modo, um povo extremamente rígido e intolerante para com seus integrantes, fanático pela crença católico-cristã. Todavia, após a morte de seu fundador a cidade Rio-das-Paridas sofreu transformações:

Desaparecido fisicamente o seu parceiro e fundador, aquele povoadozinho de então passou a ir se ajeitando com o que restou de seu espólio moral, de suas lendas, e do sangue espalhado na numerosa descendência. E quando, num longo decurso, essa herança foi pouco a pouco enfraquecendo e se diluindo, coagida pelo prestígio de novas forças e interesses contrários que despontavam – o arruado já virado cidadezinha acompanhou essa descaída paralelamente, se deixando amolecer e descaracterizar, de timão desgovernado. Hoje... já ninguém reconhece nisto aqui aquela antiga e escarpada identidade! Pode ser um amontoado de casas mais adiantado com pracinha limpa, as ruas mais compridas e abertas, e as repartições que não tinha; pode se ter tornado sede do município com sua comarca privada; pode muito bem ser qualquer coisa a mais que não cabe enumerar aqui – menos o Rio-das-Paridas que cresceu agarrado no pulso de Costa Lisboa. (p.79-80)

Só muitos anos depois, a severidade dos herdeiros do velho maiorial foi abrandando, a terrível intransigência do povo açulado por eles sendo igualmente solapada pela gente que chegava das cidades distantes [...]. Já agora... não se apalpa em nenhum dos vivos aquela identidade acerada, lentamente destruída pela família de seu fundador, pelo afrouxamento da rigorosa intolerância, e por uma mistura de costumes descaracterizados. (p.86)

Considerando que uma urbe não é constituída apenas pela arquitetura e a construção civil, mas principalmente, pelos homens que a habitam (REBELO, 2006, p.26), os dois trechos

²⁵ De acordo com Weber, a dominação carismática, em sua forma pura, é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal. Todavia “quando essa relação não é puramente efêmera, mas assume o caráter de uma relação *permanente* a dominação carismática, que, por assim dizer, somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se” (1991, p.161-162).

²⁶ Vale marcar que “mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que colonização” (HOLANDA, 1956, p.147).

são exemplares para mostrar as alterações identitárias da cidade. O primeiro, em especial, enfatiza o desenvolvimento físico da localidade que passou de um povoadozinho, um arrudado, para uma cidade com praça, ruas, repartições públicas e privadas, o desenvolvimento da construção civil propiciou que a vila se tornasse sede do município. Já o segundo revela a mudança dos valores dos homens que a habitam; com a morte do dominador e com a chegada de novos íncolas, a severidade, a intolerância, o preconceito, a intransigência, enfim os traços identitários rígidos foram abrandados e amenizados. As mudanças físicas e morais deram um contorno à cidade que a afastou do projeto inicial de Costa Lisboa.

Embora Rio-das-Paridas tenha se transformado, há alguns “traços substanciais” (p.87) e “hábitos embrutecidos” (p.80) que se mantêm rígidos e constantes. O principal elemento que resiste imutável ao longo dos tempos é a palavra de poder que os descendentes de Costa Lisboa herdam, isto é, nos diferentes episódios da narrativa é representada a hegemonia da palavra masculina sobre a perpetuação do silêncio e da opressão tanto das mulheres quanto dos despossuídos, dois grupos que têm as suas palavras desvalorizadas.

O sistema de poder assimétrico entre os gêneros resiste à temporalidade e a modernização. Ao recuperar o tempo remoto da sua infância, o narrador realiza incursões sobre a construção social da dicotomia masculino-feminino no patriarcado rural; construção essa que se encontra em desconstrução, porém continua operando no tempo da escrita. Nas sociedades tradicionais, a dissimetria entre os gêneros é radical e está gravada primeiramente no corpo, lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que o capital cultural é gravado, porque ele é a primeira forma de identificação dos sujeitos desde o nascimento:

[...] a simples observação dos órgãos externos ‘diagnostica’ uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes. (SAYÃO, 2003, p.122)

Por conseguinte, o sexo define se o indivíduo será dominador ou dominado, assim, o corpo é a materialização da dominação, é o “locus” do exercício do poder por excelência. Em segundo lugar, a assimetria entre os gêneros é registrada na divisão dos espaços – público e privado –, nas disposições, nos *habitus*²⁷ e na atribuição de papéis diferenciados aos sexos

²⁷ Embora seja possível encontrar nos estudos sociológicos de Bourdieu (1991) diversas formulações para o conceito de *habitus*, utilizo esse termo no sentido expresso no estudo *A Dominação Masculina*, no qual o teórico francês afirma que *habitus* é um conjunto de disposições adquiridas, produzido por “esquemas” de percepção e de ação que orientam os agentes a apreender seu lugar no mundo social, percebendo tal lugar como natural. Em

(BOURDIEU, 1999, p.60). Tais divisões são resultados de um longo processo coletivo de socialização dos corpos, estando os indivíduos desde cedo impulsionados a reproduzirem modelos sociais que cabem a cada gênero²⁸.

Aos homens é reservado o espaço público, o externo, no qual se desenvolve o “trabalho produtivo”, moral e intelectualmente reconhecido; as relações de propriedade e de dominação. Contudo, o papel de sujeito dominante e produtivo não é protagonizado por qualquer homem (BOURDIEU, 1999). Em *Coivara da Memória* esse papel de destaque é privilégio dos filhos primogênitos, os quais são educados para assumirem o poder familiar:

Os primogênitos homens aqui nascidos são indistintamente preparados e educados para o mando, desde muito cedo cumulados de regalias: são sempre os mais endinheirados, dão riscadas incríveis sobre os cavalos fogosos, *mandam e desmandam sem dever satisfação a ninguém.* (p.107) (grifos meus)

Os primogênitos, dotados de direitos e regalias, são portadores da palavra de ordem e exercem seus poderes sobre todos. Assim, os atributos necessários correspondentes para o desempenho deste papel social superior é simbolizado no homem racional-ativo-forte-potente- viril e possuidor. Dissimetria de poder total, uma vez que as filhas primogênicas não desfrutavam da mesma posição distinta de seus irmãos: “nos limites deste município, jamais coube a alguma filha mais velha maior partilha dos bens herdados, ou quaisquer outros privilégios, senão a incumbência de trabalhar como uma moura” (p.134).

Em contrapartida, às mulheres é destinado o espaço privado, suas atividades são restritas a casa, ambiente reservado à atuação e ao desenvolvimento das atividades femininas. Nesse espaço confinado, elas desempenham os papéis de filha, esposa, mãe, irmã, enfim, trabalhadoras domésticas que mais se assemelham à escravas submissas, sempre prontas a atender as vontades masculinas. Os atributos necessários ao desempenho deste papel subordinado ou inferiorizado são exatamente opostos em relação ao seu *outro*. A mulher é então construída *femininamente* como uma criatura emocional-subjetiva-passiva-impotente-pacífica-recatada-doméstica e possuída:

[...] suas irmãs vivem a ciscar no borralho doméstico, entorpecidas pelos servicinhos miúdos – *sem falas*, coitadas! – buscando consolo em missas e novenas, nas procissões e nas penitências. Se casam, se tornam para sempre senhoras, cativas de ganhões e tamancudos; se ficam solteiras, que nem Tia

geral, os dominados não conseguem perceber outros caminhos, adotando, então, um comportamento de acordo com os esquemas dominantes.

²⁸ A respeito do processo coletivo de socialização dos gêneros ver os estudos de Bourdieu e de Simone de Beauvoir.

Justina, coíbem o corpo a ferro e fogo, sob cilícios e cordas, renúncias e pancadas. É toda uma estirpe de *fêmeas caladas*, que a tudo renunciaram com medo de viver, de antemão resignadas porque lhe inculcaram o costume de não se meter em conversa nem segredo de homem, *proibidas de saber e perguntar*. Sem nenhuma motivação para as expansões, terminam se contentando com os bilros e agulhas [...]. Aqui, esta discriminação sempre lavrou como que despercebida, sem ser contestada sequer pelas vítimas arruinadas, pelas perdedoras de todos os tempos. Virou palavra de lei em torno da qual, por muitos anos, todos sempre se curvaram, vivendo e se entendendo, prolongando assim as *iniquidades abafadas*. Desse modo, neste estranho conflito de imposição e obediência, em que os tutelados jamais ofereceram resistência ao primogênito. (p.107) (grifos meus)

O excerto descreve a situação de dominação e subordinação que o gênero feminino, não somente no passado distante, mas também no presente narrativo, está submetido. Vítimas de uma organização social injusta, as mulheres de Rio-das-Paridas, não têm o direito de tomar a palavra, vivem desde muito cedo condenadas ao silêncio. O universo discursivo apresenta-se como espaço restrito aos homens, dessa forma, as missas, as procissões, os trabalhos são como o refúgio da identidade abafada, da voz oprimida e da expansão interdita, emudecidas em seus desejos reais, caladas em sua expressão.

O silêncio de aceitação é mantido pelo sexo feminino, que não apresenta nenhum sinal de resistência à dominação. A passividade das mulheres chega ao extremo, a exemplo de Tia Justina que protege e zela²⁹ pelos irmãos que a ludibriam, a enganam e roubam a herança que lhe é de direito:

[...] me compadeço de sua vida mal arrimada [Tia Justina] nos parques haveres que os irmãos machos lhe destinaram, fazendo de conta que a favoreciam, quando na verdade lhe concediam apenas uma pequena nesga das terras produtivas que lhe subtraíram [...]. Nestes últimos tempos, de tão severa e nunca vista carestia, quando o dinheirinho que recebe não chega para custear as despesas de seu modestíssimo passadio, ela franze o cenho, mexe os olhinhos miúdos e cala por um momento o velho sangue; bota uma pedra sobre as

²⁹ Em especial as mulheres solteiras, no contexto social ficcional, mesmo livres do cativo indissolúvel do casamento, são obrigadas a cumprirem o papel social destinado ao gênero feminino. Quer dizer, as vitalinas ocupam o seu tempo a cuidar e zelar de um irmão celibatário ou um parente do gênero masculino, como por exemplo, no tempo distante o irmão mais velho da avó tem na sua casa uma irmã, uma espécie de governanta: “Depois do café no bucho, sol já bem alto, é que o mão-de-figa [irmão primogênito da avó] se botava para sua fazenda, onde tinha uma irmã solteirona dedicada exclusivamente a seu serviço, danada de zelosa, sempre ocupada em cuidar de seu de-comer, dos seus bichos miúdos, e de tantos outros afazeres que a deixavam de mãos tronchas e escalavradas” (p.135). Por sua vez, no tempo presente, Tia Justina, também vitalina, cuida e protege o seu sobrinho – o narrador - um cinquentão solteiro. Essa situação de dependência masculina, encontrada com mais frequência nas sociedades patriarcais, é explicada por Beauvoir que afirma que mesmo o homem sendo socialmente um indivíduo autônomo e completo, quando se encontra na situação de celibatário não consegue sozinho prover a sua subsistência, torna-se uma espécie de parasita que necessita do cuidado feminino (1980, p.166). Por sua vez, Freyre menciona que as solteironas foram grandes vítimas da sociedade alicerçada no sistema patriarcal, onde eram “meio governante, meio parente-pobre”, consumidas pelas tarefas de lavar, passar, cozinhar, tornaram-se “pouco mais que escravas” (1951, p.308-309).

renúncias e a resignação de fêmea – e passa a imprecisar contra os irmãos ricos que vivem folgados na capital [...]. Mas só aguenta ouvir essas queixas de sua própria boca; ir mais além não ousa nem pode, que a isso a reduziram. Se apóio as suas lamentações e passo a maldizer os desalmados, mais que depressa ela se recompõe, e se volta toda irada contra a minha intromissão, me sapecando uma reprimenda desgraçada, porque nunca aprendo a curvar o lombo ante os mais velhos. (p.66-67)

No que tange a estrutura social representada, vale remarcar que desde a formação do município se estabelecem as relações de “dominação/sujeição”, as quais conformam a sociedade basicamente em dois pólos antagônicos na esfera do poder: os dominadores e os dominados. Em outras palavras, elas se consolidam à medida que as identidades sociais se “naturalizam” e se institucionalizam, como consequência as possibilidades de ações divergentes cedem lugar a uma trajetória social provável que delimita o futuro, pois constrói o rumo provável dos agentes nos mapas cognitivos coletivamente construídos (ROMANO, 1986).

Dessa forma, com o português Costa Lisboa, que dominou e explorou a “gente rude” e “tola” da localidade, nasciam o coronelismo e a dominação de caráter tradicional, que vicejariam em seus descendentes. Com o decorrer do tempo consolida-se a identidade social dos sujeitos dominadores pertencentes à família do português fundador, os quais herdaram não somente as posses materiais, como também o prestígio social e a posição privilegiada – marcas da trajetória social de uma linhagem que perpetua o poder por longas décadas. Assim sendo, o legado de exploração da estirpe lusitana é mantido por meio da exploração dos despossuídos, como o narrador declara: “Um Catingueiro [empregado do engenho] estupefocado de trabalhar para que nós, herdeiros de meu avô, trepássemos na vida, enquanto seus filhos definhavam e morriam sem comida e sem remédios” (p.59).

A família que descende do lusitano, dessa maneira, constituiu ao longo do tempo uma elite local que se transformou em liderança política. Ícones³⁰ dessa liderança, o avô do narrador e o Coronel Tucão têm o poder legitimado pela posse de bens materiais, e por isso impõem sua palavra de ordem³¹. O avô, como juiz da comarca jamais aceitava revogação ou recurso nas sentenças que proferia, enquanto Tucão, como “mandachuva” (p.271) da cidade, era o representante dos homens poderosos que conseguiam manipular todos os segmentos da sociedade. Logo, ambas as personagens são representativas da típica figura do coronel.

³⁰ Há outros doutores e coronéis que aparecem em segundo plano na narrativa, como: Doutor Maneca Tavares, compadre do senhor de engenho; e o coronel Melquias, senhor que espanca o negro Garangó.

³¹ Nesse sentido, a palavra de ordem tem o poder que a legitima alterado, isto é, primeiramente a palavra imposta foi validada através da religião difundida por Costa Lisboa, depois o poder da palavra é validada pelo poder político e financeiro das famílias de elite.

O coronelismo em uma perspectiva geral, baseia-se numa tripla fundamentação: no “nível econômico”, a grande propriedade, na qual se estabelecem relações de produção não capitalista, que se exprimem na dominação e dependência pessoal; na “dimensão ideológica”, que se apresenta como um conjunto de ideias, representações e normas que reforçam as práticas de submissão, de lealdade e de obrigações para com o senhor; e na “esfera política”, que se materializa no controle da coerção por meio da capacidade de organizar milícias particulares (DANTAS, 1986, p.365); com o passar do tempo agrega-se a essa tripla fundamentação o poder da manipulação eleitoral.

No romance, os mecanismos de poder do velho Tucão dizem respeito basicamente ao controle da coerção, ao prestígio social reconhecido – baseado na tradição de domínio adquirido por Costa Lisboa –, e a capacidade de barganha de voto³². Nesse contexto específico, o coronel não é um homem com título reconhecido pela Guarda Nacional, cujas insígnias poderiam ser identificadas em suas vestimentas. O coronel aqui é um senhor tradicional, proprietário de terras, com poderes (uso privado da violência, de imposição de valores morais, de controle de currais de votos) reconhecidos na extensão local onde sua influência é decisiva.

No outro pólo social, há uma massa heterogênea que vivia sob os domínios dos mandatários. De um lado há os indivíduos que mesmo desfrutando de uma posição privilegiada eram subservientes às lideranças políticas, como os representantes das incipientes instituições sociais: o Meritíssimo, o Promotor de justiça, o criminalista Joel Maranhão, e o novo tabelião (sobrinho do coronel Tucão). Estes representantes, na posição de dependentes da classe dominante, não dispoem de forças suficientes para desafiar os mandões locais precisavam unir-se a eles, viver à sua sombra, auxiliá-los e principalmente assegurar que a palavra do outro fosse cumprida e mantida, reforçando, desse modo, o poder dominante³³. Do outro lado há os sujeitos dominados – o povo propriamente dito – por esta estrutura social injusta, mas que não constituíam uma massa homogênea e predisposta unicamente a obedecer. Entre essa parcela dominada que não se submetia cordialmente aos poderes da elite encontrava-se o pai

³² Conforme Raimundo Faoro “o vínculo que lhe outorga [ao coronel] poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos [...]. A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel” (1975, p.622). Entretanto, não se pode cair no risco de considerar o voto como elemento base de poder dos coronéis em todos os momentos históricos, da mesma forma que não se pode considerar em todos os momentos da obra em questão, visto que o avô do narrador, que também era um coronel, não possui o poder de barganha de voto.

³³ Ibarê Dantas afirma que o poderio do coronel se alastrava por todas as instituições sociais: “ao coronel era franqueado o controle da máquina administrativa municipal. O juiz, o delegado, o professor, o exator, o médico e o vigário, todos são personagens a atuar subordinadamente aos seus interesses, todos trabalhando de alguma forma pela expressão reproduzida da sua dominação” (1986, p.370).

do narrador – que também foi tabelião do cartório – que ousou quebrar o limite simbólico a ele imposto e o velho Catingueiro que reivindicava que sua palavra fosse ouvida.

O pai do narrador era um sujeito que não pertencia à família Costa Lisboa, portanto, as suas origens não eram nobres. Além disso, o escrivão não estabeleceu aliança com o mandão local, nem pertenceu a nenhum sistema familiar tradicional, fator esse que dificultava mais ainda a sua vida na sociedade, pois, de acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, o indivíduo que não se achava preso e integrado numa família tradicional, muito dificilmente poderia prosperar e adquirir seu lugar ao sol. Prestígio e status eram privilégios concedidos somente aos “homens bons” integrantes da família do coronel – consanguíneos e não-consanguíneos –, enquanto forasteiros e indivíduos que não se encontrassem integrados como parente ou agregado em um sistema familiar viviam à parte, desajustados e sem direitos (QUEIROZ, 1976, p.45).

Desprovido de linhagem nobre e de proteção política, o serventuário da justiça teve o seu pedido de casamento negado pelo futuro sogro, o senhor de engenho. Contudo, o casal apaixonado não se dobrou as imposições sociais, fugiu, atravessou as fronteiras do estado e uniu-se legalmente na localidade Ribeira do Conde, longe dos domínios do grande patriarca. Depois disso, ele que já vivia excluído, passou a ser completamente ignorado pela família da companheira, visto que “nunca mais um Costa Lisboa concederia um bom-dia ao escrivão” (p.269).

Essa foi a primeira afronta realizada pelo tabelião à família tradicional; mais tarde com a morte da esposa, ele o libertaria o seu espírito insubordinável e quixotesco que até então mantinha preso. Não facilitando a barganha do voto³⁴ dos políticos apadrinhados com Tucão, esse serventuário transformou-se em um obstáculo à corrupção eleitoral. Além disso, o funcionário público ousou em todos os momentos oportunos, não apenas “encher a cabeça dos eleitores de maluquices” (p.271), mas principalmente, transpor os limites do silenciamento imposto à população que vivia submetida as relações de poder: com “fama de tumultuado” ele maldizia abertamente os poderosos da cidade, berrava “contra a valentia encapuçada” e exibia a “culpa dos inculpáveis” e “nessa questão de tomar a peito a dor dos mordidos e injuriados não tinha como ele para abrir a fala em violências e razões que incriminavam” (p.263).

³⁴ A barganha do voto, como já mencionado anteriormente, é um dos fundamentos do poder do coronel, tendo em vista que este, como figura que intermedia a relação entre o Estado e o povo (eleitores), passa a ser mais poderoso e respeitado na proporção de sua capacidade de assegurar o que se tem chamado de “votos de cabresto” (LEAL, 1997).

O falador injuriado foi um sujeito que teve coragem de subverter o pacto do silêncio, de ousar transpor o estado das relações de força simbólica. Ele não acatou a posição que o grupo dominante lhe impôs, ansiou a palavra e com a posse dela disse tudo o que foi obrigado a calar. No entanto, no contexto rígido das sociedades totalitárias, como é o caso de Rio-das-Paridas, a quebra do silêncio e a posse da palavra desmedida que revela o que deve ser mantido escondido, pelos que não tem esse direito reconhecido, tem um preço alto: a morte.

Preço conhecido pelos habitantes, pois na fala começa a confusão (HOLANDA, 1992, p.82). Confusão temida pelos sujeitos-objetos dos jogos sociais, os quais estavam atentos para seguir a regra imprescindível, a convenção social linguística do jogo: silêncio é vida, fala é morte. Por este motivo, eles viviam calados, evitavam a todo custo o *pathos* excessivo da palavra, como se constata na seguinte enunciação que o narrador ouve: “– Só tem assim esses rompantes, mode que é da fãmia do homem; falasse eu... não tinha a idade de hoje, pelos tempos que não comia pirão”³⁵ (p.264). Nesse momento, o silêncio enfatiza e conserva o peso do “social reificado” e “incorporado”, anulando as saídas possíveis da posição de dominados que os sujeitos ocupam. Dessa forma, o escrivão teve sua palavra excessiva e sua conduta insubordinada punidas com a morte³⁶. A população da cidade, mesmo sabendo quem fora o mandante desse assassinato não ousou pronunciar o que sabia, todos calaram as suas informações

Logo-logo, denunciado pelos indícios abertos, *o nome do mandatário que rege a morte de meu pai não era segredo para ninguém. A princípio, temeroso do manda-chuva, o povo maliciava apenas baixinho, um tece-tece nas dobras do sussurro, cochicho disfarçado de pé de orelha, completado com o rabo do olho. Como todo mundo ali comia na mão do chefão e temia se comprometer, cada um se encolhia a seu modo.* (p.266) (grifos meus)

A citação acima evidencia a força coercitiva do coronelismo que viceja e se exprime na relação de dominação e de dependência pessoal. O silêncio do povo consolida o pacto de dominação a que estavam submetidos e que colaboravam para solidificar. A situação descrita configura o que Orlandi denomina de *silêncio local*, a interdição do dizer, a censura, pois o narrador declara que todos sabem quem é o mandante da tocaia, mas ninguém ousa pronunciar abertamente o seu nome. Frente a isso, é confirmada a tese da pesquisadora de que o silêncio da censura não corresponde a ignorância, muito menos a ausência de informação,

³⁵ Este comentário ouvido pelo narrador durante um velório é proferido por um sujeito que acredita que o escrivão do cartório apenas tem coragem de atacar os chefões, pois é um protegido deles.

³⁶ O narrador-protagonista tem um destino semelhante ao do pai, revoltado contra o despotismo dos arranjos sociais coronelísticos, encarnados na pessoa do coronel Tucão, sofre no corpo a violência física, exatamente porque ousou desafiar a honra da família do coronel e a própria autoridade do mandante local.

mas sim à interdição do dizer, uma estratégia circunscrita em relação à política dos sentidos (ORLANDI, 1995, p.110).

Convém explicar que até mesmo o Meritíssimo, responsável por julgar o caso do serventuário, sabia quem foi o mandante do crime, contudo nada realizou para que a justiça fosse cumprida. Aqui a narrativa retrata uma situação típica do nordeste brasileiro, isto é, o poder judiciário e o poder criminal que tinham como objetivo reprimir a criminalidade e punir os culpados estavam nas mãos dos senhores rurais, pois tanto os juizes de paz quanto os meritíssimos apenas eram eleitos se tivessem a aprovação do mandante local, o que permitia que “os crimes cometidos por parentes e agregados a mando do chefe político ficassem inteiramente impunes, enquanto os crimes dos adversários eram rigorosamente castigados” (QUEIROZ, 1976, p.70).

Por sua vez, o velho Catingueiro, que no contexto da narrativa ocupava uma posição socialmente inferiorizada e marginalizada, não pronunciou publicamente as suas insatisfações, como o escrivão do cartório, ao contrário, ele recorria incansavelmente ao Meritíssimo exigindo que sua palavra fosse ouvida, reivindicando ao poder judicial que se fizesse justiça contra o cabo de polícia que desonrara sua neta de 12 anos. Todavia, o velho não tinha posses, era desprovido do poder financeiro que legitimava o uso da linguagem, portanto, sua palavra era ignorada, sendo em vão o seu suplício. O pobre velho que se arrastava sucessivamente ao Cartório sequer tinha todo o seu lamento ouvido pelo representante da justiça, que o despachava sem ter solução para o seu caso.

No entanto, por mais que o Meritíssimo defendesse que a “Lei é iniludível na prática da vigilância! [...] É imparcial para todos: ricos e pobres, pretos e brancos, grandes e pequenos!” (p.18), ela era parcial e estava a serviço de quem detinha o poder financeiro. Em outras palavras, o narrador por ser parte integrante do processo judicial, uma vez que é escrivão do cartório, tem conhecimento de que os julgamentos, em que as leis da justiça são aplicadas, não passam de encenações bem ensaiadas, nas quais os advogados e os membros do corpo judiciário envolvidos selecionam os artigos que melhor lhes convém para proteger as elites.

Assim, a palavra de ordem sempre está disponível para quem detém o poder, para quem tem uma identidade social reconhecida que permite a posse da mesma, enquanto os sujeitos despossuídos, e também as mulheres, têm suas palavras desprezadas e ignoradas: as “autoridades não são feitas para quem tem hidropisia e os pés assim costurados [...]. Essa gente

estudada demais, são tarefas e mais tarefas! Nunca, nunca vai ter tempo para você e nenhum outro estropiado” (p.290-291).

No município tradicional e autoritário de Rio-das-Paridas há uma relação conflituosa de dominação-sujeição, as palavras estão ligadas as identidades sociais que se conformam, se diferenciam através do desmerecimento de uma (a do grupo dominado) e da dignificação da outra (do grupo dominante). A “eficácia” da palavra depende da relação entre a linguagem autorizada, as disposições e a posição que a pessoa que a enuncia ocupa no mundo social. Desse modo, o silêncio de uns e a palavra de outros é reflexo das relações inter-humanas que geram a hierarquia social no discurso.

Logo, a posição subordinada – econômica, política e simbólica – implica uma despossessão quase absoluta do uso da palavra. Coriolano³⁷, indivíduo pobre, tem consciência da importância da voz/palavra na vida dos indivíduos, o que está em sintonia com as reflexões de Mikhail Bakhtin, que enfatiza que “a língua, a palavra, são quase tudo na vida do homem” (1997a, p.346).

Nesse sentido, com a posse da palavra o indivíduo tem a oportunidade de se tornar um ser completo, de assumir diferentes “posições” e de circular nas mais variadas regiões discursivas produzindo sentidos diversos. Contudo, em Rio-das-Paridas, as mulheres e os sujeitos despossuídos quando não são impedidos de tomar a palavra são impedidos de produzir determinados sentidos, vivem, portanto, sob uma censura constante. A censura é a interdição da fala e encontra nos regimes totalitários o solo fértil para germinar, porque “no autoritarismo não há reversibilidade possível no discurso, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos” (ORLANDI, 1995, p.81).

Enfim, a “palavra sacralizada e dotada de autoridade, infalível, incontestável, irrevogável [...] palavra exilada do diálogo” (BAKHTIN, 1997a, p.372), que não dá possibilidade da réplica atingi-la, foi semeada por Costa Lisboa na formação de Rio-das-Paridas, palavra que germinou e cresceu limitando, orientando e refreando a expressão discursiva do povo.

³⁷ Personagem do romance *Os Desvalidos* (1993).

2. GARANGÓ: SILÊNCIO HEROICO

sem língua e sem memória, sem nome e sem passado.
(Francisco Dantas, *Coivara da Memória*)

A escrita memorialística do tabelião que está num “crepúsculo de vida e tarde” (p.16) recupera tanto os dramas das personagens integrantes de uma classe dominante quanto as intempéries e sofrimentos dos sujeitos desfavorecidos. Referente a essa classe dominada, ele dá visibilidade especial a uma personagem que no microcosmo do engenho ocupa uma posição inferiorizada: Garangó. A criança que o narrador foi teve o melindre de enxergar o sujeito anônimo social, e agora atravessando uma situação conturbada, e, supostamente injusta, o tabelião recompõe o que restou desse indivíduo: o silêncio dos marginalizados.

Garangó era um homem negro que antes de chegar ao Murituba revidou a violência física da qual fora vítima na condição de escravo e após isso fugiu, assim se tornou caçado por seu antigo dono. Ele andou errante durante um período indeterminado, depois do qual foi encontrado por Seu Ventura e logo tornou-se serviçal do engenho. Com medo de ter a sua real identidade revelada o negro cala sua voz, esconde o próprio nome, tudo para proteger-se. Se considerarmos que “a palavra é, para o homem, começo de existência, afirmação de si, na ordem social e na ordem moral” (GUSDORF, 1970, p.78), é possível defender que Garangó ao oprimir sua palavra de certa forma pratica um *ato de suicídio*, pois renega a afirmação de si social e moralmente. No entanto, o *ato de suicídio* além de ser uma escolha que a personagem realiza, configura também a dura posição que os indivíduos despossuídos estavam submetidos em Rio-das-Paridas, a qual privilegia a palavra dos indivíduos que detêm o poder.

2.1 A repressão da palavra

Vale mais ser morto do que falar.
(Diógenes)

Garangó foi durante todo o tempo em que residiu no Engenho Murituba um mistério para os seus colegas que buscavam a todo o momento desvendá-lo. Sempre retraído e refratário diante das manifestações afetivas e conviviais, ele conservava a sua “boca de defunto” (p.252) de onde não saía sequer uma palavra sobre o seu passado. Aos poucos o homem adquiria hábitos que destoavam da conduta geral dos outros empregados, como fumar e beber de forma exacerbada, andar à noite pela mata, dormir nas copas das árvores e no

buraco da fomalha e rolar nas cinzas. Os hábitos destoantes juntamente com a falta de cuidado físico, com o silêncio e com a solidão do mesmo são aspectos que o tornam estranho aos olhos dos outros, que o estigmatizam como um ser lendário e mítico do folclore popular, mais precisamente o lobisomem:

Se algum menino chamador-de-boi esbarrava com Garangó pelas veredas dos pastos antes que a barra do dia rompesse a neblina – logo corria espavorido deixando os mansos animais ao Deus dará! Mais que depressa ia passar adiante que *vira Garangó desvirando lobisomem*: e algum dos que isso ouvia certamente acudiria a dizer incontinenti que por isso não dormira a noite, o diabo do rabudo rondando em rajadas fedorentas pelo terreiro da casa, dando tapas nos cachorros com a mão apinhada de ferros! *E assim cada criatura do Murituba ia adubando, condimentada a pragas e palavrões, a estranha reputação de Garangó*, bicho-homem cativo do fadário errante de andar solto pelas estradas e terreiros da noite, cuspiendo labaredas e maldições. (p.279) (grifos meus).

Assim, o novo empregado torna-se alvo das crendices dos indivíduos que o cercam. Até mesmo o narrador enfatiza que as lembranças que guarda dessa personagem são do tempo em que ele “já era temido lobisomem!” (p.277), conseqüentemente, os lugares que ele ocupava, a Mata do Balbino e o buraco da fomalha, passam a ser considerados como espaços mal-assombrados. No entanto, tal estigma aos poucos é contraposto ao de um indivíduo desvalido, rebaixado à condição subumana. Condição essa que de um lado lhe nega a total integração na vida em sociedade, mas que de outro lado lhe preserva a própria existência.

O nome dessa personagem é mencionado no primeiro capítulo da narrativa, quando o narrador em uma espécie de devaneio revê todos os seus mortos avançarem em cortejo e lhe obrigarem a rever o passado, ao retomar as lembranças sob uma perspectiva presente: “Bicho e gente, rodeiros e almanjas, Burungas e Garangós, todos caminham na fita onde perco os olhos, naturalmente ajustados a novas proporções” (p.22). Entretanto, essa personagem secundária somente vai ser devidamente apresentada e ganhar atenção do sujeito que recupera a memória no vigésimo terceiro capítulo, que inicia *in media res*³⁸:

– Ai! meu amo... pelo leite de sua mãe... não judia mais do neguinho. – Mal fechou a boca, outra cacetada no ventre o obrigou a dobrar o tronco e os joelhos: repuxão terrível, solavanco de todos os diabos. O pretinho zozzo e machucado persistia a berrar de joelhos, mendigando a única esmola que queria: - mais não... amo de Deus... – E antes mesmo que pudesse terminar de

³⁸ É interessante mencionar, que no total de 38 capítulos que compõem a narrativa, esse é o único a iniciar em forma de discurso direto, único em que o narrador dá voz diretamente à personagem desde o começo do relato. O discurso que inicia com a súplica do sujeito agredido, com o pedido de piedade para o agressor, fato relevante, pois essa personagem é a mais calada de toda a narrativa, é a própria encarnação do silêncio.

novo a rogativa repetida, outra paulada atravessou os braços espichados em clemência e resvalou queimando os beijos, amassando a súplica num mugido de bicho que, de corpo inteiro, estatelou-se nas pedras. (p.235)

Em uma sociedade patriarcal, alicerçada no regime de escravidão, dificilmente os senhores ouviam o clamor de piedade dos seus servidores condenados aos castigos de açoite - único meio que era capaz de aterrorizar e aterrar os cativos desabusados (FREYRE, 1968, p.520). Não ferindo a verossimilhança do texto, o amo da citação não se compraz com a rogativa do servo, contudo ele erra o golpe derradeiro, erro que possibilita ao escravo recuperar as forças e como um “novilho alucinado”³⁹ voltar-se contra o amo e atacá-lo: “acertando na barriga duras cabeçadas, até que o grande corpo branco foi se desgovernando e desabou de vez” (p.236). Todavia, a reação do escravo, a defesa pela sua vida, não justifica em nenhum momento, para a sociedade escravocrata, a agressão ao dono. Dessa forma, considerando que a favor dos escravos “nunca se levantaram as mesmas vozes eloqüentes” que se erguiam a favor dos brancos (FREYRE, 1968, p.493), a única saída para o negro é a fuga sem direção: “E nu da cintura para cima, sem os seus teréns e a mochila de matutagem, fugiu para o oco do mundo, desabalado e de cabeça no tempo, *bicho para sempre caçado pelos cachorros*” (p.237) (grifos meus). Com essa cena de violência, que expõe não apenas a crueldade e o abuso de poder por parte do senhor, como também a condição subumana, que beira a animalidade, a que os escravos estavam submetidos – para quem a fuga não significa liberdade conquistada, porém, uma forma de adiar a morte, visto que será como um “bicho sempre caçado”–, o narrador introduz Garangó na narrativa⁴⁰. Mostrando, assim, desde o início que esse indivíduo é oriundo de um processo social injusto, do qual será vítima⁴¹.

Depois do desenrolar dessa versão dramática, o servo revoltado foi encontrado pelo senhor Ventura – motorista do carro-de-bois conhecido por sua personalidade persuasiva que sempre descobria solução para tudo – e conduzido até o engenho que carecia de mão-de-obra nos canaviais. O empregado do engenho desempenha simultaneamente, nesse contexto,

³⁹ Nesse momento o narrador sutilmente compara o negro com um animal. Aqui a comparação refere-se à força, no decorrer do texto essa proximidade torna-se mais constante e mais clara.

⁴⁰ É relevante mencionar que o narrador declara abertamente que essa versão sobre o Garangó é uma criação realizada por ele, portanto uma descrição provável do que ocorreu com a personagem. Relato baseado em algumas informações que ele conseguiu reunir, como constatamos na seguinte citação: “*Só assim consigo imaginar o desfecho dramático que levaria a essa criatura a carregar inapelavelmente o pavor de negro fujão como se fora marcado na cara a ferrete incandescente [...] Essa versão sobre o negrinho se respalda nas informações que ainda consegui apanhar, e se coaduna perfeitamente com o desviver arredo e suspeito que contraíra daí por diante*” (p.237) (grifos meus).

⁴¹ Holanda afirma que o escravo sempre foi a vítima do sistema escravocrata, vítima submissa ou rebelde (1956, p.356).

os papéis de mediador⁴², entre o patrão e o rapaz encontrado, e de protetor, porque empresta ao jovem uma calça que fica folgada e procura persuadir o senhor para contratar o forasteiro.

O senhor patriarcal, “engenhoso nos interrogatórios” (p.250), tentou extrair informações do homem – o qual trazia feridas no corpo, calombos e arranhões, marcas que denunciavam um passado não muito distante, do qual o sujeito fugia –, interrogou-o primeiro de forma calma, contudo o forasteiro resistiu em responder adequadamente, preferindo “morrer ensegado”. A resistência do outro fez com que o dono do engenho mudasse de tática, que passasse a gritar as suas suspeitas, como forma de intimidar o réu e fazê-lo confessar a verdade, porém, todo o esforço em arrancar palavras elucidativas sobre o seu passado foi nulo, pois o sujeito nada revelou:

Às investidas certeiras de meu avô, cujas respostas quaisquer que fossem, poderiam de algum modo comprometê-lo, por força de tanto arдил que continham – o negrinho resvalava sobre elas de lado a lado sem atinar com a saída, que nem um novilho num estreito corredor de porteira bem fechada. Aí virava um bicho encurralado e babava desentendido. Para sacudi-lo da leseira que tão de repente adquirira, meu avô gritava as suas desconfianças que, na verdade, sabiam a acusações! Mas nem assim o assombrado não respondia, idiotando de beijola tremida, a cabeça desregulada de pura manha. (p.250)

O homem silencia porque *não pode* falar, não pode dar uma explicação final sem ser condenado a uma pena certamente cruel e desumana. O aprisionamento das palavras é um recurso de que ele se serve para proteger a própria vida, visto que “assim que falo dou expressão ao geral, e se me mantenho calado, ninguém pode me entender” (KIERKEGAARD, 1964, p.54). Se não se pode entender o que se passa nas profundezas de um sujeito calado e muito menos desvendar o seu passado, frente as palavras impronunciadas do jovem ninguém poderia acusá-lo e castigá-lo.

Nesse sentido, o professor Elvo Clemente afirma que no campo das relações sociais a palavra tem um grande poder, ela “toma a figura e a força de nossa personalidade. A palavra nos representa, nos substitui, nos empenha e compromete conosco mesmo, com o outro e com a sociedade” (CLEMENTE, 1978, p.14). O escravo, consciente de sua condição de fugitivo, ferido e provavelmente já caçado pelo dono anterior, sabia que qualquer coisa que proferisse poderia de algum modo não só comprometê-lo como também revelaria sua identidade. Dessa maneira, fechou-se no silêncio, resistiu com todas as suas forças ao

⁴² Entendo o termo *mediador* no sentido defendido por Cassiano Ricardo, no artigo “Variações sobre o homem cordial”, publicado no livro *Raízes do Brasil*, de Holanda. Sobre mediador Ricardo afirma que o brasileiro é dotado de um “ativismo mediador”, de uma “tendência irresistível para apartar brigas, mesmo que isso importe comprar brigas” (1956, p.301). O mediador está sempre disposto a apaziguar ânimos, a conciliar conflitos.

pronunciamento de palavras, fez-se de desentendido, uma vez que temia a excitação exumosa da palavra, seu *pathos* excessivo:

Apesar da inquietação vexatória por que passara [...] o negrinho conseguiu se safar do interrogatório com morada, trabalho e patrão novo, graças às contradições que evitara por força das recusas que soubera impor, satisfeito de não ter se comprometido com nem uma só palavra a mais sobre o passado que largara na mão de meu avô como um buraco vazio, oco desabitado. (p.251-252)

O escravo fugitivo conhecia o funcionamento da estrutura patriarcal, na qual o acusado, geralmente despossuído de bens materiais, para conseguir livrar-se da condenação precisava manter-se calado. Essa conduta de Garangó difere do comportamento de João Marreco, que buscou explicar a sua falta, justificar o seu furto e persuadir o seu acusador, já o negro parecia ter conhecimento de que as palavras dos pobres não tinham valor, ou melhor, eram dotadas de valor que se voltava contra o indivíduo que as proferisse, que em vez de colaborar na libertação eram o assinado de culpa do sujeito que as emitisse. Assim, aparentemente, ele sabia que o silêncio era o *truque da salvação*:

Não sabia, o infeliz João Marreco, que ali o truque de quem era preso consistia em se calar! Mesmo quando delegados e juízes concitavam réus e detentos a dar com a língua nos dentes, eles que se atrevessem! Era só abrirem a boca e lá se vinha a sentença de condenado confesso, lavrada em autos que jamais se apagariam! (p.243)

O novo patrão cedeu frente ao silêncio de resistência que o outro manteve. Acabou aceitando-o como empregado, apesar de não ter se convencido das recusas que o negro fez e da sua má aparência física. O senhor, como juiz da província era um profundo conhecedor das artimanhas usadas pelos réus para livrarem-se das condenações, percebeu que o silêncio do outro revelava algo errado, pois se tratando de um negro, provavelmente um escravo fugido, certamente escondia uma atitude de rebeldia, e o ameaçou com as seguintes palavras: “– Já esteja intimado de agora! E não me trasteje em nada nesta pura vida! É da casa pro eito! Senão... cai na mão da autoridade!” (p.251).

O medo da represália que enfrentaria se fosse entregue, o medo das consequências de sua ira para com o antigo dono, fizeram com que o escravo silenciasse o verdadeiro nome. Considerando que o nome está profundamente relacionado à identidade do sujeito (CASSIRER, 2000, p.70), quando o negro afirmou “– Neginho é cuma eu chamo” (p.251), ele estava buscando se proteger, abafando os indícios da vida passada e criando uma identidade nova. A identidade forjada ganha forma e força a partir do momento em que

recebeu do patrão um apelido que toma a vez de nome: “Garangó, que neguinho não é nome de ninguém” (p.252). Geralmente, a troca de nome dos seres ficcionais representa, na perspectiva de Zilá Bernd⁴³, a troca de identidade, outras vezes, a troca de nome é a forma encontrada pelo sujeito para proteger-se contra um perigo iminente, dessa maneira, o ameaçado se subtrai ao perigo, na medida em que, com o nome novo, atrai de certa forma um eu diferente, cujo envoltório o torna irreconhecível (CASSIRER, 2000, p.70).

No caso de Garangó, a troca de nome segue tanto a perspectiva exposta por Bernd quanto a de Cassirer, visto que o novo nome o protegeu na medida em que ele abandonava a existência anterior de “negro fujão” para ser um novo homem, ter uma nova identidade sem passado e sem história: “E por tão feliz alcunha rebatizado atenderia até o fim, satisfeito de que, por este viés assim muito a propósito, mais e mais, se diluísse a identidade que deixara atrás” (p.252). Assim, os traços de sua individualidade, começaram a se constituir mediante as relações que ele estabelecia com o novo ambiente e com os sujeitos que o cercavam⁴⁴.

Ao ser aceito como empregado, a moradia que lhe foi destinada foi uma tapera afastada da casa-grande, conhecida como mal-assombrada pela morte enigmática de um homem, o Zé Guardino. Com o decorrer do tempo ele desenvolveu a sua identidade mediante o contato com a mata:

tanto se amoldara à tapera [...] que morada e homem passaram a ser um ente só, única referência daquele vazio; congruídos de tal forma e tão metade um do outro, que ambos se combinavam aos olhos do mundo no ermamento de uma fama só: ela, o covil mal assombrado, tabuleiro da maquinações de satanás, ele, o seu feto rabudo na madre fedorenta enrodilhado. (p.253)

A solidão de ambos era semelhante, eles se completavam no silêncio que aterrorizava os demais. A mata e o seu morador eram repletos de mistérios, mitos e obscuridades, ela não cobrava esclarecimentos sobre o passado de seu morador, da mesma forma que o morador não desvendava o passado da sua moradia.

Garangó foi mantido no engenho sob a vigilância dos outros empregados que buscavam a todo instante arrancar-lhe algo do passado. Mas o novo empregado não se deixava seduzir por palavras macias, da mesma forma que não se intimidava com as palavras

⁴³ Conclusão extraída do estudo de *Literatura e Identidade Nacional*, no qual Bernd ao debruçar-se sobre a obra *O Caramuru*, afirma que a troca de nome de Paraguaçu, esposa de Diogo Álvares Correia, para Catarina corresponde a uma troca de identidade, a uma imposição de identidade branca. Conforme a pesquisadora “a perda do nome corresponde à perda da identidade” (1992, p.35).

⁴⁴ É conveniente explicar que José Aderaldo Castello (1999) ao discorrer sobre a representação da Identidade Nacional afirma que a constituição dessa é marcada por um processo de identificação e distinção através da relação que o homem mantém com o meio que o circunda e com os outros homens.

desaforadas, conservava sua “mudez entaipada”, não se revelava nem diante de aparentes gestos cordiais, como as rodadas de pinga paga. Ao contrário, desconfiado percebia a maldade e as intenções peçonhentas de seus companheiros – que ou sentiam inveja, achando que o patrão poderia gostar mais dele, ou se sentiam excluídos da sua vida – e fechou-se em um silêncio impenetrável:

quando sentiu que aquela gente tinha gana demais, que queria entrar nele à força, solapar a muque o seu segredo indevassável - Garangó simplesmente se subtraiu ainda mais, encolhido na sombra do covil, já olvidado da bodega para sempre; não, porém, da pinga a que ia se acostumando, traduzida em conforto contra as coisas ruins que ruminava. (p.254)

A resistência em manter o passado abafado e a solidão não foram fáceis para Garangó que encontrou na bebida, mais precisamente na cachaça, não a solução, todavia o conforto para a sua situação de “bicho caçado” (p.254). A bebida tornou-se vício estimulado tanto pelos colegas, quanto pelos tropeiros contrabandistas que cruzavam a tapera durante a noite e em troca de proteção, forneciam-lhe aguardente. O vício o deixou imprestável para o trabalho. Contudo, o patrão não se desfez do empregado, pelo motivo de que esse era mais um homem com quem ele podia contar: “Uma lesma! Um remanchão dos diabos! Que ficasse lá na tapera alumiado a toros de ai e goles de pinga! Pelo menos era um dos seus na boca da mata, alguém disponível para toda hora, embora não valesse a comida que comia!” (p.255). Com essa afirmação do senhor, é identificada uma atitude paternalista do dono em relação ao escravo.

Devido ao fato de Garangó ter optado por silenciar o seu passado para preservar a própria vida, as crianças – por ingenuidade – e os adultos – por ciúmes e por maldade – criaram um passado fantástico: “a vida pregressa de Garangó passou a ser inventada de qualquer jeito [...] as versões mais degradingoladas [...]. Nesse descompasso, teceram lendas e lendas...” (p.255-256). Todavia, a única pessoa que soube a verdadeira história desse homem e com ele travou contato, foi o pai do narrador, que na condição de escrivão do Cartório local recebeu uma carta precatória anunciando a procura do “ ‘negrinho Geraldo, desordeiro e fujão’, devia contas à Justiça por haver ‘traíçoeira e perversamente espancado o coronel Melquias, seu amo e senhor’ ” (p.256).

Com o trecho da precatória, o narrador de modo sutil demonstra que quem detém o poder financeiro não somente era ouvido pelos outros, como também podia manipular as palavras da forma mais conveniente. Essa situação reflete que “o poder das palavras reside na cumplicidade que se estabelece, por meio delas, entre um corpo social encarnado num corpo

biológico, o do porta-voz autorizado e de corpos biológicos socialmente moldados para reconhecer” suas palavras (BOURDIEU, 2000, p.61). Explicando, Melquias estava protegido pela sua posição de coronel, logo suas palavras tinham valor, o que ele dizia era aceito pelos demais como algo legítimo. O coronel acusou o escravo Geraldo de ser um sujeito de “alta periculosidade”, quando na verdade, de acordo com a trama que o narrador tece, o negro era a vítima e na posição de escravo, as suas palavras eram desprovidas de valor.

Mas o que faz o coronel Melquias, homem de poder, recorrer à persuasão das palavras?

No mundo patriarcal sobre o qual está erigido o universo diegético do romance, a violência física é um modo de afirmação do poder financeiro, as perversidades cometidas para com os escravos e para com os empregados livres, são formas de explicitar quem são os donos do poder. Se caso o indivíduo distinto não consiga cumprir a sua vingança, a Justiça, que defende a igualdade de todos os homens perante a lei, devidamente alicerçada sobre as palavras, é que pode garantir que o poder seja imposto por vias “legais”, ou seja, os escravos e empregados livres dificilmente eram alfabetizados, e, mesmo sabendo ler e escrever eram estigmatizados pela sua cor ou pela sua posição social, o que faz com que sua voz não seja ouvida⁴⁵. Dessa forma, os poderosos podem recorrer à Justiça e expor a sua versão dos fatos, a qual certamente terá crédito:

Se o taludo coronel Melquias, até neste fim de mundo conhecido pela fama de suas perversidades, se sujeitara a recorrer à Justiça, pondo assim na boca do mundo a desfeita que sofrera, mesmo forjando a denúncia à sua maneira, isto é, esclarecendo que fora ‘atacado à traição’ – é porque certamente falhara a caçada de sua vingança pessoal. (p.256-257)

Com a precatória em mãos, o pai do narrador, compadecido com a situação de risco do empregado – cabe lembrar que o escrivão também era um homem *caçado* pela classe dominante, portanto, encontrava-se em uma situação próxima a de Garangó – procurou-o com a finalidade de avisá-lo do perigo eminente e de encontrar junto com a vítima uma saída. No encontro⁴⁶ não houve diálogos efetivos, o escrivão falou, explicou, alertou sobre a situação perigosa que o outro enfrentava sem saber, mas Garangó não respondeu, ficou quieto, como se o caso não fosse com ele. A resistência do interlocutor acabou deixando o pai do narrador

⁴⁵ Basta lembrar do caso do João Marreco, quando o narrador menciona que o “truque” dos que eram presos consistia em se calar, e por mais que os juizes concitassem os réus a falarem, era apenas para dar a sentença de condenado confesso.

⁴⁶ Apesar do narrador reconstituir com detalhes, de quem esteve presente, o encontro de seu pai com o negro Garangó, em nenhum momento da narrativa ele explica como tomou conhecimento de tal evento.

desmotivado, porém o “justiceiro” ainda realizou uma tentativa final, mudou a entonação da voz, carregando-a com uma ênfase paternal, para alertá-lo sobre o perigo que corria. As palavras dele foram inequívocas, ouvidas e bem entendidas pelo negro que não as contrariou mais, e não tentou mais negar a identidade descoberta. Entretanto, a reação de Garangó não ultrapassou os limites do silêncio, pois não libertou-se nem no momento de desespero do “mutismo de bicho” (p.259) que encarnou, e como um animal “sacudiu o corpo, impacientou-se, esmurrou o chão choramingando numa algaravia indecifrável, grunindo para dentro do peito, dando ainda a entender que não sabia de nada, desmemoriado que nem cachorro velho” (p.259).

Apesar da falta de palavras e da não concretização do diálogo verbal, a comunicação foi estabelecida pelos olhares, expressões faciais, gestos⁴⁷ que o servo lançou ao escrivo. O narrador afirma que “suplicante a seu modo”, Garangó penetrou no silêncio do escrivo e fez um pedido sem palavras, um “pedido que não foi feito”, mas que foi entendido: o negro pegou das mãos do outro a carapina que este trazia, como pedido da arma que seria a sua única defesa, enquanto o escrivo jogou a precatória no fogo, como sinal de que o segredo seria mantido. Dali por diante, uma relação sستrosa de palavras se estabeleceria entre os dois. O narrador menciona que não sabe se por gratidão ou por medo o ex-escravo começou a entregar constantemente ao membro da justiça pacas caçadas, sempre protegido pela noite, porém nunca empenhou nenhuma palavra durante essas entregas:

Ali, sem deixar sequer uma palavra, ele empurrava nas mãos da criada uma de suas pacas caçadas para meu pai. Quando o contemplado chegava para agradecer, Garangó já havia se sovertido nos becos das ruas então alumiadas a carboreto. (p.281)

Após este acontecimento, Garangó fechou-se e isolou-se de modo mais drástico. Desejando que sua vida continuasse bem acesa, ele submeteu-se a processo de animalização. Tal processo teve início no momento em que ele renegou pela primeira vez a palavra, pois a palavra é o início da existência real, ela oportuniza ao homem afirmar-se (GUSDORF, 1970, p.78). Enfim, a palavra é o traço que separa o mundo humano do mundo animal. Dessa maneira, Garangó embrenhou-se em um processo de marginalização voluntária da comunidade

⁴⁷ Bakhtin considera que a comunicação entre os seres humanos ultrapassa os limites linguísticos e é perpassada e norteadada por elementos extra-linguísticos como o contexto, a alternância entre os locutores, o tom de voz e também pelas expressões faciais e corporais que são substanciais para o estabelecimento do sentido: “A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora do vínculo com a situação concreta [...] a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal, dos quais ela é muitas vezes apenas complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (1997b, p.124).

humana, isolou-se geograficamente, abjurou o convívio social e passou a viver como um bicho dentro da mata:

Perseverou em suas andanças no bojo da noite com requintes de andar dentro do mato, renteando os caminhos, observando de tocaia os que cruzavam com ele, vendo e notando sem sequer ser pressentido. De espingarda no ombro, socava-se na mata a caçar bichos do dia e da noite, muitas vezes pernoitando sob a copa das árvores, se prevalecendo da lua cheia para espreitar de longe o próprio barraco, temeroso dos poderes dos homens. Solto no mato, ou embiocado na sua toca ao pé do fogo. (p.260)

Entretanto, Garangó não permaneceu muito tempo recluso na mata. Com o desaparecimento de Zé Gandu, foguista que cuidava da fornalha, ele foi convocado para desempenhar provisoriamente esse ofício, imprescindível para a vida do engenho de açúcar. Para espanto geral, ele que até então era considerado preguiçoso, sem serventia, pois estava sempre bêbado, demonstrou ser o “foguista mais hábil” que o Murituba teve. Mesmo desempenhando essa nova tarefa, centrada na coletividade do engenho, o ex-escravo não se libertou do silêncio e da solidão que se impusera. Seu sentimento era de desconfiança e, assim, continuou na mesma condição animal que espantava os outros para se proteger: “cismara de não querer ninguém por perto, alegando que lhe atrapalhavam os movimentos” (p.276). O novo foguista não conversava diretamente com outras pessoas, recluso no buraco da fornalha, limitava-se a ouvir as ordens que vinham de fora e acatá-las. Na verdade, metido no buraco, envolto no caldeirão ele aprendeu a distinguir as ordens pelo tom em que eram proferidas, “e mesmo sem responder ou perguntar, mudo como um pau, nunca se enganava!” (p.276).

A fornalha toma o lugar da bebida, ou seja, antes o vício apresentava-se como uma válvula de escape para o sujeito afogar as mágoas e abafar o passado que não podia ser revelado. O empregado continuou não podendo compartilhar com ninguém os seus medos e as suas angústias, contudo agora não era mais a bebida que o consolava – apesar de não ter largado o vício –, mas o trabalho, dedicava-se de forma desesperada, entregava a sua alma à fornalha. Assumindo com toda a sua força o ofício árduo que lhe ofereceram, ele canalizou para o trabalho toda a energia negativa que estava presa nas profundezas de seu ser, alimentou a fornalha do Engenho Murituba com toda a mágoa de um indivíduo ultrajado.

Além do pai do narrador, a única pessoa com quem Garangó travou contato foi com a senhora do engenho. Mas essa relação também foi estabelecida sob a carência das palavras. Entre ambos, seres silenciosos, a convivência tácita dispensou-os da fala. A avó reconhecia o servo através das palmas que este batia, “batidas duras, soturnas, demoradas” (p.280), palmas dirigidas somente a sua ama que interrompia qualquer ocupação para auxiliá-lo prestativa. A

comunicação verbal entre eles era limitada, reduzida ao essencial, dispensava as palavras inoperantes, sem carga de sentido “ditas só por dizer” (SCIACCA, 1967, p.28), para preencher o espaço do silêncio:

Como um abúlico, sem sequer a palavra de bom-dia ou boa-tarde, ele estendia a cuia lisa de velha:

– Minha ama... um açuquinha pro nego veio (p.280).

Fica implícito, na descrição da cena, que entre ama e escravo havia uma relação afetiva e de confiança mútua. O servidor tinha todo o cuidado de se dirigir a casa-grande nas horas em que o seu senhor estava nos canaviais, de cobrir o tronco com sacos de estopa para não ofender ou constranger a senhora, e sempre depois do pedido atendido se mostrava cortês para com a ela: descobria a cabeça e se curvava reverenciando-a. Essa atitude afável tem um motivo, a avó, diferente do senhor e dos outros companheiros, não lhe exigia o passado, não perdia tempo tentando arrancar à força as palavras do empregado. Ela de certa forma comungava da mesma situação que o servo, pois na condição de mulher ela também fazia parte do grupo oprimido, dominado pelo sistema patriarcal. Entre eles se consolidou uma relação de silêncio cúmplice, ambos não permitiam que a palavra desvirtuasse a atenção, visto que “as palavras são meio de comunicação muito imperfeitos, com bastante freqüência, dissimulam em vez de manifestar” (GUSDORF, 1970, p.66). Logo, o silêncio dessa comunicação coloca em evidência os sentidos que vêm como uma trégua à violência do mundo onde estão inseridos.

Nascido negro, caçado pelo antigo dono, alvo de comentários maldosos pelos colegas, a vida de Garangó não foi tranquila. Pelo contrário, para garantir uma existência sem castigos e punições, o escravo optou por seguir um “desviver arredo” (p.237), teve que negar o seu nome, esquecer a sua relativa instrução, enfim, precisou abafar a sua antiga identidade para construir uma nova no engenho. O ofício de foguista, de certa maneira possibilitou que o sujeito estigmatizado recuperasse um pouco da dignidade. Mas o destino dos homens é cruel, a identidade de Garangó reconstituída com tanto esmero, recomposta através de duras recusas, reelaborada por meio da dedicação pelo trabalho⁴⁸ de foguista foi de uma hora para a outra roubada, estilhaçada e negada.

⁴⁸ Conforme Mauro Guilherme Pinheiro Koury o trabalho no Brasil, depois da abolição da escravatura “passa a ser visto como elemento moralizador e regenerador da alma humana, como o agente que integra o homem (pobre) à sociedade. O trabalho como disciplina, [...] como propulsor de disciplina, encarada no seu aspecto positivo de dignificador dos indivíduos” (1986, p.136-137). A honestidade, a dignidade e a idoneidade eram traços identitários possibilitados pelo trabalho que adquire um aspecto inusitado: sem trabalho, sem possuir uma ocupação socialmente reconhecida, “o homem comum e pobre é antes de tudo um ser perigoso à composição do tecido social, [...] um homem sem valor, sem garantias” (1986, p.137).

A falência do Engenho Murituba fez com que a fornalha fosse apagada, não havia mais motivos para mantê-la funcionando, o engenho não mais produzia nenhum produto proveniente da cana. Garangó perdeu o seu posto estimado que garantia o traçado de sua identidade e o aliviava da tensão e do medo de ter a sua verdadeira face desmascarada. Sem ocupação, sem referência, mais uma vez o homem se encontrava a deriva:

com a falta de labaredas para alimentar, Garangó sobrava no mundo, sem um jeito de ser útil ou uma marca qualquer para se identificar. Até ali fora assim – Quem é este tal de Garangó? – É o foguista do Engenho do Murituba - respondiam. Sem essa referência com que ele escondia o seu passado mais remoto, desmoronavam todas as suas realizações que se reduziam a quase nada, mas que lhe davam um nome e um passado limpo que podia ser lido sem nenhum tropeço. (p.303)

Diante da perda do trabalho, o sujeito entregou-se mais uma vez ao vício descontrolado, toda a sua aparência revelava o seu estado de espírito “mudo e entristecido”. Muitas vezes, voltava para o engenho para rever a fornalha, esfregar-se nos restos de cinzas, acalmar a dor da identidade roubada, velar pela companheira e garantir que ninguém se atrevesse a quebrar o seu silêncio.

Dentro do contexto indivíduo/engenho, que pode ser convertido em indivíduo/sociedade, Garangó representa o empregado rural reificado, destituído de sua identidade e, conseqüentemente, impelido para a condição de subclasse, cuja posição social de sujeito atuante lhe é negada e até subtraída. Assim, “o significado da identidade de subclasse é a ausência de identidade, a abolição ou a negação da individualidade, do rosto” (BAUMAN, 2005, p.46). A subclasse, para Zygmund Bauman, é um grupo que teve a sua vida de sujeito reduzida à vida animal, igualmente como acontece com o negro em questão. Constituem esse grupo, entre outros indivíduos, principalmente os marginalizados, aqueles que, por causa das circunstâncias e do processo social injustos, não têm identidade. Nessa perspectiva, insere-se a personagem Garangó, secundária na história narrada, secundária nas classes sociais representadas e secundária na vida e na rotina do Engenho Murituba. Com uma identidade imposta, assim ele vivia assustando as crianças e intrigando a todos, com o seu aspecto feio, curvado e arredio.

No fim da vida o servo recebeu de seu senhor uma nova obrigação: seria o vigia da Mata do Balbino, ambiente em que morava, responsável por tudo o que sumisse da mesma. Garangó resignado, aceitou passivamente a nova tarefa, visto que “não tinha nenhuma escolha além daquilo que perdera!” (p.306). Não reagiu, acatou sem reivindicações as ordens do

patrão. Já velho, não seria agora que teria voz para enunciar a sua indignação, novamente, abafou suas palavras com a finalidade de não destruir o pouco de dignidade que ainda lhe restava: “Se sempre se desviara de qualquer conversa, não era agora que ia pôr fogo em tudo que construía e enfrentar o bruto do patrão. Mais uma vez, preferia não desfiar o novelo de razões e palavras que a vida lhe ensinara a estrangular” (p.306). Na atitude passiva dessa personagem é nítido o fechamento da resignação: “No silêncio palpita dócil a renúncia, a aceitação, o sacrifício. O silêncio é martírio, obediência. É dobrar livremente a cabeça para aceitar. É sufocar na garganta todas as palavras para *fazer uma vontade*” (SCIACCA, 1967, p.25). Ironias do destino, Garangó já velho, embrutecido pelo sistema, estava obrigado a investir contra a pobreza indigente de Rio-das-Paridas que se dirigia à mata para furtar lenhas. Logo ele, que também era vítima da sociedade injusta, estava condenado a perseguir seus irmãos de condição, condenado a ouvir a humilhação dos outros, os rogos de perdão, as queixas e justificativas para os furtos.

Diante de um mundo hostil e desumano, o homem reagiu com passividade, embora alimentasse um profundo sentimento de insatisfação, em face das regras de mais um jogo absurdo. Sua revolta foi muda, íntima, sofrida, porém, jamais transformada em ação contra o sistema que o oprimia. Apenas manifestou para si mesmo o desejo anulado: “Fosse mais novo, largaria esse ofício de safado, essa porcaria de delação e miséria” (p.307). Relegado a um trabalho de baixa reputação, que não trazia nenhum prestígio como o anterior, porém reforçava a sua condição de animal que precisa estar sempre atento aos menores ruídos, sempre pronto para afugentar o invasor, caçar e quem sabe até matar para proteger a propriedade alheia.

Mesmo frente à eminência da morte eminente o agregado não saiu das amarras do silêncio que se impôs. João Miúdo o encontrou em uma situação deplorável: com o ventre rasgado, já em estado de putrefação, corroído pelas varejeiras fecundadas. Situação inquietante que não foi esclarecida pela vítima, a qual teve o mesmo cuidado da vida toda, manter seu segredo enclausurado: “Via-se que a sua desgraceira era segredo que não se abria a ninguém. Obstinava-se em não apontar, com os gestos que lhe sobravam, nenhuma pista possível. Não tinha nenhum vivente com quem dividir o mistério que o marcara para morrer” (p.310). Impaciente, desesperado, certamente tomado por uma dor inexprimível, o negro se contorcia, grunhia, balbuciava ruídos ininteligíveis, mas não falava. Lutava contra as palavras ruidosas, contra as palavras comprometedoras. Resistia firme contra o bombardeio de perguntas feitas pelas mulheres que lhe cuidavam. Apenas seu corpo e suas expressões faciais transmitiam que tinha um último desejo: “O desesperado sacudia a carapinha em ânsias, arrumando as energias

que já não o ajudavam; rolava nas covas fundas o amarelo arredondado dos olhos, e sacudia os braços sem parar” (p.311). Até mesmo o seu último pedido teve que ser descoberto, porque não conseguia articular nada com clareza. Somente a sua ama intuiu o sentido dos padecimentos e da angústia que o abalava: “só comia se lhe desse um tiquinho de cachaça” (p.311). Apenas um ser silencioso pode entender a mensagem de outro ser silencioso (KOVADLOFF, 2003). Por este motivo é que a senhora desvenda o pedido não pronunciado. Além disso, ela foi a única personagem que demonstrou compaixão pelo serviçal, o neto atento a todas as movimentações da casa percebeu a tristeza na face de sua avó, que trazia ares de lágrimas no rosto depois de ver a situação sem salvação em que o servo se encontrava.

De todos os seres que habitavam o Engenho Murituba, o escravo fujão é o mais calado. O silêncio é a instância encorajadora do seu ser, é o elemento primordial de sua identidade. Elemento que concomitantemente é imposto pela sociedade ao escravo e também absorvido espontaneamente pela personagem. De um lado, na condição de escravo, Garangó é obrigado a calar a própria voz e acolher a voz alheia do patrão. Nutrifica-se no consentimento e repete o dono, fundamento da *pedagogia do desastre*⁴⁹ imposto à classe oprimida. Por outro lado, o silêncio é a sua garantia de vida, porque as chances de um escravo que ataca o próprio amo continuar vivo são quase nulas, todavia se este fugir e ao ser acolhido por outro senhor souber ficar calado, de modo que evite ao máximo despertar suspeitas sobre o seu passado, certamente sobreviverá por um tempo relativamente longo, e é isso que Garangó faz: abandona a linguagem, nega sua identidade, prefere ser reduzido à condição animal e ser reduzido pela fala alheia, recusas que garantiram que sua vida fosse mantida.

A vida de Garangó foi totalmente voltada para o cuidado de evitar a palavra comprometedora: “Finava-se como vivera: de mal com as palavras” (p.310). Cuidado exacerbado que calou o essencial, como o próprio nome e o último pedido. O empregado reprimiu a palavra, nem ao menos tentou usá-la adequadamente às suas necessidades ou aos seus anseios, essa repressão voluntária reforça o poder que sobre ele se instala e o oprime. É o silêncio da violência, o silenciamento defendido por Orlandi (1995), caracterizando aqueles para os quais a linguagem e a comunicação não são possíveis.

Ao debruçar-se sobre o romance *Vidas Secas*, Holanda afirma que a linguagem espelha o social. Consequentemente, o silêncio da personagem Fabiano expressa a opressão, pois o “sistema linguístico inábil denuncia o sistema social, que soçobra” (HOLANDA, 1992,

⁴⁹ Expressão utilizada por Holanda (1992, p.43) ao comentar o sistema opressor que cala a voz do escravo.

p.35). Nesse sentido, a condição de Garangó aproxima-se da condição de Fabiano⁵⁰, visto que os dois são indivíduos excluídos e oprimidos por uma relação de força superior, o que faz com que eles se refugiem no silêncio. No entanto, Garangó supostamente forjou um processo de zoomorficação, uma vez que não falava, balbuciava pouquíssimas palavras, apenas emitia grunhidos e sinais gestuais. Esse processo é utilizado pela personagem de Dantas como um recurso de que ele se serviu para defender a sua identidade, enquanto que em Fabiano tal processo é imanente a sua natureza. A comunicação gestual e a zoomorficação disfarçam a incapacidade verbal do sertanejo, pois ele maneja mal a parca linguagem de que dispõe: “Às vezes dizia uma coisa sem intenção de ofender, entendiam outra, e lá vinham questões. Perigoso entrar na bodega. O único vivente que o compreendia era a mulher. Nem precisava falar: bastavam os gestos” (RAMOS, 1998, p.97). Apesar de uma personagem não contar com um sistema linguístico hábil, porém, ansiar pela palavra e a outra aparentemente ter domínio da linguagem verbal, mas recusar-se a usar a palavra, ambas comungam da mesma posição de desconfiança face à linguagem. Tal desconfiança “acusa o abuso que faz dela uma sociedade palavrosa e vã. A palavra, enquanto ardil de uma exploração sutil” (HOLANDA, 1992, p.37) que reforça o silêncio dos explorados. Nessa perspectiva, o silêncio assume o papel de tradição, conforme Holanda (1992, p.37), uma “sofrência” calada e ancestral de quem não tem posses, significando o estado de miséria ao qual são submetidos, e o sentimento de injustiça e de inferioridade frente àqueles que detêm alguma forma de poder.

Garangó é a representação do homem receoso que evita ao extremo o perigo da palavra imprudente, pesada de consequências. Daí o seu caráter taciturno, de quem prefere calar a falar, de quem evita a todo o custo a armadilha das palavras, porque “se não digo as palavras e as pronuncio dentro de mim, sinto-me menos exposto ao perigo dos mal-entendidos, de dizer a metade, de não alcançar o ‘tom’ certo. Se não digo e não me digo nada, e deixo que tudo seja dito pela palavra não dita do silêncio, não tenho mais dúvidas” (SCIACCA, 1967, p.38) e minha insegurança diminui. Dessa maneira, à desconfiança da linguagem, o ex-escravo respondeu com o *freio do silêncio*⁵¹. Supostamente, ele tinha consciência de que a cordialidade da fala de um poderoso para com um sujeito de classe inferior escondia intentos perversos:

Garangó foi outro que carpiu a vida inteira preferindo virar bicho amocambado a se entregar à Justiça para as acareações. Este até mudo ficou,

⁵⁰ Para evitar mal entendidos e deixar claro minhas intenções, é necessário esclarecer que essas personagens são distintas, são seres integrantes de projetos estéticos de escritores diferentes. A personagem de Ramos deseja a palavra, mas não a tem, Fabiano não consegue movimentar-se de forma confortável no campo da linguagem. Já o que caracteriza a personagem de Dantas não é a falta de domínio da linguagem verbal, mas sim a negação da palavra, visto que, conforme o narrador, Garangó era relativamente instruído.

⁵¹ Imagem utilizada por Holanda para caracterizar o silêncio na obra de Meusault.

com pretexto para não falar se por ventura algum dia fosse arrastado ao suplício das audiências, convencido de que os graúdos só trocam gritos e xingamentos por falas brandas para melhor prender e dominar. (p.285)

Outro sujeito, no contexto da obra que preferiu ser brutalmente humilhado, até mesmo optou por ser alvo de violência física, do que se expor às armadilhas da linguagem tramadas nas audiências concedidas pela Justiça, foi o João Marreco que

Sofreu... isso de sofrer sofreu! Mas mesmo assim cruelmente torturado, preferiu os maus tratos da policia a ser indiciado judicialmente em papéis e arzoados onde os seus olhos de analfabeto não podiam tomar pé. Sabia, na sua intuição de criatura supliciada por muitas malvadezas, que é com falas macias e gestos maneirosos que se tecem as armadilhas onde os descautelados se deixam apanhar. (p.285)

Com as citações transcritas confirma-se que as palavras do homem que se mostra cordial⁵² não tem função de simples polidez, mas são dotadas de uma função social, carregada de pretensão, envolvida no jogo múltiplo e promíscuo dos interesses rivais de poder. As falas macias, a bondade que soa nestas falas não é a “bondade em sua acepção liberal, filosófica ou lírica, ela encanta, mas brilha falso” (HOLANDA, 1956, p.303). Os sujeitos marginalizados, condenados a uma condição de subclasse, não se deixam iludir por esse aparente brilho.

Garangó é o ícone dos sujeitos vítimas da sociedade escravocrata, que são obrigados a viver “abafado a medo e violência”(p.281). Ele escolheu a total solidão, visto que não tinha parentes, amigos ou sequer uma companheira, que optou em esquecer voluntariamente tudo o que aprendera antes de fixar-se no Murituba, que chegou ao extremo de calar-se e isolar-se como um animal para manter a vida, preferiu viver em uma condição subumana à enfrentar a Justiça, que sempre estava a favor dos homens poderosos que tem a palavra. Enfim, “Tudo isso esse homem esquecera, desvivera ao pé da letra, acuado no seu canto, com medo dos poderes dos homens: do trabuco engatilhado na tocaia, da tortura engendrada nas audiências” (p.281). O fechamento de Garangó, dessa forma, aproxima-se do que Sören Kierkegaard denomina de silêncio heroico, o qual tem em torno de si uma leve marca do ilusório, pois aquele que se cala o faz por pensar poder, assim, proteger ou salvar alguém, “alivia a dor dos outros, e quiçá mesmo a sua” (1964, p.80). Garangó não apenas cala-se, na realidade, quase religiosamente guarda silêncio.

O esquecimento, a recusa a comunicação verbal, a palavra reprimida, todo o caráter taciturno do negro representa o ato heroico, ato de salvar a própria vida, guardar o segredo de

⁵² Entendo a expressão o Homem Cordial no sentido defendido por Holanda em seu estudo *Raízes do Brasil*.

sua existência por medo de sofrer a violência dos homens. E o narrador-personagem, talvez por compartilhar de uma situação também marginalizada como a do negro, tem condições de recuperar o indivíduo brutalmente anônimo, o eu que clama por desaparecer, que está a beira da invisibilidade social, que se refugia no silêncio. Um silêncio incômodo que grita sem gritar.

3. AVÓ: ENTRE O SILÊNCIO E A PALAVRA

*Quem não percebeu a dor do meu silêncio
Não conhece o coração de uma mulher*
(Erasmio Carlos)

Apesar do narrador de *Coivara da Memória* ser fruto de um sistema patriarcal, ele rompe com a tradição da sociedade machista ao registrar a inscrição do sujeito feminino na história. Promovendo a emergência do outro, ele questiona os lugares tácitos sócio-culturais ao dar atenção especial à sua avó materna, chamada ao longo de toda a narrativa simplesmente por *avó*.

Embora haja alusão a essa personagem já nas primeiras páginas do romance, quando o narrador de forma sutil antecipa e delinea os traços marcantes da identidade dessa antepassada – antecipa porque é somente a partir do décimo segundo capítulo que ela é desenvolvida com mais profundidade. Afirimo que é de forma sutil, pois ele, aparentemente, ainda não tem a intenção de discorrer a respeito dessa figura, contudo, através de um devaneio, ele retorna ao Engenho Murituba e reencontra a árvore barriguda, a qual se assemelha a avó:

Revejo-a como naqueles melhores anos do passado, ainda inteira e espigada, com uma pontinha de desdém pousada no semblante altivo, resvalando sobre as hesitações humanas. Erguida acima de todas estas ruínas imprestáveis que se esfacelam e apodrecem a seu redor, ela se tem sustentado soberbamente – um pouco escalavrada, é certo, e até mesmo mais crespa e encarquilhada das grandes estiagens – mas *destemida e sozinha: metáfora da minha avó!* Sem transbordamentos de generosidade, digo que sim, mas sempre pronta a abrigar gente e bicho no refrigério de sua sombra, sem repelir sequer os repelentes, e sem jamais induzir alguém a lhe trazer um gole de água contra a caldeira da vida. *Esta sua durabilidade tão especial, não tenho dúvidas, é irmã gêmea do calete granítico de minha avó.* (p.43) (grifos meus)

No excerto, a descrição da árvore reflete a caracterização identitária dessa personagem feminina: solitária, forte, soberbamente resistente, com dureza de rocha, sempre pronta a ajudar – mas, sem jamais esperar compaixão ou reconhecimento alheio. Ainda que a relação entre avó e neto tenha sido marcada por um apego “sempre sisudo e entranhado” (p.225), ele a descreve com ternura e encantamento, expondo com delicadeza a “rijeza inflexível” (p.20) impressa na “carapaça de calcário” (p.225) da mulher consumida por um sistema reificado.

O olhar do presente narrativo sobre o passado vivido permite que esse neto-narrador reflita a respeito da condição feminina⁵³ da sua antepassada, construindo imagens da sua vida como uma “vassala submissa” (p.230) – embora desfrutasse da posição supostamente privilegiada de mulher de elite – reclusa em um cativoiro matrimonial imposto pelo patriarca, seu marido e senhor. Nesse sentido, relembrar a avó, destinar-lhe um espaço na narrativa, é a forma que o narrador encontra para redimir-se, para desagrar o peso da consciência que o persegue pelo fardo imposto e a indiferença lançada a ela. Além de resgatar a sua invisibilidade histórica, restitui-lhe o espaço da dignidade merecida, a qual foi ofuscada e silenciada diante das contingências totalizadoras e excludentes por parte do sistema da sociedade açucareira.

A construção dessa personagem concebida por um homem é carregada por um ideal feminino, não que o discurso do narrador se confunda com um discurso estritamente feminista, mas traz no bojo a consciência da situação social da mulher explorada num mundo dominado por homens. Assim, seu discurso afasta-se do falocentrismo⁵⁴, pelo motivo que quando ele detém o olhar sobre essa sinhá não interroga simplesmente a imagem da mulher, porém o lugar discursivo e disciplinar de onde a identidade da mesma é estratégica e institucionalmente reconhecida.

3.1 Da infância ao casamento

*Qual é a mulher que vive sem renúncias e sem marido,
esses males necessários?* (Francisco Dantas, *Cartilha do silêncio*)

Casar? Ser cativa de algum homem? Isso não.
(Francisco Dantas, *Cartilha do silêncio*)

A avó representa a mulher da sociedade patriarcal do fim do século XIX e começo do século XX, mais precisamente a parcela feminina que atendia por ser senhora dos Engenhos de Açúcar. Parcela feminina que como Dona Senhora⁵⁵ afirma, tem sua vida norteadada por dois males necessários: *a renúncia*, de seus desejos, anseios e vontade própria, em primeiro lugar; e

⁵³ A fim de evitar mal-entendidos é importante afirmar que embora em alguns momentos seja imprescindível tocar em questões referente a gênero, não é meu objetivo, nessa dissertação, tentar uma definição do “feminino” por meio da oposição ao “masculino”, ou ao que quer que se lhe equivalha. Tal esforço apenas levar-me-ia por uma vereda perigosa e trilhada por diferentes aspectos. Trata-se antes, de uma tentativa de focar a análise sobre uma personagem feminina – a avó- e o seu lugar discursivo no espaço da narrativa, a sociedade açucareira.

⁵⁴ O falocentrismo é compreendido como o discurso que enxerga o gênero feminino a partir de uma cultura patriarcal impregnada de valores que só a desmerecem

⁵⁵ Personagem feminina, que também desempenha o papel de mulher e senhora de família tradicional, do romance *Cartilha do Silêncio*.

o marido, o homem que a domina, em segundo lugar. A mulher, nesse contexto, torna-se posse do marido depois da concretização do matrimônio, um cativo indissolúvel, que Arcanja⁵⁶ procura evitar enquanto pode.

Filha também de um senhor de engenho, a avó desde criança, quando ainda brincava com as bonecas de milho, foi rigorosamente impelida para o trabalho. Como primogênita de uma irmandade de seis mulheres, ela “sem outra escolha, logo cedinho foi se despedindo da infância, obrigada a manter parceria com os adultos que se levantavam para a labuta, mal principiava o canto-de-corrída dos vira-bostas” (p.109). Neste momento começava a jornada sem descanso da menina que é obrigada a refrear suas fantasias, a enterrar sua vivacidade e a incinerar seu tempo de despreocupação dedicado às brincadeiras infantis para assumir as responsabilidades de mãe, dona-de-casa e professora das irmãs menores. Enfim, a menina é obrigada a desempenhar dentro de casa os papéis referentes ao sexo feminino, assim aos poucos transforma-se em mulher. Nesse sentido, Beauvoir defende que o que determina o modo que a “fêmea humana” assume na vida em sociedade não é um dado biológico, psíquico ou econômico, e sim um conjunto de valores culturalmente aceitos pelo grupo e imposto a ela por meio de processos de socialização que transmitem códigos linguísticos e representações culturais, que traduzem ideologicamente a diferença de gênero – masculino e feminino – como divisão e hierarquia.

Além disso, a castração da infância também ocorre, segundo os relatos que o narrador pode reunir, porque a sua mãe – a bisavó – era uma mulher que não se encaixava nos moldes do sistema patriarcal: “refinada e muito requintada, se desvencilhara dos afazeres de doméstica o quanto pudera” (p.137) e entregara toda a orientação da casa-grande à filha mais velha. Beauvoir declara que essa é “uma das maldições que pesam sobre a mulher”, ou seja, as meninas em sua infância dificilmente são educadas por homens, geralmente são abandonadas às suas mães que almejam desde muito cedo integrar as filhas no universo feminino, enquanto os meninos, apesar de educados também pela mãe, têm a sua virilidade respeitada e por isso afastam-se do universo materno e refugiam-se no paterno (BEAUVOIR, 1980, p.22).

Esta bisavó rompe com o estereótipo da senhora de engenho, que se empenha em ser mãe, mulher e senhora, em que o altruísmo fala mais alto. Ao contrário, ela, pode-se dizer, é uma mulher à frente de seu tempo, que se assemelha à personagem Dona Senhora. Apesar

⁵⁶ Sobrinha de Dona Senhora, representa a mulher da segunda metade do século XX, a qual busca não apenas fugir, como também almeja romper com o sistema patriarcal de dominação feminina.

das divergências que as afastam⁵⁷, ambas têm comportamentos que as fazem estar continuamente no entre-lugar da cultura.

O chamado entre-lugar da cultura é o espaço da diferença, da negociação, no qual até mesmo as identidades abafadas estão em um processo ininterrupto de formação. Por esse motivo, em tal espaço, o sujeito questiona o seu pertencimento identitário, uma vez que “os entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação” (BHABHA, 2007, p.20). Em outras palavras, é no entre-lugar da cultura que o indivíduo avalia o ambiente em que está inserido com os valores e com a visão de fora, como a do estrangeiro, do diferente, do intelectual que teve oportunidade de experimentar vivências distintas, e, por isso, analisa os valores culturais de um ponto de vista diferenciado. Tal perspectiva, permite que os sujeitos, ocupando posições diferentes, olhem os outros através desse lugar de deslocamento e de estranhamento sócio-cultural. No entre-lugar, o indivíduo tanto pode conquistar a liberdade de desenvolver sua identidade na relação do eu com o outro, quanto de escolher o que melhor lhe convém, se pertencer ou não a tal cultura ou a tais valores, como fazem Dona Senhora e a bisavó, ao se afastarem das práticas locais comuns no trato com as pessoas em geral.

No que se refere à Dona Senhora, esta recebeu uma educação apurada na capital, lia romances em francês, apreciava peças de ópera e seus respectivos compositores⁵⁸. A instrução e o contato com um ambiente mais desenvolvido propiciam que a mesma tenha uma conduta diferente das moças que a rodeavam: escolhe não somente as suas amigadas, como também a pessoa com quem quer se casar, renunciando ao sonho de se tornar uma grande bailarina do Teatro Santa Isabel e, conseqüentemente, ao futuro de mulher independente. Tal renúncia não significa uma imposição social, mas sim uma decisão, aparentemente, madura de casar-se por opção⁵⁹, para viver experiências diferentes que ultrapassem seu nicho cultural⁶⁰.

⁵⁷ Apesar da distância temporal que afasta as duas personagens, visto que Dona Senhora (que é uma dos cinco narradores-personagens do romance de que faz parte) situa seu relato e sua vivência na primeira metade do século XX, enquanto que, devido a alusões realizadas pelo narrador no romance *Coivara da Memória*, creio que a bisavó esteja inserida na segunda metade do século XIX, ambas vivem em uma sociedade machista patriarcal fortemente tradicional no que se refere a moral e a posição ocupada por homens e mulheres.

⁵⁸ Conforme Miridan Knox Falci as mulheres no sertão nordestino, mesmo as pertencentes à classe dominante, nasceram, cresceram, casaram e morreram nas fazendas e/ou engenhos, dificilmente estudavam as primeiras letras em escolas, “raramente aprenderam a ler [...]. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles” (2001, p.251).

⁵⁹ Essa atitude de escolha do parceiro com quem a mulher pretende passar a vida toda junto, atualmente parece um comportamento trivial. Entretanto, para o contexto histórico-cultural da constituição da sociedade patriarcal,

Com essa escolha ela escandaliza primeiro as *socialites* de Aracaju, por renunciar a uma vida repleta de *glamour* na capital, e depois as parentes do esposo, mulheres do interior do estado, que se chocam com o modo de ser e de se portar da nova integrante da família. Dona Senhora olha as mulheres da família a partir de uma posição privilegiada, proporcionada pela educação apurada, as enxerga como pessoas de horizontes restritos, pouco desenvolvidas, que não se dedicam ao cuidado com a aparência física e com o bem estar mental. Ao mesmo tempo, ela sente que também é analisada pelas mesmas que criticam os seus hábitos:

Nunca consegui estabelecer intimidade com nenhuma das parentas. Um avarentas desconfiadas, que se gastam em especulações sorrateiras, com uns fumos de grandeza e fidalguia que descambam no grotesco. Gente de uma outra educação, um outro gosto, uma outra natureza. Sem instrução suficiente, alheias a qualquer aspiração, se retorcem em evasivas e não se achegam a ninguém, nem sabem esconder a hostilidade [...]. Já escaldada de afrontazinhas que sofrera, era pôr os olhos nelas, e avistava ironias e subtendidos vadiando pelos olhos, no franzido da boca, mesmo nas situações naturais. E mais: mal-arranjadas, fedendo a sebo de vela, a sarro de fumo, ou pitada de torrado, parecem lhe censurar os modos, as leituras, os vestidos. (DANTAS, 1997, p.70-71)

Do ponto-de-vista social, Dona Senhora que não consegue estabelecer relações com os sujeitos que a rodeiam, ocupa uma posição de elemento cultural estranho, ela é estrangeira no próprio país. A mesma posição de estraneidade ocupa a bisavó, que também teve uma educação refinada, cultivava o gosto pela arte, leitura e principalmente conservava o hábito de entreter a solidão tocando polcas, valsas e sinfonias para si mesma, no piano Pleyel.

Essa antepassada é censurada pelos agregados, pois mantém hábitos que destoam dos costumes conservados pelas outras mulheres, suas contemporâneas. Alheada a tudo que a rodeava, essa mulher ocupava o seu tempo a cuidar de si própria, da sua aparência física –

que o romance representa, essa conduta foi considerada como uma afronta profunda ao grupo familiar do esposo, pois as mulheres é que eram escolhidas pelos pretendentes, e não o contrário. Além disso, a elas cabia apenas aceitar a decisão paterna, não tinham o direito de apaixonarem-se e muito menos demonstrar desejo sexual pelo marido como Dona Senhora demonstra por Romeu, seu cônjuge: “Mulher que pede homem não passa de uma égua a relinchar de apetite” (DANTAS, 1997, p.39). Segundo os padrões da época, o homem deveria ser apenas o seu dono, tomá-la como propriedade após o casamento, comportamento reproduzido por imposição social de um período em que o homem deveria manter a posição de centro sócio-familiar, símbolo de distinção da família, o que lhe assegurava o prestígio de chefe de um clã.

⁶⁰ Nesse sentido é conveniente lembrar que Beauvoir defende que as mulheres inseridas em sociedades tradicionais vivem dilaceradas entre o “destino de mulher” e a “vocaç o de ser humano”. Conforme a pesquisadora francesa, o privil gio do homem reside no fato de que a sua voca o de ser humano n o contraria seu destino de macho; a sociedade n o cobra dele nenhuma op o. Em contrapartida, para o segundo sexo, a feminilidade est  condicionada ao “destino de mulher”, como no caso da personagem Dona Senhora, que ao gozar da vida em toda sua plenitude afasta-se da domestica o e confinamento destinado   mulher, mas a op o de abandonar a carreira de bailarina, casar-se e morar em uma cidade do interior do estado representa o reingresso no “destino de mulher”, longe do “perigo de viver”. Este   um conflito que faz parte da condi o feminina, numa sociedade patriarcal, que procura manter a mulher em seu estado de domesticidade.

destacando-se das demais –, fechada em um mundo que era só seu. Mundo impérvio, solitário e calado que ela mesma escolhe, uma vez que se apartou até mesmo do convívio com as comadres, não ouvia as confidências das outras e também não se confessava com ninguém. Aliás,

Ninguém lhe entendia os suspiros e os ócios prolongados, as crises nervosas que a deprimiam e a anulavam periodicamente. Cochichavam pelos cantos contra as suas sestas intermináveis, reclamavam do fastio absorto e ausente que de repente adquiria no meio das refeições, enlevada como uma adolescente trancafiada nos seus segredos [...]. Também a parentada se regozijava em espezinhá-la de longe, com o despeito de quem não consegue bisbilhotar suficientemente uma intimidade tão impenetrável, e decerto também sem arejo adequado para entender uma natureza tão susceptível. (p.138)

A bisavó é o elemento estranho, perturbador, a estrangeira, alvo de olhares discriminatórios e desconfiados. Dessa forma, ela ocupa o entre-lugar na sociedade patriarcal, opta por excluir-se do convívio com o outro e ao mesmo tempo procura marcar a sua identidade, “acentuar a sua diferença hostil no meio da mesmice de sua gente” (p.138). Ao abnegar tudo o que era trabalho doméstico, evitar o contato com os negrinhos e com a criadagem da casa-grande, ela não somente diferencia-se das outras mulheres, como também rompe com o *status quo* social destinado ao gênero feminino da época, uma vez que “soube mostrar, muito a seu modo, que fêmea não é ovelha encabrestada nem tampouco criada de carga” (p.138)⁶¹.

Essa mulher que soube se desvencilhar das amarras sociais destinadas ao seu sexo, moldou a sua filha mais velha não a sua imagem e semelhança, mas sim ao contrário. Com a ajuda e condescendência do marido severo, tornou a menina uma espécie de “abelha pequenina” (p.137), que se esfalfava no trabalho duro enquanto ela, a mãe, descansava em sua cadeira de balanço austríaca. Cabe lembrar que, conforme Freyre, as meninas no Brasil colonial foram educadas em um ambiente rigorosamente patriarcal, elas “viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos” (1958, p.588). A avó também sofreu essa substituição do elemento dominador, primeiro aprendeu a acatar as imposições da mãe e do pai, para mais tarde, com o casamento cair na esfera do domínio do marido.

⁶¹ Essa insubmissão aviltante é muito elogiada pelo narrador que se solidariza com a bisavó. Solidariedade e admiração tomam conta do discurso do bisneto que deseja absorver a personalidade distinta da antepassada: “Eu quero muito a essa minha bisavó! Faço gosto em registrar este tardio desagravo pelas aleivosias que levantaram contra o seu mundo fechado, pela vida pródiga que ela parece que esperava. [...] também ela me regozija, visto que não se deixou acanalhar, insatisfeita até o fim com o ramerrão das conveniências domésticas” (p.138).

Na sociedade tradicional em que estavam inseridos os avós do narrador - quando estes ainda eram jovens -, os patriarcas ou tutores, sempre estimulados por interesses econômicos, é que determinavam com quem, quando e em que circunstâncias seus filhos ou dependentes, tanto rapazes quanto moças, deveriam se casar. Entre as elites coloniais, o interesse primeiro não era com os noivos, com as suas preocupações pessoais da ordem dos sentimentos, das paixões ou dos amores, mas sim com a perpetuação do poder familiar, com a manutenção da posição social distinta, do poderio financeiro e da propriedade. Dessa forma, o matrimônio consolidado entre as elites sempre foi, antes de tudo, um compromisso familiar, um acordo (FALCI, 2001, p.256), mais do que um aceite entre os futuros cônjuges. Até porque, o dote era um elemento extremamente importante no jogo de negociação matrimonial, artifício que regulamentava a circulação de mulheres. Estas, sem uma quantia considerável oferecida ao noivo, estavam fadadas ao celibato. Assim, predominava o casamento de interesse sobre o casamento por amor.

Nos romances de Dantas, como defende Gerônimo, a mulher, especialmente nas gerações mais remotas, “é representada como mercadoria que entra no mercado matrimonial para ser avaliada e negociada por homens” (2008, p.66). Essa condição de mulher mercadoria é representada pelo narrador de *Coivara da Memória*, o qual reconstitui e/ou ficcionaliza⁶² a cena do acordo de casamento dos seus avós maternos. O avô jovem foi quem procurou o futuro sogro e expôs as suas intenções de construir família com uma das filhas do patriarca. O próprio rapaz defendeu que almejava estabelecer matrimônio de acordo com o que a tradição prescrevia: “na Igreja e no Cartório, tudo muito limpo e de papel passado, na ordem de Deus e dos homens” (p.129). Segue a cena:

Como um pastor que tange o seu rebanho domesticado, o velho ordenou que as filhas formassem, por ordem de idade, um semicírculo diante de meu avô. Assim expostamente desprezadas, sem tento nem ação, incapazes de resistência ou um laivo de firmeza. E agarrando com força o braço da mulher – como se temesse que por sua esplêndida beleza o pretendente pudesse confundi-la com uma das filhas – o quase sogro lhe respondeu, antes mesmo de saber qual a filha que estava sendo pedida:

– Sim, senhor! Seu pedido está aceito. Esta aqui é a minha; das outras todas escolha a sua, a que caiba melhor no seu agrado.

⁶² É necessário mencionar que o narrador antes de recuperar a cena de negociação de casamento entre o avô e o futuro sogro afirma que: “Esse evento está tão distante, abafado por tantas mudanças e silêncios inapreensíveis... que até tremo de sopesá-lo. Além do mais, no meu convívio com esses avós, eles já eram tão avançados de idade, que certamente nada mais guardavam dos arroubos dos antigamentes” (p.128). Diante dessa confissão, ele mesmo dá indícios de que a certeza não é um dos elementos que sustentam o seu discurso, o fato está distante, os avós já estão mortos e em vida não foi possível extrair deles essas informações que agora recupera. Dessa maneira, o episódio que ele representa pode não ultrapassar os limites da invenção de um sujeito que precisa ocupar o tempo com alguma atividade que lhe alivie as tensões e angústias.

As mocinhas já cientes da cerimônia para a qual se aprontavam empurradas a contragosto, esperavam a sentença mudas de expectativa, encolhidas umas sobre as outras. [...] como terão enfrentado ali o avaliador, assim oferecidas como mercadoria? (p.130-131) (grifos meus)

No trecho, há a representação da negociação do casamento, o pai signo do *patria potestas*⁶³, que deve ser respeitado e ter as suas decisões acatadas sem resistência é comparado a um “pastor”, símbolo de autoridade⁶⁴, que guia com pulso firme o seu “rebanho domesticado” de seis filhas. A respeito da ovelha, esta é considerada um animal dócil, mas que precisa ter a orientação de um pastor para seguir o bom caminho. Nessa perspectiva, as meninas, como ovelhas, foram domesticadas pelo pai severo que lhes ensinou o bom caminho: ser calada e submissa à vontade masculina. Destarte, todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para a submissão e para o silêncio, como demonstra Freyre: “à menina negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a menina respondona, [...] adoravam-se as acanhadas, de ar humilde” (1958, p.587).

As seis irmãs obedecem resignadamente às ordens paternas, destituídas do direito à palavra para reivindicar os seus anseios, conhecedoras da posição de subalternidade a que estavam submetidas como sujeitos do sexo feminino, não se atrevem a transpor os limites sociais impostos e tomar a palavra para materializar oralmente seus contragostos⁶⁵. “Mudas de expectativa”, elas não ousam quebrar o silêncio que as constrange diante de uma cerimônia que representa a morte não apenas da infância, como também dos sonhos e expectativas de um futuro por elas escolhido. Organizam-se como mercadorias⁶⁶ expostas em uma prateleira

⁶³ Entendo por *patria potestas* o poder do pai de “direito de vida e morte” sobre os filhos durante toda a sua vida, poder esse concedido ao patriarca pela lei romana, que com o passar do tempo foi amenizado, como por exemplo, o pai não tinha mais direito sobre a vida e a morte do filho, mas podia tomar decisões por eles, como o casamento. Cabe lembrar que o homem ainda detinha mais dois poderes básicos: o *manus*, sobre sua mulher, e o *dominium*, sobre sua propriedade (THERBORN, 2006, p.30).

⁶⁴ Jean-Louis Fladrin menciona que nas famílias tradicionais o pai tem que ser respeitado da mesma maneira que os cristãos respeitam a figura de Deus. Dessa maneira, o pai é o representante de Deus na família, dever esse garantido na França do século XIX por tratados como este: “debemos considerar a nuestros padres como dioses en la tierra”. O homem era dotado de poder sobre todas as coisas e pessoas que faziam parte da sua família e da sua propriedade, “la disciplina doméstica, en la que el padre es como un dictador, há querido que de su voz dependiera todo lo que está bajo él” (1979, p.169). Além disso, o simbolismo do pastor, conforme Chevalier e Gheerbrant, comporta um sentido de sabedoria intuitiva e experimental, sua função é um constante exercício de vigilância: ele está desperto e vê o seu rebanho, sobre o qual como um senhor supremo exerce proteção e dominação (2009, p.691-692).

⁶⁵ A esse respeito Falci firma que a “certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível, num mercado matrimonial relativamente restrito, e aceito pelos pais e familiares, impunham à mulher a condição de aceitar, com resignação, o par que lhe era mais do que sugerido – praticamente imposto – pela família” (2001, p.258).

⁶⁶ Essa situação dos pais exporem suas filhas como mercadoria não é uma ocorrência apenas de caráter brasileiro, Fladrin afirma que nas famílias tradicionais da França do século XVIII e XIX, os filhos eram considerados “coisas” de seus pais: “los hijos eran cosa de sus padres” (1979, p.178).

diante do comprador, o qual é aconselhado pelo “mercador” a avaliar e selecionar a que melhor se encaixasse nas suas preferências.

A avó, candidata escolhida pelo rapaz casadoiro, literalmente vigiada e controlada pela família⁶⁷ na figura despótica do *pater familias*, apenas conheceu o futuro esposo no momento da negociação matrimonial descrita anteriormente. Portanto, antes do casamento não ocorreu nenhum contato entre os noivos, cujo matrimônio, conforme prescrevia a tradição, deveria acontecer. Esse tipo de casamento remete ao período colonial, quando a união conjugal consubstanciava uma das formas mais coercitivas de controle da família patriarcal sobre os filhos, fossem homens ou mulheres. Assim, a escolha do rapaz pela futura esposa é realizada como uma negociação qualquer. Em outras palavras, não há por parte dele nenhum rasgo de sentimento, nenhum interesse pelas preferências da escolhida, para ela não é destinado ao menos um olhar apaixonado, uma palavra de consolo ou uma promessa de uma vida feliz:

Do bojo de sua firmeza, sem jamais haver consultado a preferida, e sem hesitações ou titubeios, ele optou pela mais velha entre as seis, a mais miúda e franzina, apertada entre as outras, e quase despercebida. A segurança do noivo a requerendo assim sem um olhar de agrado nem uma palavra macia, já prescrevia o seu mando definitivo sobre o silêncio da noiva. Assim seria, avozinha, pelo resto da vida, assim seria! (p.132)

Com essa escolha fria, o rapaz mesmo jovem já impõe sobre a mulher a sua conduta firme e segura de homem macho, o qual age soberanamente sobre os outros e, principalmente, sobre o silêncio da esposa que tem desde antes da união a sua palavra sufocada.

3.2 Silêncios, resmungos e gritos: entre a submissão e os rasgos de valentia

“Eu sinto-me melhor quando grito”.
(Paula Tavares)

Depois de fechado o negócio do casamento, o duelo das posições sociais se vê acentuado. Já nos primeiros dias de casado, o marido na ânsia de, supostamente, agradar a companheira demorou-se mais tempo do que o habitual em casa, rodeando-a. Frente a essa

⁶⁷ Ao discorrer a respeito da vida íntima das moças no período colonial, Freyre sustenta que “tudo porém, nos leva a crer na extrema dificuldade das aventuras de amor das mulheres coloniais, a toda hora cercada de olhares indiscretos”(FREYRE, 1958, p.592).

situação fora do convencional – o espaço do homem era o externo - a esposa, que havia internalizado os *habitus* sociais destinados a cada gênero, não aceitou esse comportamento destoante do homem e em um rompante de ousadia motivado por uma aparente indignação e um desejo de governar o novo mundo, o seu espaço da casa, desafiou-o:

Intrigada com esses cuidadinhos num homem com tanto renome de infatigável e sério espalhado por aí, ela aproveitou uma hora em que ele a assediava em demasia e, *assentando as mãos nas cadeiras*, o enfrentou *cara a cara*, assacando-lhe ali na bucha, quase ensoberbecida:

– O que é que você tanto remancha dentro de casa, homem? Me diga! Que machucação danada! Tanta fama de trabalhador e ainda não vi nada! (p.165) (grifos meus)

A cena transcrita⁶⁸ revela um momento em que há a inversão dos papéis sociais, no qual o homem ocupa temporariamente o espaço privado e a mulher que até então era submissa e calada toma a palavra publicamente. Chamo à atenção para a forma como se dá o enfrentamento, a maneira como a jovem senhora postou todo o seu corpo durante a afronta: “cara a cara”, o que demonstra que ela não se sentia inferior ao esposo, mas igual, e com “as mãos nas cadeiras”, representação física que reflete certa altivez. A posição corporal por ela assumida retrata uma identidade feminina que transgride as barreiras sociais impostas, quer dizer, as sociedades que vivem sob a dominação masculina legitimam para ambos os sexos diferentes expressões corporais⁶⁹: são monopólios masculinos os usos públicos e ativos do corpo, como “fazer frente a, enfrentar, frente a frente, olhar no rosto, nos olhos, tomar a palavra *publicamente*” (BOURDIEU, 1999, p.26), enquanto as mulheres precisam renunciar de alguma forma o uso do próprio corpo e de sua palavra, como andar com os olhos baixos, voltados para o chão e ao máximo concordar com a palavra viril.

Nessa perspectiva, no episódio em questão, a avó realizou o uso do seu corpo como um homem, isto é, primeiro ela tomou a palavra, elemento que a torna um ser social reconhecido e completo, exigiu “quase ensoberbecida” que sua voz fosse ouvida e acatada, enfrentou o esposo “cara a cara” e não com a cabeça baixa. Essa é uma das poucas vezes em

⁶⁸ O narrador toma conhecimento dessa cena através dos relatos de Sinhá Jovência, antiga empregada do engenho: “Sinhá Jovência contava de minha avó que na sua primeira semana de casada, logo apressou-se a assumir de uma vez por todas o comando da sua casa [...]” (p.165).

⁶⁹ Bourdieu em seu estudo *A dominação masculina* defende que as aparências biológicas e os efeitos das dicotomias (masculino – feminino e dominadores - dominados) são produtos de um longo processo coletivo de socialização do biológico e biologização do social que produzem e reproduzem posições corporais para cada gênero e/ou classe que os sujeitos devem adotar. “A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal ou qual de suas partes, a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou pelo contrário, abaixá-los para os pés etc., maneiras que estão prenhes de uma ética, de uma política e de uma cosmologia” (1999, p.38).

que a avó dirige a voz ao marido, contudo, apesar da aparente afronta e do tom desafiador, na sua enunciação está presente não somente a aceitação, mas também o desejo de conservar a divisão espacial dos gêneros e os papéis respectivamente destinados a cada um.

A “abelha pequenina” que passou da guarda do pai para a guarda do marido, não mudou o seu comportamento depois de casada, diferente da sua mãe que abjurava todo tipo de trabalho e ocupava o seu tempo lendo romances e tocando piano, a avó apresentou-se como uma senhora de engenho comprometida com os afazeres domésticos. No entanto, tal comprometimento mostra-se exorbitante – se considerado a forma como o narrador a focaliza – e destoa das características expressas por Miridan Knox Falci a respeito da mulher de elite do Nordeste, que tinha preconceito contra o trabalho doméstico, como cozinhar e engomar (2001, p.271). Preconceito esse estimulado pela presença da mão-de-obra mais abundante e mais barata do que nas outras regiões brasileiras, fator que facilitava para elas esse tipo de serviço.

Mesmo reconhecendo que há indícios de que uma parcela ponderável de mulheres da camada dominante do nordeste açucareiro levasse uma vida ociosa, a pesquisadora Heleieth I. B. Saffioti defende que a grande parte das senhoras de engenho “desempenhava, via de regra, importante papel no *comando* e *supervisão* das atividades que se desenvolviam no lar” (1969, p. 180) (grifos meus). Porém, é necessário não esquecer que tais atividades não se referiam ao que hoje designamos de tarefas domésticas, pois eram mais amplas, como: comando do trabalho da escravaria na cozinha, na fiação, na tecelagem, na costura; além de supervisionar a confecção de rendas e de bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos (SAFFIOTI, 1969, p.181).

A avó do narrador afasta-se da imagem de mulher de elite ociosa, apresentada por Falci, e reflete a defendida por Saffioti, da senhora de engenho que comanda, supervisiona e gerencia as tarefas do espaço privado. Essa imagem aparece representada com maior nitidez quando o narrador faz referência aos primeiros anos de casada – correspondentes aos anos de ápice financeiro do casal, época em que o engenho contava com mais de meia dúzia de criados –, nesse período a esposa foi a melhor extensão dos poderes do marido, exercendo o mando sobre os empregados. Como senhora do engenho, “revelou-se a seu marido melhor do que a encomenda” (p.110), reproduzindo um modo de agir rígido, severo e, principalmente, capitalista. Ela comandava os empregados com “pulso firme”, acordando-os mais cedo do que

o convencional, meio esse que dispunha para espichar o dia de trabalho em busca de um lucro mais generoso:

O rojão duro principiava logo madrugadinha, quando então ela obrigava a criadagem a dobrar as esteiras, arrelhada com mais um dia de serviço que nascia cedo demais e se espichava com a lerteza até as ave-marias. Sem mais tardança, ia recomendando a um e outro as suas tarefas, apressada em fazer cumprir as suas ordens com a dureza que se despregava da voz enérgica e dos olhos vigilantes. (p.110)

Nessa época, os trabalhadores do engenho viviam “entre os gritos do patrão e a intransigência da ama” (p.110). A voz da mulher, nesse contexto de relações de poder, é possível porque ela “sem deixar de estar subordinada ao marido, é sua igual, assim como na casa é superior aos filhos e aos empregados⁷⁰” (FLADRIN, 1979, p.190) (tradução minha). Entretanto, as lembranças que o narrador guarda dessa personagem não são desse tempo de voz vigorosa, do engenho próspero e da vasta criadagem, mas sim, quando a mesma já estava com a idade avançada, “inteiramente automatizada” (p.112) pelo trabalho, fechada “em duros silêncios” (p.111) e contava apenas com o auxílio de dois empregados: Sinhá Jovência e João Miúdo⁷¹. O narrador também vítima da opressão simbólica tem a sensibilidade de relatar as jornadas de trabalho a que essa mulher se submetia, ou melhor, era submetida pelas expectativas não apenas do marido que a dominava, sendo o seu senhor, como também da prole numerosa que necessitava atender:

[...] esta avó foi ficando mais arredada no seu canto, menos servida e mais só. Desde então, só consigo enxergá-la no adro da trabalhadeira medonha que se desdobrava no círculo dos dias e das noites.

Esse pelejar ininterrupto mais se gastava no capricho de bem cumprir as ordens de seu marido e senhor, no afã de melhor servir a sua gente numerosa, sem jamais se deixar ultrapassar! Estranhas regalias de senhora de engenho! (p.111)

Solitária e calada, inserida em uma elite em decadência, a avó com uma idade relativamente avançada, trabalha no engenho como uma empregada, diferente da mulher branca da casa-grande que desempenhava o importante papel de *comando* e *supervisão*, ela realiza as tarefas, tendo abdicado da posição exclusiva de mando. Atitude típica da mulher que está passando por um declínio financeiro na família, conforme a reflexão de Falci, as senhoras menos afortunadas ou de uma elite em decadência que se sujeitavam a trabalhar arduamente

⁷⁰ No original: “Es que la mujer, sin dejar de estar subordinada al marido, es su igual; así como, en la casa, es superior a los hijos y a los servidores” (1979, p.190).

⁷¹ Conforme o narrador, estes empregados comungavam a mesma condição da avó: “comparsas entre si, e também seus parceiros de renúncia e sofrimentos” (p.111).

para ajudar no sustento da prole, e para isso tinham que aceitar todo tipo de ocupação, até mesmo as consideradas como trabalho masculino (2001, p.249).

O empenho extremado da avó chegava a ser um esforço desesperado, quando o neto a conheceu esta já era “alguém de corpo mirrado e costas arqueadas” (p.111), com o espinhaço curvado, mantendo um “pequeno corpo enrolado” fadado a se desmanchar “em pregas até diminuir o espaço físico que ocupava, teimando em desaparecer comprimido num resto reduzido de pessoa” (p.112). Mesmo tão pequena, com a estrutura física aparentemente comprometida, o narrador transmite ao leitor uma imagem de fragilidade, de ser humano sofrido e consumido pelo trabalho. Entretanto, essa aparência física debilitada contrasta com a força que a mesma tinha ao desempenhar as tarefas rotineiras:

Numa disposição verdadeiramente inquebrantável, esta dona de casa de mão cheia, preenchia o seu dia com as ocupações que se comprimiam umas sobre as outras [...]. Tomava a peito até mesmo os serviços reservados à força masculina. Quando necessitava urgentemente de água, e João Miúdo estava por longe [...]. Se ele demorava mais do que ela poderia esperar, ou porque estivesse fora do alcance do chamado, ou porque se fizesse de surdo, procurando ganhar um tempinho contra a trabalhadeira danada – essa *mulherzinha* decidida arregaçava as mangas do casaco riscadinho, atirava o balde para dentro do buraco cilíndrico, e segurando a corda com as *mãozinhas miúdas*, ia deixando que ela se desenrolasse resvalando no eixo do carretel de sucupira até que a vasilha enchesse lá na água do fundo. Aí então, fincava o pé como um *negro-macho*, comprimia a boca emurchecida, e ia recolhendo a corda áspera . (p.119)

Crueldade! No meio de tanta consumição, ela tomava da corpulenta mão-de-pilão – um toro de pau condenado pelo seu peso de chumbo, dizem que até pelos cativos de antigamente – torcia um pouco o espinhaço e investia obstinada na cadência das pancadas sacudidas com valentia [...]. E nenhum de nós botava reparo na violência desse esforço! Sequer pressentíamos que a *criaturinha franzina* mal aturava o rojão de boi erado, aguentando a pulso a empreitada que até Sinhá Jovência recusava, com medo de se arrebentar. (p.120- 121) (grifos meus)

As citações exemplificam a estratégia utilizada pelo narrador para compor o retrato dessa personagem, o uso de substantivos e adjetivos no diminutivo servem para reforçar a imagem física da mulher pequena e delicada, mas que mesmo assim tinha força, coragem e principalmente a ferro suficiente para realizar trabalhos que eram rejeitados pelos empregados e condenados pelos cativos de antigamente, devido ao esforço físico que estes exigiam. Nesse sentido, é imprescindível chamar à atenção para a comparação utilizada para caracterizá-la: “como um negro-macho”. Veja-se que ela não é igualada com a negra, nem ao menos a um escravo, mas sim comparada com um negro que tem o vigor e a força de ser macho.

A vida da sinhá, mergulhada nos afazeres domésticos, representa de modo forte e intenso a posição do gênero feminino na sociedade colonial, porque nesse período em quase todo o país a vida era dura, principalmente para a população que fazia parte do grupo dominado. Em especial, esperava-se que a parcela feminina “desempenhasse seu papel direta e constantemente” (SAFFIOTI, 1969, p.181). A missão de mãe e de serva que a avó cumpre invariavelmente de forma empenhada não deixa de ser em nenhum momento a resposta às cobranças de seu marido, visto que ele “queria a sua mão metida em tudo, destinando-lhe até mesmo as miudezas exequíveis por qualquer criada com um mínimo de boa vontade” (p.171).

Como o avô queria sua esposa envolvida em todas as atividades, ele nunca abrandava as exigências destinadas a ela, por outro lado, não a repreendia com palavras enunciadas e sim por meio de um elemento mais aterrorizador e marcante: o silêncio. Silêncio de censura encarnado na expressão do olhar, uma vez que ele a “recriminava com o rabo do olho”⁷² (p.227). Dessa forma, essa mulher automatizada pelo sistema de dominação a que estava submetida tinha a habilidade de compreender a repreensão silenciosa de seu marido e as imposições caladas de seus familiares: “agradava filhos e netos, *que em silêncio reclamavam café fresquinho*, se possível pilado na hora, ainda exalando o cheiro das pancadas” (p.121); “Pisava esses grãos com tanto empenho (ou desespero?), [...] justamente como ela percebia que gostávamos, *adivinhandando a exigência que lhe era imposta sem carecer de palavras*” (p.122) (grifos meus).

A capacidade de compreender as cobranças não pronunciadas, pode em um primeiro momento parecer característica da “intuição feminina”, todavia revela-se no contexto em questão – de dominação sexual e social – como um traço mais denso e profundo que Bourdieu descreve como uma “forma peculiar da lucidez”, a qual apenas os dominados têm. Essa forma de perceptibilidade consiste na competência dos sujeitos vítimas da dominação decifram o que não é representado verbalmente e o que está implícito nos diálogos, sendo um elemento inseparável da submissão objetiva e/ou subjetiva que estimula, na realidade obriga, à atenção e à vigilância necessárias para prever ou pressentir os desejos dos dominadores (BOURDIEU, 1999 p.43).

Diante disso, o matrimônio a relação entre marido e mulher consolida-se como uma relação de poder – ele provê o sustento doméstico, o que lhe assegura o poder total sobre

⁷² O olhar nesse contexto consolida-se como um poder simbólico e sua eficácia depende da posição daquele que percebe e daquele que é percebido (BOURDIEU, 1999, p.81), assim o avô em uma posição superior de senhor de engenho, de homem de mando, percebe e censura a sua esposa que em relação a ele se encontra em um posição subalterna.

ela que é obrigada, silenciosamente, a obedecê-lo e realizar o trabalho que lhe cabe –, em que não há espaço para manifestação de afetos. O recalque dos sentimentos amorosos entre os cônjuges pode ser produto de dois influxos: o primeiro diz respeito a forma como é firmado o contrato de casamento – união sem amor – e o segundo se refere ao modo como os sujeitos são socializados. Dito de outra forma, delicadezas amorosas e rasgos de sentimentalismo eram atributos aceitáveis somente para mulheres, enquanto os homens eram educados desde crianças para tornarem-se machos viris e ásperos. Assim, nessa perspectiva, o avô certamente amava a sua esposa, todavia tinha uma forma não convencional de manifestar esse sentimento, visto que não lhe “dirigia falas amorosas, esquecido de que também se vive de palavras” (p.227), apenas destinava-lhe cobranças.

Sensível a relação áspera e sem falas com o marido, a esposa procurava sempre estar calada, “abafando os rumores para não incomodar a paciência de seu homem” (p.117). Em nome de um suposto respeito à figura masculina de seu companheiro, a avó, aparentemente, consciente da sua posição social de inferioridade e subserviência, refreava as suas palavras e vivia às margens do centro das decisões, como é possível constatar com mais nitidez no seguinte trecho:

Habitualmente, perante o meu avô, eras uma vassala submissa a seu mando! Poucas vezes as vossas opiniões colidiam, já que te desdobravas para melhor consolidar a auto-suficiência de teu senhor, sem sequer defenderes o teu amor-próprio. Gostavas de aceitar sem relutância as opiniões dele, com quem, se de algum modo entravas em desacordo, preferias silenciar a aduzires contra-argumentos e desobedecer-lhe. Quando, porém, balançando a cabeça negativamente, ele desaprovava o teu cultivo dispendioso [cultivo de rosas], sabias enfrentá-lo impávida e irreconhecível. Acerada de audácia, apertavas os beijos em comissuras de desafio; amuavas contra as suas investidas, toda reprovativa e insolente de gestos, o rosto falando sob pregas de contrariedade. Chegavas a avançar contra ele o olhar hostil, resmungando as tuas respostinhas ásperas, embora previsíveis a tua condição de mulher daqueles tempos: mais não podias, os ares não comportavam... (p.231) (grifos meus)

A citação expressa a estratégia utilizada pelo narrador para construir a ambiguidade do silêncio de sua personagem. Chamo à atenção para o advérbio temporal que inicia o excerto: “habitualmente”; a utilização desse advérbio abre a possibilidade de interpretação de que nem sempre a avó era uma “vassala submissa”. Seguindo o trecho, o narrador afirma que a mulher *perante* o marido preferia calar-se, abafar sua vontade, reprimir sua palavra de defesa do que contrariá-lo, expondo sua opinião. Fica explícito que esse movimento de negação do discurso, de esquivamento da palavra era uma forma que a esposa valia-se para *favorecer* e

engrandecer a autoridade do patriarca. Entretanto, quando ele a desaprovava, “balançando a cabeça negativamente” (p.231), o cultivo de rosas que ela mantinha, essa mulher submissa tornava-se irreconhecível, deixando extravasar a expressão corporal que era sinal de libertação e desafio. Por outro lado, em vez da afronta ser realizada voz alta, era feita através de gestos aonde o máximo a que chegava era ao resmungo de “respostinhas” – o uso do diminutivo revela a inferioridade e/ou a não importância da palavra de reivindicação do gênero feminino – ásperas e previsíveis. O narrador conclui o trecho com uma frase perturbadora que desvenda a opressão discursiva a que ela estava submetida, o que de certa forma o contradiz, já que na realidade essa personagem não “preferia[s] silenciar” e nem “gostava[s] de aceitar sem relutâncias” as opiniões do outro. Todavia, era obrigada a calar, uma vez que os “ares não comportavam” que as mulheres se excedessem⁷³.

Dessa forma, a senhora de engenho tem a sua posição de sujeito falante interdita. Ela vive sob uma “rarefação”⁷⁴ discursiva, na qual o sujeito tem consciência de que não há a permissão de dizer tudo o deseja, que não se pode falar de tudo em qualquer momento, e finalmente quem quer que seja não tem o direito de afirmar qualquer coisa (FOUCAULT, 2008, p.9). Condenada a cumprir as exigências de seu marido, ela parece ter consciência de que não pode enunciar abertamente as suas contrariedades e nem contestar as atividades que lhe eram atribuídas. Por este motivo “apenas *rosnavas*, seca e açodada, pela fenda dos beijos franzidos” (p.227), ou então “se punha a *resmungar*, contrariada, queixosa da vida sem descanso” (p.268) (grifos meus), não ousando reclamar para o marido ou queixar-se para os outros, mantinha-se, portanto, calada.

Seu obstinado silêncio, porém, é apenas parcial. Há passagens ao longo da narrativa em que a obediência aquiescida apresenta momentos de resistência, isto é, a sinhá profundamente empenhada em suas obrigações domésticas não suportava que ninguém se divertisse à custa de seu esforço:

Meninos e empregados, quantas vezes caímos de susto! Nunca podemos entender como ela atentava inesperadamente em pequenos furtos e traquinagens que a outros passavam despercebidos! [...] ... e logo ela surdia invisível com suas tiradas secas, a *voz crispada lascando tiras de pedra!* Malinasse ali o atrevido para ver só o esculacho que levava! Logo *virava um*

⁷³ Saffioti defende que as mulheres, especialmente diante de estranhos, durante a conversação assumem um papel secundário, “não ousando imiscuir-se nas conversações e até mesmo permanecer no recinto em que os homens palestram” (1969, p.195).

⁷⁴ Expressão de Foucault, que diz respeito ao fato de que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas” (2008, p.37).

porco imundo na repulsa do grito que escabriava, arrematado por puxões de orelha que ardiam como o diabo. (p.120) (grifos meus)

O trecho apresenta uma mulher que ofendida pelo desrespeito dos netos e dos empregados rebelou-se como “um porco imundo”, tomou a palavra com ira e a lançou com rispidez aos demais, enfim gritou, liberou a sua raiva contida chamando a atenção para seu serviço realizado com esmero. No entanto, essa imagem de mulher tomada de ira não é uma constante no romance, na maior parte do tempo o narrador apresenta-a calada e submissa, uma vez que ela não tinha “nenhum discurso sobre o próprio trabalho” (p.227).

Há na avó, deste modo, a alternância de períodos de “rarefação” e outros de muita atividade discursiva. Geralmente, estes momentos ocorriam frente à presença de empregados e meninos, os quais na estrutura social da época estavam em uma posição inferior a sua, enquanto as ocasiões de interdição se desenrolavam quando ela estava diante do marido, o que evidencia a dominação masculina que censura a expansão feminina⁷⁵:

Ela até que muitas vezes se irava em rasgos de valentia. Quem duvidasse que fosse pôr tacha em qualquer dos seus filhos, para ver só o tamanhão do seu topete. Experimentasse um atrevido e logo defrontava com uma onça caetana de unhas arreganhadas. Só que na sombra daquele jequitibá copudo ela se resignava que as leis não eram outras. Encurtava-se na sua autoridadezinha de nada, enganosa, porém! (p.182) (grifos meus)

Entretanto, mesmo a avó encurtada na sua “autoridadezinha”⁷⁶ enganosa, porque naquela época as leis eram outras, há uma situação em especial que essa mulher, a sua maneira, desafia a lei social que a obriga a permanecer em silêncio, quando ela vomita a “sua ira de roubada” (p.243) diante do marido: é o caso do furto de seus capões cevados. Faz-se necessário mencionar rapidamente o caso: certa noite, no Engenho Murituba, chegou um homem, João Marreco, acompanhado de sua mulher e mais quatro filhos, pedindo pouso; o senhor patriarcal compadecido com a família desabrigada concedeu-lhes o pernoite na tenda de ferreiro. Na manhã seguinte, a avó, ao alimentar os animais, percebeu que o João Marreco havia roubado as galinhas de que ela tanto cuidara. A sinhá indignada com o desrespeito ao seu árduo trabalho, tomada de raiva, transfigurou-se como um animal: “rilhando os dentes de caititu e apertando os dedos das mãos convulsas, como se fosse rasgar o marrequinho a mordidas e beliscões” (p.242) (grifos meus). No entanto, ela não se limitou a manifestar a sua

⁷⁵ Essa é uma censura inerente às estruturas sociais, a qual se consolida como *habitus* dominado, uma relação social somatizada, isto é, lei social imposta pelos dominadores convertida em lei incorporada e legitimada pelos dominados (BOURDIEU, 1999, p.51).

⁷⁶ O uso do diminutivo nesse momento é uma estratégia utilizada pelo narrador para reforçar o tom de dissimetria radical entre a autoridade do marido e a autoridade da mulher.

indignação apenas através da expressão corporal, ela assumiu a posição de sujeito falante e exigiu que suas reivindicações fossem ouvidas e que o malfeitor fosse punido:

– Um diabo deste só capado à faca! – *rosnava* em iras a minha avó, nas barbas do marido empacado e sem ação, afrontando no miolo de seu cerne. [...] ela queria ainda o pior, *grunhindo* nas barbas de meu avô:

– Pois se você não sabe o que merece este diabo fedorento, bem que sei eu! Não mate! Lá isso é pecado de mandamento. Mas acabe com a homança dele! Corte-lhe as partes e juna pra os cachorros! Quebre as forças deste mão de gancho... ou mais dia menos dia ele volta pra levar o resto! Veja só o que lhe digo! Quebrante a natureza suja... exemple à faca cega... senão ele torna e é pior!

[...] Deixou jorrar esse desabafo num fôlego só, atirou uma cusparada aos pés do infeliz, e rodou inteirinha nos calcanhares para desaparecer porta adentro, desobrigada de ter *arrotado* a sua valentia. No seu íntimo, ela bem sabia que quase passara da conta, pois naquela questão de ofensas e honras só prevalecia a palavra de seu homem. (p.240-243) (grifos meus)

Embora a avó tenha reassumido a posição de sujeito falante que lhe foi interdita pela estrutura social, no trecho citado fica expresso que ela não tomou a palavra e muito menos a enunciou em voz alta para que todos a ouvissem. Ao contrário, sua palavra continuou reprimida, pois, ela rosnou e grunhiu nas barbas do marido. Considerando a perspectiva de Sciacca, situações como esta, em que a palavra permanece abafada são habituais, porque “nos sofrimentos essenciais, nas esperanças despedaçadas, nas esperas desiludidas, nas tristezas radicais, as palavras que surgem na garganta são retidas pelo silêncio” (1967, p.44). Além disso, esses meios de expressão indicam a dificuldade de se impor e de impor a própria palavra, que lhe foi cortada desde menina. Dessa forma, ainda que a mulher exija a mais cruel punição destinada a um homem viril – a castração –, a sinhá na sua condição social de sujeito dominado não chega a passar da margem para o centro das decisões e muito menos tem a possibilidade de ser agente nos jogos de poder⁷⁷. Assim, parece que ela sabe que se excedera, que sua atitude descontrolada, motivada pela raiva, “quase passara da conta”.

Existem poucos momentos em que as mulheres ultrapassam os limites do sistema social para ousarem dizer, para ousarem fazer com que sua voz seja ouvida (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p.515). Nesse sentido, constato que a avó somente arriscava-se a ultrapassar as convenções sociais para falar nos momentos em que era motivada pela raiva. No entanto,

⁷⁷ Cabe lembrar que essa impotência se deve ao fato de que o gênero feminino, nas sociedades dominadas pela força masculina, são “excluídas dos jogos do poder, elas são preparadas para deles participar por intermédio dos homens que neles estão envolvidos” (BOURDIEU, 1999, p.97).

mesmo encolerizada, restringia-se a um “cerco invisível”⁷⁸ que lhe censurava a livre expressão, limitando-se a resmungar, grunhir e rosnar⁷⁹ frente ao marido e somente alcançava uma expansão mais elevada, o grito, diante dos meninos e do empregados⁸⁰. Logo, resmungos e muxoxos são as armas que essa mulher utilizava para lutar contra a opressão em que vivia, armas fracas⁸¹, pois não tinham a mesma força da enunciação verbal de um sujeito que detém o poder do discurso.

Além disso, o narrador expõe que parte da resignação e do silêncio dessa senhora pode ser creditada ao fato de que “para ela palavras eram apenas palavras, um punhado de sílabas intransitivas que não valiam o preço das aperreações” (p.135). Esse descrédito fez com que a avó ultrapassasse a ordem hierárquica que lhe era imposta sem consultar o marido, contrariando as expectativas sociais, da mulher restrita ao lar sem poder de decisão, ela saiu da sombra do “jequitibá copudo” em duas situações, as quais exigiram o abandono dos seus afazeres domésticos: a primeira foi quando ela deixou o espaço da casa-grande e dirigiu-se para a cidade com a finalidade de cuidar da filha que havia sido expulsa de casa pelo pai e estava com a saúde debilitada⁸²; a segunda ocorrência também mobilizou a avó por motivos de saúde, quando decidiu e ordenou os empregados a acomodarem o negro Garangó no depósito da casa-grande, com o objetivo de recuperar a vida do servo que estava gravemente ferido⁸³. Nesses dois momentos, ela não consultou ninguém, nem disse aos demais o que iria fazer. Todavia, no caso do negro Garangó, a mulher compadecida com o sofrimento e solidão do outro, antes de tomar qualquer decisão levou o “seu alvitre” (p.309) ao marido, o qual mandou pegar o moribundo, mas depois disso, ela não o questionou ou pediu sua opinião, simplesmente instalou e cuidou do enfermo por vontade própria. A avó, dessa forma, passa da margem para o centro das decisões sem precisar recorrer às tramas e “aperreações da palavra”.

⁷⁸ Expressão utilizada por Bourdieu (1999, p.39) ao comentar o comportamento submisso que se impõe às mulheres cabilas que vivem sob uma espécie de *confinamento* simbólico que as obrigam a revelar-se em alguns imperativos: baixar os olhos, aceitar interrupções, ter a palavra cortada, etc.

⁷⁹ Chamo à atenção para o fato de que rosnos e grunhidos são as formas de expressão utilizadas por animais, aliás o narrador sempre descreve essa personagem como um animal nos momentos em que ela era dominada pela raiva: onça caetana, caititu e porco imundo.

⁸⁰ A expressão verbal da avó é também repreendida frente aos filhos homens: “Pois até minha avó, tão inflexível nas suas justiças, sob o jugo de ser mulher, não tinha audácia para levantar a voz contra os filhos homens, nem qualquer outro recurso para impedir a força das investidas” (p.318).

⁸¹ Conforme Bourdieu “as armas do fraco são sempre armas fracas” (1999, p.43).

⁸² Essa situação está descrita no vigésimo quinto capítulo: “Só minha avó, aparentemente a criatura mais seca, ludibriava a família toda para assisti-la com mil recomendações e sortidos mantimentos, chamando filha à vida sem nenhum constrangimento. E quando sentiu que ia perdê-la de verdade, virou uma jararaca mordida, fez um escarcéu dos diabos, mandou vir médico de fora, deu uma figa para os compenetrados da família se botou para a Rua da Cruz a sol a pino! Impávida esta minha avó!” (p.269).

⁸³ Este acontecimento é descrito pelo narrador no vigésimo nono capítulo: “Por ordens expressas de minha avó, o toco preto foi arriado no depósito agregado à casa-grande. Ela tinha intenção de recuperá-lo com o milagre de seus cuidados [...]” (p.309).

Ainda, a respeito da palavra da avó, é indispensável expor que o narrador não reconstitui somente os momentos em que ela agia silenciosamente ou alcançava a expressão por meio de resmungos e gritos, há também a recuperação de quatro conselhos que essa antepassada lhe destinou. Antes de transcrever as recomendações, é importante afirmar que elas essas foram enunciadas com uma “voz espremida e ríspida” (p.24) carregadas por uma “frieza mais displicente de sua amargura, sempre a ralhar” (p.25):

– Menino... menino... larga de ser encegueirado! Te fia em tua avó que já viveu meio mundo. Pra que tanto agarradio com bichos emprestáveis? Pra quê? Te acostuma de agora senão mais tarde tu te arreventa. Nesta vida não se tem mesmo o que se ganhar: é ir cambecando... perdendo e perdendo... até um dia desaparecer... (p.25)

– Se enrosque dentro de si mesmo, meu filho... se dilua em pó... mas não se fie em bondades de ninguém! (p.123)

– Não se prenda a nada... menino, não se prenda a nada... (p.176)

– Não abaixe a cabeça menino... não abaixe que é disto para pior: morto nasceu quem destinado veio a não sofrer! (p.208)

Nesses conselhos dirigidos ao neto é nítido o tom da palavra carregada de dor da pessoa que teve suas esperanças despedaçadas por uma vida dura e invisível, voltada para o árduo labutar cotidiano sem direito a ócios ou a ocupações que não revertissem em lucros. As palavras recuperadas materializam a voz da experiência de uma mulher que aprendeu do modo mais cruel a sufocar as emoções e manter o semblante sempre altivo, sustentando-se soberbamente sem nunca recorrer ou esperar ajuda alheia. Enfim, são as palavras de um sujeito consumido por uma estrutura social assimétrica e injusta.

O narrador compõe um retrato detalhado dessa senhora de engenho guerreira, forte e incansável, que como as sinhás descritas por Freyre se encontrava quase no mesmo nível dos escravos (1958, p.587), sem direito a livre expressão e condenadas a serem exploradas pela força masculina. Em outras palavras, ela como um escravo passou a vida toda sob um cativo simbólico, embora fosse a força que ordenava a casa-grande, não era reconhecida e nem valorizada pelos principais agentes da sua anulação e exploração – os homens –, portanto, invisível aos olhos destes:

Os homens de tua família ocupados com safras e pequenos negócios, nunca enxergaram a brandura que se metia nos teus desvelos sem palavras, nem repararam no constante estado de doação em que vivias. Nunca tiveram um gesto de louvor para a tua canseira, nem levaram em conta o quanto te entregastes, sem nenhuma esperança de recompensa, aplicada a suprir-lhes as necessidades mais grosseiras, a adivinhar-lhes os desejos mais guardados, para melhor

chegar até eles o teu zelo de samaritana. Do tanto que fizeste e tão desinteressadamente, ficou-me a impressão de que te mortificaste em vão: quanto mais te davas sem reservas, mais exigíamos indiferentes, sem ligar para as tuas mãos encaroçadas. (p.227)

A luz projetada, na argumentação do narrador, mostra a importância não reconhecida dos papéis que as personagens femininas desempenhavam na sociedade, em especial na família patriarcal. Nesta vida pesada, sofrida, voltada para o trabalho e cuidado da prole, até mesmo o burro Germano teve um destino mais suave que ela, porque este animal de carga ao menos recebia carinho e atenção pelos que desejavam “vê-lo explodir em balanços de rabo e em zurros de cara boa” (p.226).

Diante disso, a sinhá não guarda nenhuma característica do sexo fraco e frívolo, apesar da aparente fragilidade do corpo. Não obstante, essa antepassada sempre procurou apresentar-se ao marido, aos familiares e aos empregados sob uma “carapaça de calcário”, fechada em um “silêncio de esfinge”, revestimentos que encobriam “a vida carunchada” (p.225) produto das renúncias que teve que fazer desde a infância, as quais a obrigaram a “não ter preferências”, sendo “viúva antecipada de qualquer escolha” (p.122). Desse modo, a existência da avó foi marcada pela “ética da subtração” (GERÔNIMO, 2008, p.121) que a fez sacrificar os próprios desejos, as vontades mais íntimas – já que “vivia esquecida dos atavios femininos e outras coisas de alindamento” (p.173) – e a própria palavra em nome do *amor fati*⁸⁴: do amor ao destino social de “vassala submissa”.

Na vida subtraída que a personagem levava até mesmo as manifestações afetivas foram reprimidas. Na condição de mulher-mãe ela cuidou e educou “uma redada de irmãos” (p.173) até estes atingirem a maioridade, deu origem a uma numerosa prole “de filhos que nasciam todos os anos” (p.173), e ainda tinha que proteger, alimentar e vigiar não apenas os seus netos, como também aos cunhados já adultos, como Burunga. Com o seu homem, o desvelo não era diferente, esfregava-lhes as juntas com pomadas de ervas, lavava-lhe os pés com infusões e água morna, preparava-lhe o cardápio de que mais gostava. Entretanto, apesar de sempre estar disposta a atender os seus, ela não demonstrava para com eles nenhuma ternura, humor ou rasgos de sentimentalismo, qualidades inerentes à feminilidade da época, ao contrário, “No convívio com sua gente, minha avó preferia ser prática e ríspida, a se deixar demover por atropelos sentimentais” (p.175).

⁸⁴ Bourdieu caracteriza o *amor fati* como o amor ao destino social, “uma inclinação corporal a realizar uma identidade construída em essência social e assim transformada em destino” (1999, p.63).

Com o coração fechado em um “labutar silencioso” (p.122), essa mulher apenas revelava a sua amabilidade contida quando estava em contato com as rosas, ocupação que marca a sua individualidade e encanta o neto, uma vez que somente nessas ocasiões se punha mais saliente. O roseiral configura-se como o seu espaço de mando, o único em que ela exercia plenamente o seu poder longe da intervenção do patriarca. Suas mãos calejadas preparavam carinhosamente o solo para a rosa Sangria, a rosa Maria, a rosa Palmeron. Na escala das preferências essas eram as suas prediletas, com as quais deixava a voz se amaciar plenamente “perdendo, num estremecer de tempo, os arrepios de secura e de dureza”, permitindo que suas “reservas de ternura” (p.340) transbordassem. O cultivo das rosas funcionava como uma válvula de escape⁸⁵, ou melhor, como “uma prazenteira jornada de fugas e ardores” (p.229) que tinha por finalidade canalizar e preencher a lacuna da identidade reprimida, do discurso interdito, da rudeza do trato que lhe dispensavam os homens e da árdua labuta que consumia os seus dias: “Neste pedaço de chão estremecido, te refugiavas sedenta da orgia de cheiros e cores que compensavam o teu desterro cá de fora” (p.229). Essa atividade onerosa e sem fins lucrativos é o traço que aproxima essa personagem de sua mãe e de Dona Senhora, ou seja, o roseiral é para ela o refúgio do mundo cruel de poderes assimétricos, da mesma forma que o piano Pleyel e o extremado cuidado corporal são o abrigo para as personagens femininas citadas antes respectivamente. O jardim é, portanto, o espaço em que a mulher abafada tem a oportunidade de se libertar, de revelar-se por inteira sem precisar recorrer às palavras. Essa atividade que gera uma libertação é reprovada pelo marido, que considerava tal ocupação como um “cultivo dispendioso”.

A personagem avó configura de modo expressivo a condição feminina em uma sociedade patriarcal, hegemônica e violenta, onde é inevitavelmente reservado à mulher o papel de sombra silenciosa do marido. Acompanhando a trajetória traçada pelo neto, é lícito afirmar que a sinhá absorveu o silêncio da relação de opressão a que estava submetida. Inserida em um ambiente repleto de imposições e proibições que cercavam suas palavras e engessavam o seu espaço discursivo, aos poucos se fecha também em um universo taciturno em constante estado de doação e de “desvelos sem palavras” (p.227). Sofrendo calada a opressão doméstica imposta pela força masculina, o silêncio apresenta-se como o refúgio

⁸⁵ A “válvula de escape” que canaliza desejos recalçados é uma constante nos romances de Francisco J. C. Dantas. O apego de seus personagens a objetos de desejos, que no caso da avó são as rosas, indica uma sugestão psicanalítica, isto é, para compensar alguma pulsão reprimida, algum impulso retraído no inconsciente, seus personagens se obstinam na devoção de objetos: Cassiano Barroso, da narrativa *Cartilha do Silêncio*, acostumado com uma vida luxuosa, alimentava uma mania excêntrica de comprar objetos ornamentais, já no romance *Os Desvalidos* há a personagem Tio Filipe que vivia fascinado pelo brilho e reluzir dos metais que comprava compulsivamente.

frente à violência destinada a ela: “até onde posso recuar, fomos nós quem abafou a tua expansão, a ponto de não teres nenhum discurso sobre o teu próprio trabalho, nem voz de gente para te alcançares” (p.227). Assim, a avó entrega-se totalmente à imanência da condição feminina.

Os únicos momentos em que ousa quebrar o silêncio que lhe era imposto, são aqueles em que era dominada pela raiva, que longe do marido, explodia em “rasgos de valentia”. No entanto, quando próxima do patriarca, dos irmãos ou filhos homens tinha a posição de sujeito falante interdita, portanto, condenada a somente rosnar ou resmungar, permanecendo submissa. Ou então, quando revelou ao neto a palavra da experiência através dos conselhos que lhe destinou.

Dessa forma, o processo de silenciamento a que essa personagem foi submetida e concomitantemente se submeteu é o resultado das determinações culturais decorrentes da sociedade patriarcal açucareira, que perpetua uma tradição misógina. Tal tradição gera como consequências o abafamento da identidade feminina em lugar da afirmação e do livre desenvolvimento da masculina, bem como provoca a negação da legitimidade da mulher como sujeito do discurso que a coloca às margens do centro das decisões. Portanto, o seu silêncio é a única expressão possível do sujeito oprimido que é obrigado a aceitar as imposições sociais, uma vez que não tem voz ativa para ser ouvida.

Por fim, a avó conserva o que Kovadloff define como silêncio da oclusão. Oclusão dolorosa da mulher que não é muda e nem ignorante, mas que tem a palavra reprimida pelo outro com quem convive, que não pode falar o que quer no momento em que deseja. O narrador recupera a dor do silêncio, pois “lágrimas e gritos acalmam, porém suspiros ocultos são um martírio” (KIERKEGAARD, 1964, p.107). Logo, o silenciamento da sinhá revela a dor das esperanças estilhaçadas, visto que “a dor física nos faz gritar, mas os sofrimentos espirituais nos recolhem ao silêncio” (SCIACCA, 1967, p.45).

Ainda, a sua reclusão discursiva pode ser considerada como superioridade, porque a avó assim como a barriguda, manteve-se soberbamente erguida sobre as ruínas que a cercavam e também como uma reserva moral de dignidade, por ela nunca ter dependido de ninguém, apesar de ser calada e fisicamente frágil, dirigiu e conservou sozinha a ordem da casa-grande e suas adjacências. Coragem, força e silêncio, são os elementos que melhor delineiam a identidade dessa avó que o narrador tanto admira: “Quem me dera... aqui e agora, a força de sua valentia dentro dos redemoinhos” (p.208).

4. AVÔ: SILÊNCIO DO PODER

o natural de meu avô era a dureza, o mando, o silêncio.
(Francisco Dantas, *Coivara da Memória*)

Ao voltar os olhos para o passado, o narrador-protagonista recupera tanto os tempos áureos do patriarcado rural nordestino quanto a sua decadência e ruína. Estes momentos são representados com maior nitidez através da personagem do avô – cujo nome em nenhum momento da narrativa nos é relevado –, que sendo senhor de engenho, dono da última propriedade açucareira da região, o Murituba, foi o ser ficcional que mais sofreu com a alteração financeira que transformou os valores da sociedade.

Dos tempos de glória financeira e moral, o neto recompõe a imagem austera, lacônica e severa do avô, homem de palavra de lei, pouco afeito a hábitos ociosos, a conversas improdutivas e a sentimentalismos. Como senhor de engenho, era um homem reservado e muito calado, repudiava todo o tipo de inovação tecnológica. No relacionamento com seus subalternos, sua voz alta e rouca deflagrava censurando a lassidão do criado João Miúdo, a tranquilidade e a pachorra do carreador Seu Ventura. No que tange as relações afetivas com os consanguíneos, a rispidez não era atenuada, não admitia que os homens de sua família deixassem transparecer qualquer indício de pusilanimidade, e jamais destinava palavras amorosas a sua companheira.

Convém lembrar que após o narrador-protagonista realizar uma espécie de introdução⁸⁶ às suas memórias, a primeira personagem a ser convocada pela escrita é o avô. Conforme o escrivão, na ordem de chamada, a dianteira é o único lugar que cabe a essa personagem. Essa anteposição ocorre porque, em primeiro lugar, o neto na condição de órfão, encontrou no avô a figura paterna em que podia espelhar-se, esse homem foi o seu porto seguro onde ao longo da infância encontrou proteção, abrigo e aconchego desmedido. Em segundo lugar, o protagonista não deseja ferir o orgulho voraz desse antepassado que foi um grande patriarca e juiz da comarca.

O avô, como senhor de engenho, gozava de poderes elevados com os quais dominava e ordenava o microcosmo do Murituba. Logo, ele era a maior autoridade da propriedade rural, uma espécie de *pater-famílias* em torno do qual giravam as ações dos

⁸⁶ Espaço em que expõe a problemática da sua situação presente, realiza alusão as principais personagens de seu relato e descreve a formação da cidade em que vive, é somente no décimo primeiro capítulo que começa a invocação e a reaproximação com os mortos de seu passado.

demais. Considerando que Orlandi assevera que o poder se exerce, geralmente, acompanhado de certo silêncio, que é o silêncio da opressão, elemento de força que cala os que se encontram em situação oprimida (1995, p.104), detenho a atenção sobre algumas situações da trajetória existencial do avô, que desempenhava nos jogos sociais o papel de homem macho que impõe respeito, defende a honra e se mostra viril perante a sociedade; atributos esses que eram acompanhados pelo seu silêncio de dominador que gera o silenciamento dos que estão sob os seus domínios.

Todavia, a reflexão do presente narrativo sobre o passado experimentado do escritor-narrador faz com que o discurso a respeito desse patriarca seja carregado de uma ambivalência estrutural. De um lado, ao refletir sobre o passado em alguns momentos mitifica e idealiza o avô como um herói dotado de qualidades, pelo motivo de que na infância o via como um homem justo, protetor e portador de vastos poderes. De outro lado, desmitifica esse familiar, enxergando-o como um homem normal e até injusto, visto que na adolescência, através do contato com o grupo dominado o jovem começa a perceber as injustiças cometidas pelo grande patriarca e a limitação dos seus poderes provocada pelo declínio financeiro.

O processo de desmitificação, consequência da decadência financeira e moral do homem de mando, já é tangenciada pelo narrador no primeiro capítulo do romance, quando nos é apresentada a imagem deprimente “de um pobre rei, exilado na sua velhice” (p.27). Esse rei depois de velho, conta apenas com o respeito e a admiração do “galo cego de pescoço pelado” (p.25), único ser que ainda reconhece a grandeza que não mais reluz:

Meu avô, habituado a ser servido e bajulado durante muitas décadas, e já um tanto separado dessas regalias no agro de fim de vida, sempre raciocinava a seu favor, quando se tratava de recolher *qualquer indício que lhe viesse a conferir os poderes e grandezas que já não tinha*. Assim ocupado em se reverenciar e se reconhecer no melhor que fora, teimava e apostava que o galo cego soletrava exatamente seu próprio nome e sobrenome, escandindo sílaba a sílaba. *Era o meio que a ave tinha de agradá-lo, de louvar o senhor tão respeitado*, e onde ele podia apalpar de algum modo a sua tendência de homem opinioso que o acompanharia até o fim, quando então, doente das ouças e visivelmente debilitado, *se apartara de quase tudo o que preza a um senhor de sua igualha*. (p.26) (grifos meus)

Diante da decadência, o silêncio do homem de mando altera-se essencialmente, não reflete mais o poder, mas espelha a impotência e derrocada do patriarca. Essa alteração de essência também será privilegiada neste capítulo.

4.1 O Homem e o poder

O avô, ao longo da narrativa, é configurado como uma espécie de *pater-famílias*: o grande pai de família que durante o seu ápice financeiro exerceu seus poderes sobre os filhos, a mulher e a propriedade. Ele representa a parcela da população masculina responsável pela manutenção da imagem do homem como sexo forte, vigoroso, nobre, enfim, o dominante que se serve do oprimido no Nordeste dos engenhos.

Apesar do narrador não descrever a aparência física desse patriarca, ele o caracteriza recorrendo a alusões metafóricas como “jequitibá copudo” (p.182) e “rochedo portentoso” (p.20). Essas metáforas revelam a essência identitária dessa personagem, pois, como é do conhecimento geral, o jequitibá e o rochedo são elementos imóveis, presos a terra, resistentes a alterações climáticas, assim como o avô é. Em outras palavras, o senhor de engenho passou a vida toda literalmente enraizado na sua propriedade rural, mostrando-se refratário a mudanças e a inovações tecnológicas: “cultivou sempre, com os mesmos agregados, a mesma cana crioula, o mesmo milho catete, o mesmo capim-de-burro” (p.98), sem nunca renovar a semente da sua lavoura ou o sangue de suas ovelhas. Além disso, as alusões do escrivão indicam não somente a superioridade, rigidez e solidez da “soberania de patrão” (p.96) que conservava os integrantes do engenho e da família sob a sua sombra; como também sugere a posição social privilegiada em relação à comunidade de que fazia parte.

Nesse sentido, a imagem reconstruída do avô se aproxima da imagem tipicamente brasileira do coronel, ou seja, dos homens que desfrutaram de poder sobre outros homens, os quais estavam ligados aos primeiros por laços de dependência consanguínea, material e moral, durante um extenso período⁸⁷. A posição privilegiada e respeitada desse patriarca, na sociedade em que estava inserido, advém de três fundamentos que se complementam e justificam o poder de coronel que esse homem concentrou em suas mãos. Conforme Eul-Soo Pang, a grande parte dos coronéis pertenciam a famílias tradicionais que exerciam influência política absoluta dentro de uma esfera local, municipal ou regional (1979, p.40). Como já discutido, com o português Costa Lisboa, primeiro senhor que Rio-das-Paridas conheceu, que dotado de carisma encantou os habitantes autóctones e submeteu-os ao seu poder, iniciou o legado de dominação de um único clã. O avô do narrador é descendente direto dessa família, logo, a sua filiação é nobre, sendo esse o primeiro fundamento de seu poder.

⁸⁷ De acordo com os estudos sociológicos, a raiz do coronelismo se encontra no período colonial, mas essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950.

Em segundo lugar, ele é o primogênito de uma irmandade numerosa do coronel Honório. Tal coronel, com patente reconhecida pela Guarda Nacional, somente se dirigia à cidade se tivesse visível, aos olhos de todos, o objeto que simbolizava a sua distinção: “a espadana pendente do cinturão, e em cujo guarda-mão se sobressaía o relevo da coroa imperial com as insígnias de Pedro II” (p.195). Essa era a maneira encontrada pelo homem dominante de marcar a sua posição social e expor o poder de que era portador.

O poder, o status social e o lugar distinto em uma sociedade estratificada são uma espécie de “herança social” que os sujeitos têm direito, porque o prestígio dos indivíduos é algo socialmente reconhecido, baseado numa “tradição de domínio adquirido” (DANTAS, 1986, p.372) da família. No entanto, esse legado não é aquinhado de modo igual entre os irmãos, uma vez que os filhos homens primogênitos, de Rio-das-Paridas, eram sempre os mais afortunados. Além de herdarem uma quantia financeira maior em relação aos outros, desfrutavam do poder de mando sobre todos os demais (fossem irmãos homens ou mulheres), e desde a infância eram impulsionados a participar como elementos ativos nos jogos sociais.

O avô, órfão de pai muito cedo, teve que assumir a chefia da família, comandar a propriedade rural e conciliar os conflitos entre os três irmãos mais novos. De acordo com os comentários gerais que o narrador ouviu, mesmo jovem esse primogênito era dotado de um tino versátil, rigidez, severidade, bom senso e juízo; qualidades indispensáveis para a ascensão ao posto supremo da pirâmide familiar e para o exercício de mando⁸⁸, as quais os outros irmãos que em tudo se diferenciavam não tinham:

[...] tio Miôa era um pau-mandado; tio Nicasso não passava de um bicho entocado na sua casa de farinha; e tio Burunga, uma vocação andeja e teatral. Cabia então a meu avô aparar – nem sempre sem maus bofes – as rebarbas desencontradas desses contrários. (p.103)

Por fim, o terceiro fundamento que legitima o poder desse patriarca é a posse do Engenho Murituba, propriedade-símbolo da soberania dos senhores rurais das regiões açucareiras. Para Raymundo Faoro o coronel é antes de tudo um “líder econômico [...] homem rico - rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, o dono da terra” (1976, p.622). O avô é o senhor do engenho, as suas qualidades distintas e a sua dedicação ao trabalho fizeram com que sua propriedade rural prosperasse, a ponto de se tornar um líder econômico, de ele

⁸⁸ Queiroz afirma, no artigo intitulado “Coronelismo numa interpretação sociológica”, que a possibilidade de ascensão a postos mais elevados na hierarquia do poder, dentro do interior da pirâmide familiar ultrapassava as questões de herança legítima – o filho do coronel substituindo o pai dentro do grupo de parentes -, pois o que realmente pesava na sucessão do poder eram as qualidades pessoais do candidato para a liderança e para o exercício de mando, mas tais qualidades precisavam ser reconhecidas em geral pelos seus pares (1976, p.186).

produzir além da “promessa de suas terras e dos braços negros que alugava” (p.97). A extensão territorial da propriedade era tão vasta que os olhos dele “não alcançavam os limites de suas terras” (p.98), composta pela casa-grande, a fornalha, os canaviais e a mata do Balbino. Com a posse dessa propriedade o avô se torna um homem importante, pois o prestígio dos senhores de engenho, como lembra Queiroz, aumentava na medida em que suas posses e suas terras prosperassem, desse modo, o senhor se tornava a única autoridade e o único defensor local (1976, p.39). Assim, o avô se aproxima da categoria que Pang denominou de “coronel proprietário de terras” (1979, p.57), que se não chegou a ser um líder político e nem desempenhou alguma atividade de aliciamento e/ou controle eleitoral – vínculo esse que também outorga poderes aos coronéis⁸⁹ –, foi por escolha própria:

Se não chegou a ser uma espécie de manda-chuva neste município, é porque nunca se enfrontou em política. Tanto *detestava as cerimônias e ostentações* oficiais que concernem a qualquer cargo representativo, quanto *se enojava do palavratório e do jeito maneiroso de granjear estima dos eleitores*. Embora não lhe faltasse tento e autoridade para conduzir um rebanho bem maior, *preferia mandar no seu mundo acanhado e mais dócil*, encerrado a seu canto, *onde era senhor absoluto e não necessitava de se dar a conchavos para continuar reinando*. (p.106) (grifos meus)

A conduta sisuda, ríspida e pouco afeita a diálogos dispendiosos do avô é incompatível para o desempenho da atividade política, pois tal atividade exige não apenas polidez durante as cerimônias oficiais, mas principalmente, que o político tenha competência de persuadir e bajular os eleitores. A incompatibilidade com as exigências da vida política faz com que o senhor de engenho, mesmo dispondo de autoridade e reconhecimento, prefira exercer livremente os seus poderes no Murituba, o “seu mundo acanhado e dócil”. No espaço do engenho o avô podia reinar absolutamente, sem precisar seguir protocolos ou justificar os seus atos. Sob os seus domínios e sua dependência encontrava-se um extenso grupo familiar, condicionado a acatar e a desempenhar docilmente as ordens do patriarca, que estava sempre a gritar e a ralar. Com essa personagem o romance reproduz o comportamento característico dos senhores rurais, que mais perversos pelo isolamento, desprezavam tudo pelo regalo de mandar sobre muitos escravos e de falar gritando com todo mundo (FREYRE, 1951, p.182).

Ainda que o patriarca não tenha almejado desfrutar dos gozos de líder político, que a sua posição de senhor poderia lhe propiciar, ele ocupou outro lugar de destaque no meio social da região, mais precisamente na esfera do Poder Judiciário: a de Juiz da Comarca. Juiz

⁸⁹Na bibliografia vasta sobre os estudos a respeito do coronelismo há uma tendência comum entre diversos autores em considerar o voto como elemento fundamental do poder do coronel, sobre isso ver Queiroz (1976), Faoro (1976), Pang (1979) e Victor Nunes Leal (1997).

com palavra de aço, que em seus julgamentos não permitia que suas sentenças sofressem revogações, assim ele era “aquele que decidia e determinava sem controvérsias” (p.106). Ao manter sua palavra sob qualquer circunstância, parafraseando Gusdorf, o homem mantém o sentido de si próprio (1970, p.102). A palavra imutável, irrevogável e acima de tudo sempre cumprida, é a configuração da eficácia da dominação que ele exercia. O avô, homem com poder reconhecido e fortemente legitimado por três fundamentos que se complementam, desfrutava de uma posição social privilegiada, também tinha o poder da palavra e, dessa forma, era portador da *palavra de ordem*⁹⁰:

E tanta era a confiança exalada de sua pessoa, que na sua palavra até mesmo as incertezas atmosféricas viravam sentenças incontestáveis da mais estrita exatidão. Se dizia: – Vai chover! – mal fechava a boca, já se vinha uma pancada de chuva. (p.77)

A citação deixa entrever, na perspectiva da criança que observa o consangüíneo, o poder que exala das palavras proferidas pelo avô, porque ele, como porta-voz, tem a capacidade de fazer com que o porvir anunciado se torne verdadeiro. No entanto, em outras circunstâncias, a palavra imutável, motivo de orgulho e de manutenção de poder para o avô, causa angústia para o neto. Sentimento que acompanha o protagonista desde a adolescência, quando espiava as sessões solenes e se compadecia com os réus, nos momentos de condenação. No presente narrativo, as sentenças irrevogáveis são consideradas veredictos injustos pelo narrador que se questiona aflito: “Que fazer dos seus erros meu avô? E os inocentes punidos como culpados? E os réus que condenou sem hesitar?” (p.287). Dessa forma, a aflição do escrivão diante das audiências do avô não é produto apenas da sua situação presente.

Além disso, com o decorrer dos anos o senhor torna-se vítima da própria palavra inexorável, símbolo do seu caráter e da sua honra, uma vez que “o homem de palavra não arrisca palavras, mas arrisca-se a si próprio” (GUSDORF, 1970, p.103). Isto é, narrador recorda que os abatedores de gado, sujeitos espertos e sem escrúpulos, aproveitavam-se da dignidade do avô que mesmo sofrendo os primeiros abalos financeiros conservava a honra de sua palavra, a qual era “mais confiável do que qualquer documento assegurado por fé de ofício ou força de lei” (184). Conhecendo essa virtude do velho, os abatedores pediam-lhe certo dia o

⁹⁰ Conforme Bourdieu, as *palavras de ordem* capazes de mobilizar ou de desmobilizar, são privilégio somente dos indivíduos que tem autoridade, prestígio e estima social reconhecidos pelo grupo de que faz parte. Enfim, elas dependem da autoridade daquele que as pronuncia, ou seja, da capacidade do indivíduo de fazer crer no seu poder e na sua autoridade (2001, p.186). Ainda, segundo o pesquisador francês, os ditos e juízos proferidos pelo *pater-famílias* “têm um efeito mágico de constituição, no sentido literal, ou seja, de se mostrarem ‘verdadeiros’: seja por atuarem como ordens, bênçãos ou maldições que fazem acontecer, magicamente, o que elas enunciam” (2001, p.87).

preço de um terneiro e voltavam para fechar a negociação um ano depois, quando o novilho já estava gordo, exigindo o mesmo custo antigo sob a alegação de que o homem havia hipotecado a sua palavra. Embora os prejuízos fossem evidentes, ele conservava o preço e reprimia os filhos que lhe advertiam sobre a perda, para o avô “só lhe importava que sua palavra de bronze retinisse em lei municipal” (p.184).

Aos poucos o neto percebe que os poderes do patriarca começam a perder o vigor. O menino que estava habituado a conquistar seus objetos de desejo por meio da sua ajuda, depara-se com uma situação complexa que revela a impotência do patriarca: o adolescente apaixonou-se pela visitante ilustre que chegara ao engenho, a filha do compadre cidadão Dr. Maneca Tavares. Ao perceber os sentimentos do menino por sua afilhada até criou situações que favoreciam o namoro, todavia, o senhor já não tinha mais poderes suficientes para presentear-lhe com o amor da menina-moça, para arranjar-lhe um casamento:

Naquela noite, [...] na primeira insônia de minha vida, fui tendo a revelação de que alguma coisa escapava de suas posses e de seu poderio. Descobria que para além do seu grito, da fama de homem cismarento e endinheirado que reinava em suas terras, havia coisas como a sua afilhada, que eu tanto queria, que você notava que eu queria, mas apesar de tanta grandeza e de tanta boa vontade, mal podia arrumar uma maneira de me ajudar. (p.223)

Essa situação revela a perda de poderes dos grandes patriarcas⁹¹ sobre os seus dependentes, porque a época em que os pais e avôs negociavam o casamento dos filhos e dos netos havia ruído, despontava uma nova era: a dos casamentos por amor e não mais por interesse. A fraqueza do avô intensificou-se à medida que seu engenho era afetado pela crise açucareira que abalava a região, ou seja, os senhores de engenho se depararam, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com um período de maior dinamismo e modernização da indústria açucareira, em que aplicações de capitais estrangeiros e nacionais incentivaram a implantação e desenvolvimento de usinas. Tais usinas, propriedades dos senhores rurais com elevada capacidade empresarial e grande disponibilidade de capital, foram impulsionadas a desenvolver simultaneamente atividades agrícolas e industriais. Dessa forma, Manuel Correia de Andrade explica que “passava-se de uma fase de engenho bangüê, primitiva e com poucas possibilidades de ampliação do volume de produção, para as usinas, modernas e mais competitivas, nas condições da época” (1978, p.14).

⁹¹ De acordo com Freyre, os casamentos por amor juntamente com os raptos das jovens, marcam de maneira dramática o declínio da família patriarcal e o começo da instável era romântica. Com a ascensão da mulher e do seu direito de amar, independente de considerações de classe, de raça e de sangue, os patriarcas arrogantes ficaram reduzidos quase a reis Lear. (1951, p.312).

O engenho do Murituba não conseguiu sobreviver à crise que lhe afetou e como um “animal isolado e rugoso” (p.294) morreu. O narrador atribui a morte do engenho ao despontar de um novo período, comandado pela “dentadura insaciável das usinas” e pelos “chifres pontudos dos bois de corte, que iam transformando em prósperos fazendeiros os donos dos antigos bangüês arruinados” (p.294-295). A morte do engenho gerou não somente a decadência financeira do senhor, como também provocou a sua decadência moral, já que o Murituba era a sua fonte de poder; quando a fonte secou o poder acabou e o homem perdeu o principal elemento que o legitimava: “ano a ano, foi se tornando menos mandão e despótico” (p.315). Consequentemente, até mesmo as ordens que antes eram reconhecidas e imediatamente cumpridas perderam o “tom peremptório” (p.315), e a autoridade patronal foi desacatada sem pudor até mesmo pelos empregados:

O próprio João Miúdo, que como cria doméstica da casa-grande se acostumara a ser prestativo e obediente, agora se aproveitava da surdez do padrinho para rebater as ordens de longe, numa algaravia de troças e caçoadas por onde se destampava o desrespeito, [...] a mangação descabelada, [...] as palavras insultuosas. (p.315-316)

O declínio financeiro e a decadência moral juntos configuraram uma situação dramática para o modelo patriarcal, à vista disso, as transformações na estrutura econômica desencadearam mudanças nas antigas hierarquias que regiam a sociedade. O drama do “pobre senhor de engenho” (p.184) foi mais intenso no interior do grupo familiar, onde os filhos enfrentavam a autoridade paterna erguendo a voz contra os velhos hábitos que o patriarca, em vão, procurava conservar. Preocupados com os poucos bens que ainda restavam da propriedade paterna, de olhos gulosos na herança que ainda podia ser aquinhoadada, eles controlavam os gastos do pai, repudiando o seu estilo de vida, que para eles, representava o atraso.

Portanto, sem a propriedade-símbolo de poder, o homem que perdeu a posição privilegiada perdeu também a eficácia de suas palavras. Ninguém mais reconhecia no patriarca a identidade social e a autoridade de outrora que legitimavam a posse da palavra, apenas o enxergavam como um velho “de cabeça já bem desregulada” (p.317). Diante do não reconhecimento da sua autoridade, as ordens perderam o vigor, assim como a sua presença não difundia mais respeito e intimidação. As palavras que antes eram liberadas numa explosão vulcânica não são mais ouvidas nem enunciadas, o avô como um caramujo ameaçado fechou-se na proteção da própria casca, encerrou-se nas suas amarguras vivendo “cada dia mais silencioso e derruído, apartado da vida e dos poderes” (p.316).

4.2 O homem macho: dureza, violência e silêncio

[...] o senhor legal típico, o 'superior', enquanto ordena e, com isso manda, obedece por sua parte à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições.
(Max Weber)

[...] se recolhe ao velho truque do faz-de-conta [do silêncio forçado]. Deixa que o silêncio outra vez se espalhe sovelando o meu estômago, envenenando os meus nervos, tomando conta da sala.
(Francisco Dantas, *Sob o peso das sombras*)

Nas sociedades patriarcais, que vivem sob uma dominação de caráter tradicional, como é o caso da sociedade representada no romance, exige-se que os indivíduos internalizem *habitus* diferenciados, que sigam determinadas formas de atuar e assumam comportamentos condizentes com seu gênero e com sua posição na ordem social. Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas, contudo, é por meio dos condicionamentos sócio-culturais que são transmitidos e dos mecanismos de socialização a que estão submetidos, que se tornam homens e mulheres. Simone de Beauvoir afirma “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1980, p.9), o mesmo vale para os homens, que desde a infância são forçados a transformarem-se em machos, não podendo chorar, enfeitar o corpo com adornos ou cuidar de modo excessivo da aparência física. Para ambos os sexos, a internalização dos condicionamentos sócio-culturais se faz por mimetismo, porém, o mimetismo dos homens é alicerçado em violências e privações dirigidas inicialmente contra si mesmo, depois contra os outros. Se por um lado lhe são negadas uma série de condutas permitidas apenas às meninas, por outro lado o menino dispõe de um membro que o valoriza e o torna superior: o pênis. O falo não é apenas um “frágil caule de carne”, todavia é a insígnia e o orgulho da masculinidade no ocidente. Para Beauvoir, a concepção freudiana de que a mulher sente inveja do falo somente pode ser aceita em um universo cultural que insufla a virilidade. Deste modo, o masculino tem no falo o símbolo de seu poder, de sua potência, de sua honra, o órgão diferenciado é o que permite ao homem assumir a posição de agente ativo nos jogos sociais.

Consequentemente, eles em muitos momentos são vítimas da representação dominante: o privilégio masculino de ter o falo por vezes configura-se como “uma cilada”, pois as regras sociais impõem aos homens o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância a sua virilidade (BOURDIEU, 1999, p.64). Assim, a *virilidade*, concebida não somente como capacidade reprodutiva – sexual e social –, mas também como símbolo de poder e de aptidão ao combate e ao exercício da violência, é concomitantemente considerada

como “uma *carga*” (BOURDIEU, 1999, p.64). Essa situação em que a virilidade é encarada como um fardo ocorre porque, diferente do feminino, cuja honra apenas pode ser defendida ou perdida, o masculino precisa a todo o instante ser reafirmado diante dos outros homens para que a sua honra seja mantida e inflada. Dito de outra forma, “o homem ‘verdadeiramente homem’ é aquele que se sente obrigado [...] de fazer crescer sua honra buscando glória e distinção na esfera pública” (BOURDIEU, 1999, p.64).

A identidade masculina, nestas sociedades, é uma dura submissão a um modelo preestabelecido pelos condicionamentos sociais. Submissão essa que ao longo do romance é apresentada através do avô, que em muitos momentos estava obrigado a reproduzir um modelo de masculinidade que engessava a identidade do mesmo. Segundo Freyre (1951), durante o regime patriarcal, sentimentos como amor, paixão e ternura eram predicados permitidos apenas às mulheres, enquanto razão e juízo eram propriedades masculinas que deveriam ser exaltadas. Essa imposição sentimental e impossibilidade de transcendência, representada no romance, está evidente na seguinte afirmação: “naquele pedaço de chão as delicadezas amorosas eram atributos apenas femininos, os homens eram ordinariamente ásperos” (p.226).

Por conseguinte, não ferindo a verossimilhança textual, o avô, modelo de masculinidade, conforme as investigações do narrador, mesmo jovem nunca deu ouvidos às cordas do coração. Ao contrário, ele sempre foi dominado não só pela razão e pelo juízo, bem como pelo tino financeiro, visto que com vinte anos incompletos escolheu para noiva a jovem da região que melhor se ajustava aos seus “projetos utilitários de moço dado ao trabalho” (p.128). Dessa forma, comporta-se como um negociante, que avalia previamente os produtos que o mercado tem à disposição, procurando se informar sobre as qualidades e os hábitos das moças da família com quem pretendia estabelecer laços⁹²: “Há muito já urdia os seus planos, com vagar e paciência de quem não sabe perder, avaliando os prós e contras de sua seleção, decidindo de antemão a sua escolha” (p.132).

Depois de aparentemente reunir as informações necessárias, o jovem casadoiro dirigiu-se a casa do futuro sogro, expôs suas intenções e diante da aceitação de seu pedido por parte do patriarca, *escolheu* entre as seis irmãs a que melhor lhe convinha. Afirmando que o jovem escolheu, em razão de que é realmente essa a sua atitude, uma vez que “nessa cerimônia toda,

⁹² Convém mencionar que os laços matrimoniais durante o período colonial e republicano eram uma questão de grande importância, desse modo os pais escolhiam cuidadosamente as alianças para reforçar os laços de parentesco e resguardar a propriedade de mãos estranhas, ou para aumentar o poder, o prestígio e o status, indo se unir às famílias de posses iguais ou superiores (FREYRE, QUEIROZ, SAFFIOTI). Nessa narrativa, o rapaz mesmo órfão reproduz o sistema matrimonial da época que representa, visto que não realiza uma escolha emocional, mas sim economicamente racional.

ele é quem escolhia e determinava: ele era o homem!” (p.132). Como um comprador frente à estante de mercadorias, ele não preferiu a mais bonita, simpática ou sedutora, mas sim pela mais franzina e com poucos atributos físicos. De acordo com as especulações do narrador, essa estranha opção, revela o espírito empreendedor do jovem que não permitiu que o coração ou desejos corpóreos influenciassem suas decisões, contudo como um homem viril foi guiado pela razão, pelos interesses financeiros em nome dos quais procurou uma companheira forte que pudesse ajudá-lo na labuta diária do engenho⁹³:

[...] continuo convencido de que pesou na sua escolha o mais seguro e necessário para si mesmo. Vantajosa opção para quem não cultivava hábitos improdutivos, nem desperdiçava tempo com coisas insusceptíveis de rendimento. Por isso mesmo, sua mulherzinha laboriosa viera muito a propósito, e se congruía com o seu destino, pronta a labutar a seu lado sem dar fé nos anos que corriam e corriam [...]. Já velhinho, à beira do último abismo, me aconselhava a escolher uma mulher que fosse trabalhadeira, saudável e fiel. Sem dúvida, contando nos dedos bem abertos essas três qualidades incontestáveis, ele calculava bem, repetia o mesmo raciocínio que decidira a escolha de sua parceira por toda uma vida. (p.139)

A escolha friamente calculada gera uma relação matrimonial baseada não no gozo sexual, e sim alicerçada sobre a assimetria de poderes, uma vez que, é o homem quem tem poder de escolha, durante todo o casamento é ele quem tem o poder da palavra. Assim, o marido, que na posição de homem precisava manter a sua macheza visível até mesmo dentro do lar, mandava e ordenava o tempo todo, destinando à mulher apenas ordens, pronunciadas em voz alta ou pelo silêncio do olhar, sem nunca lhe destinar palavras amorosas. Forma-se entre o casal, dessa forma, uma zona de silêncio que “representa uma condição da realidade vivida para com os modelos a que se referem: o distanciamento social entre o masculino e o feminino” (SACRAMENTO, 2004, p.88).

Com os irmãos, o senhor de engenho conservou a mesma conduta severa e áspera, já que mesmo depois de ter casado manteve os consanguíneos por um longo tempo “sob o seu mando e proteção - mas sem nenhum derramamento afetivo” (103). Contudo, o trato duro destinado aos irmãos mais novos não impediu que o sentimentalismo brotasse no coração de um deles: do tio Burunga. O automatismo das atividades provenientes de uma herança social

⁹³ Essa escolha interessada em que os atributos físicos das mulheres não ocupam um lugar de primazia ocorre frequentemente nas sociedades camponesas, onde as mulheres são obrigadas a desempenhar desde muito cedo trabalhos pesados, e com isso a beleza corpórea não perdura por muito tempo: “antes de los dieciocho años, las muchachas que habían sido graciosas y bonitas tienen la piel curtida y las manos callosas, y están cargadas de espaldas”, enfim, elas “non son bonitas, sus rasgos carecen de delicadeza [...] pero isso son menos delicadas y, por la misma razón, menos atractivas” (FLANDRIN, 1979, p.149). Dessa forma, privilegia-se na escolha do cônjuge os atributos morais e sociais, valorizam consideravelmente as virtudes da candidata, e a esse tipo de escolha Flandrín denomina de “amor a la virtud”.

que transmite um modelo de identidade não encontrou neste tio o solo fértil para germinar, pois Burunga destoava consideravelmente do padrão de masculinidade viril – que tanto valoriza o homem de mando, progenitor de uma extensa prole de filhos legítimos e ilegítimos – imposto pela sociedade, sendo, portanto, o contraponto chave do avô.

O irmão do avô era um solteirão que mesmo adulto continuou sendo seu dependente financeiro, e se não saiu do engenho foi pelo motivo que “nunca ganhara o suficiente para montar casa” (p.104). Dessa maneira, também não teve condições econômicas para seguir o roteiro de união conjugal heterossexual, falocêntrica, monogâmica e indissolúvel⁹⁴. Esse tio dotado de uma personalidade desenvolta e extremamente falante era visto pelos demais personagens que o cercavam como um homem amalucado e desassossegado, que tinha dificuldade de permanecer por muito tempo no mesmo lugar⁹⁵. Ele era uma figura patética que não se adaptava ao “ambiente sem vozes e sem novidades” (p.104) do engenho, onde todos viviam calados e taciturnos, presos a representação dos papéis sociais que lhe eram impostos. Essa personagem vivia a procura de platéia, em especial nas quadras de lua nova, período em que suas inquietações mais o perturbavam. Entretanto, Burunga não se satisfazia em dirigir suas palavras a ouvintes que fossem de uma esfera social mais baixa que a sua⁹⁶, e também não suportava que indivíduos desprovidos de prestígio e status social lhe interrompessem. Tal comportamento fica explícito na severa represália que dirige ao seu Ventura:

– Não me corte a palavra, Ventura! Dê-se ao respeito! E *dobre a língua que não sou de sua igualha! Agrado de canfinfento eu não quero!* Burunga Grande não precisa de puxa-saco!
 – Mas seu Burunga...
 – *Não lhe dou confiança! Vá cuidar de sua obrigação, levunco preto!*
 (p.150) (grifos meus)

Burunga não se curvava às suscetibilidades nem aos modelos masculinos. Pelo contrário, permitia que seus sentimentos aflorassem e não sentindo vergonha disso, agarrou um

⁹⁴ Conforme Gerônimo, Francisco Dantas dá visibilidade na sua trilogia a uma galeria de solteirões – Tio Burunga, Coronel Tucão (*Coivara da Memória*), Coriolano, Zerramo (*Os Desvalidos*), e Remígio (*Cartilha do Silêncio*) – que sugerem uma queda significativa na valorização do casamento e da vida em família. Nestas personagens masculinas, o padrão de masculinidade patriarcal parece não encontrar a virilidade necessária para se atualizar (2008, p.81).

⁹⁵ Nas palavras do narrador: “Andarilho que era, não esquentava lugar. [...] dava de rédeas em Tempo-Duro e partia pelas redondezas, errava de casa em casa em sisuda vadiagem. Sempre escoteiro, não tinha parceiro que pudesse com as suas tiradas debochadas, nem ele queria acordo com ninguém pela certeza de ser tão só!” (p.159).

⁹⁶ Situação irônica, pois Burunga era amparado financeiramente pelo irmão. Entretanto, como era membro consanguíneo da família que detinha o poder, mesmo em posição inferior dentro do clã para os outros membros da sociedade ele desfrutava de um status social privilegiado, o que faz com que menospreze os agregados que precisam trabalhar para poder sustentar-se.

velho fole para cantarolar, com os olhos lacrimejados, o peito tomado de saudade do irmão, Miôa, que havia partido. O avô ofendido com a fraqueza do outro, temendo ter a honra masculina de sua família desmoralizada, reprimiu-o, exigindo que o irmão abafasse a dor e representasse o papel de homem macho:

Certa vez que meu avô pilhou com os bugalhos vermelhões e de beijo pendurado [de Burunga], lhe abriu os olhos de vez: nesta casa não se chora, Burunga! E pior ainda homem de minha raça! Não me torne a outra! Não me dê mais parte de fraco! E tenha opinião, homem! (p.104)

A diferença entre os irmãos, no modo de agir e de se portar frente aos outros, era tão drástica⁹⁷ que o narrador chega a indagar-se o que estes dois filhos do mesmo útero, que viviam no mesmo ambiente, sob as mesmas regras sociais, tinham em comum. Burunga era todo expressão, voz e encenação, todo o seu corpo ansiava por falar, sendo controlado por uma grande “magia teatral” (p.105). Em contrapartida, o seu irmão era todo seriedade, silêncio e taciturnidade, sua fala macia era reprimida “por razões de susceptibilidade que *ele se obrigava a esconder devido a sua rude condição de homem macho*” (p.98) (grifos meus).

Assim, enquanto o senhor de engenho teve poder financeiro, dominou o extenso grupo familiar utilizando dois instrumentos que eram o traço mais marcante da sua identidade: o grito e o silêncio. Convém lembrar que a maior satisfação dos grandes proprietários rurais era falar gritando com os seus súditos (FREYRE, 1951, p.182), conduta essa reproduzida por meio do avô, cuja voz “arroucada” explodia como “um trovejar repentino” (p.100): às vezes irado gritava o seu poderio contra a moleza e improdutividade dos agregados; outras vezes frustrado, o grito era o meio de descarregar e desabafar o peso de suas mazelas; e na maior parte do tempo o grito era a forma encontrada pelo homem macho de intimidar os outros e fazer com que a ordem pronunciada fosse cumprida rapidamente.

Quando não estava ordenando ou reprimindo verbalmente os agregados e demais integrantes da casa-grande, o avô permanecia calado, taciturno e circunspecto, pelo fato de os padrões sociais mantidos pela coletividade não permitirem ao homem de mando expansões públicas de contentamento. Tais manifestações poderiam ser interpretadas pelos súditos como o abrandamento do distanciamento social, e, conseqüentemente, poderiam gerar o desrespeito com o patrão. Entretanto, apenas com o neto, em determinados momentos, a rispidez da voz, o

⁹⁷ Diferença tão acentuada que na perspectiva do neto-narrador “Se por acaso cada um deles fosse obrigado a desempenhar por um só dia o ritmo do outro, aposto que ambos morreriam: meu avô, encolhido de vergonha; tio Burunga, ressequido no silêncio” (p.147).

silêncio e a postura implacável e lacônica se desfaziam, possibilitando que o homem revelasse sua real identidade ao menino:

Se acontecia de aparecer alguém inesperadamente, uma sombra tornava a enevoar o rosto que ia se entreabrindo: mais que depressa ele recolhia o prenúncio de descontração e recuperava a estatura de infeliz dignitário. De dentro do couro franzido do caroá dependurado, ele apertava os olhos e ficava minutos botando reparo, simplesmente quarando como uma jibóia, disfarçando nas mangas do croasê a boca de riso que teimava em repontar. Só quando não pressentia nem fumaça de algum entremetido, aí então o rojão era outro! Ao invés de apenas entremostrarem-se meio sem jeito e de banda, dava vazão ao regozijo represado! E como rendia! Daquele banjo de dentro, ordinariamente entravado, rebentava um correntão de gargalhadas. (p.184-185) (grifos meus)

Para compensá-lo de todo o carinho que me concedia, nunca descuidei de evitar os modos que não lhe agradavam. Alheio a ponderações de todo tipo, ele jamais permitia liberdades de menino diante de gente grande. Mesmo comigo, se me expandia com ele na vista de meus tios ou dos agregados, o danado arrepiava-se trombudo, todo desfeito em rudezas. *Montados em Retrós, enquanto andávamos nas cercanias da casa-grande, em torno da barriguda ou do engenho – lugares onde havia sempre olhos a nos espiar— ele permanecia fechadão e inabordável. Bastava, porém cruzarmos a cancela do pasto da porta, ele mesmo é quem primeiro tossia, interessado em desfazer o silêncio e a postura de mandatário. Sozinhos os dois, de sobra eu já sabia: as durezas se dissolviam, o sobrececho se descerrava, e perdia os rompantes lendários de homem cismarento, a voz outra vez encantada por dentro da rouquidão [...] Bastava a presença dos cortadores de cana, e lá se vinha o meu avô com as suas besteiras, recolhendo de vez as alegrias. O vozeirão retornava dando pontadas terríveis, até o passo era duro como se arrastasse um rolo feito de pedras, a espora de ferro retalhando o chão de massapê, juncando a palhas de cana. Muito carrancudo, gesticulando com o guarda-sol em riste, ele ia seguindo azuretado, gritando aos repelões. (p.195-197) (grifos meus)*

As citações revelam nitidamente que o avô estava condenado a representar constantemente o papel de homem austero. Papel esse que de certa forma tinha dificuldade de desempenhar, visto que precisava disfarçar “nas mangas do croasê a boca de riso que teimava em repontar”. Um comentário arguto de Holanda sobre Fabiano pode ser estendido a essa personagem de Dantas⁹⁸: o silêncio “é a couraça de dureza que o defende da própria fragilidade” (1992, p.71). Os trechos exemplificam também os momentos de abandono da identidade masculina do homem de poder. Todavia, essas ocasiões de ruptura dos papéis sociais, somente aconteciam quando a vigilância de determinados padrões mantidos pelo grupo cessava, especialmente, nos ambientes que não eram socialmente comprometidos, como a

⁹⁸ Não ignoro a distância social ficcional que separa essas duas personagens e as condições em que se desenvolve o fechamento discursivo delas.

mata do Balbino. Dessa forma, era na relação subjetivo-afetiva com o menino – sujeito ainda não constituído de uma identidade ortodoxamente imposta – que o homem-avô despia sua identidade dos automatismos, dos determinismos, dos costumes e dos deveres elaborados para o exercício da conduta masculina.

A missão social de homem de mando, que o avô devia cumprir, é reforçada com a utilização do silêncio, elemento constituinte da linguagem que muitas vezes desempenha um papel opressor, pois constrange e aterroriza o interlocutor. Apesar de não haver o pronunciamento de palavras, o silêncio, dependendo o contexto pode ser uma arma mais forte que o grito. A força do silêncio concentra-se não na ausência, e sim na presença, na crença de que há algo para ser dito, mas que está reprimido e se é silenciado é porque a probabilidade de ser algo terrível é grande, por esse motivo “o sentimos como uma opressão” (SCIACCA, 1967, p.33). Nessa perspectiva, o grito de certo modo tranquiliza o receptor, fazendo com que o mal-estar e a intimidação sejam passageiros, pois durante a apreensão as palavras são enunciadas claramente, “a palavra manifesta o ser do homem e o ser do pensamento do homem. Qualquer palavra, mesmo negativa ou de má fé, atesta os horizontes do pensamento do ser” (GUSDORF, 1970, p.37). Portanto, no grito nada fica obscuro, não há espaço para dúvidas. Por sua vez, no silêncio a expressão verbal é aprisionada, o que faz com que o ouvinte não tenha certeza das reais intenções do indivíduo que cala. Essa situação gera intimidação e desconcerto que perduram por um tempo no ser a quem o silêncio é destinado, fazendo com que o mesmo se sinta não apenas oprimido, como também reflita sobre as suas atitudes passadas, por isso, “decididamente o silêncio é incomodo, inquietante” (SCIACCA, 1967, p.34).

O avô, aparentemente, conhecedor dessa propriedade aterrorizadora do silêncio a utilizava como uma tática para enfatizar a sua soberania e impor respeito a um jovem “rueiro”⁹⁹ que o desrespeitou. Em um domingo, quando o menino chupava cana com o avô, um sujeito moço aproximou-se cautelosamente do engenho¹⁰⁰. Alheio a convenções sociais de respeito aos mais velhos, o jovem cumprimentou o senhor de engenho espichando o braço, sem descobrir a cabeça em sinal de respeito, numa “posição que vazava daí uma pontinha de petulância que contrariava o respeito subserviente a que o velho se acostumava” (p.99). A

⁹⁹“ Rueiro” é o nome dado aos habitantes que moram na cidade, cuja alcunha é rua.

¹⁰⁰ Nas palavras do narrador: “Veio vindo... veio vindo... pisando todo macio” (p.99). Aqui o passo macio que a princípio indicaria respeito, visto que como Freyre registra, os engenhos eram propriedades santas, onde ninguém se aproximava senão na ponta dos pés para pedir alguma coisa, votos, trabalho e moças para casamento (1951, p.137). Entretanto, com o desenrolar do episódio, considerando os preconceitos do senhor de engenho, os passos macios são indícios de preguiça e de falta de masculinidade.

descompostura do rapaz foi além, sem sutileza de trato, não introduz em sua fala nenhum pronome de tratamento, perguntou ao patriarca: “– Se arranja por aqui um servicinho?” (p.99).

Segue a cena:

O ouvinte [o avô] então, *continuou surdo o tempo suficiente para desconcertar o atrevido*. Permaneceu de vista abaixada, tão concentrado a descascar a cana como se de fato estivéssemos ali apenas os dois. [...] Eu é quem olhava para o sujeito e logo retirava a vista todo sem jeito, já com pena do embaraçado. *Daí a pouco o velho mudou de tática: ainda sem nada responder*, entre um movimento e outro, deu para correr os olhos pelo novato da cabeça aos pés, acho que interessado em colher algumas impressões com que descompor o insolente, como se descobrisse naquele *tipo pintoso* indícios que o denunciavam. No arremate da vistoria insistente, quando *o novato já meio em pânico não sabia onde enfiar as mãos que quebravam um talo* de capim, enfim o velho deixou cair o vozeirão arroucado, mais afirmando que perguntando:

– Mora na rua! (p.99-100) (grifos meus)

Veja-se que o avô não respondeu imediatamente o questionamento do rueiro, permanecendo em silêncio por um longo período: primeiro ignorou o rapaz, depois ainda calado passou a analisá-lo. A quietude do senhor perdurou o tempo suficiente para assumir ares de opressão e censura. Opressão voraz que rapidamente desfez a ousadia e a petulância do jovem, o qual se sentindo afligido não conseguiu posicionar-se corporalmente de modo confortável. O silêncio aterrorizador foi quebrado pela “voz pesada e volumosa” (p.101) do senhor, que em vez de aliviar o suplicante acabou deixando-o mais zozzo. No evento em questão, o avô cala, não por ser desprovido do poder de utilizar a palavra ou por eventualmente não saber fazer o uso correto da mesma. Em situações como essa, conforme Modesto Carone, “quem *adere* ao silêncio almeja, especificamente, renunciar à utilização de uma linguagem que se acha à sua disposição” (1979, p.90). Assim, o patriarca manteve o silêncio, em razão de que o rueiro lhe dirigiu de modo inconveniente a palavra, o diálogo iniciado sem pronome de tratamento foi como um tiro certo que feriu fundo a honra do patriarca¹⁰¹.

Por outro lado, o senhor, portador da palavra de ordem, poderia gritar com o jovem, no entanto essa seria uma forma pouco eficiente de reprimir o sujeito que não lhe era

¹⁰¹ No romance *Sob o peso das sombras*, ocorre uma situação semelhante, em que o narrador-protagonista, professor Justino Vieira, ao dirigir-se ao diretor do departamento acadêmico, professor Jileu Bicalho Melão, é recebido por esse por um silêncio interminável, silêncio que o narrador interpreta e sente como indiferença, como uma manobra insidiosa para expor o poder e a posição superior dentro da academia: “Era inconcebível! Aquele paradeiro todo, aquela demora em atender, aquele silêncio interminável- era conduta deliberada. Só podia ser. [...] respiro um clima de conspiração, de manobra insidiosa, e por fim me vem a certeza de que o seu silêncio forçado não passa de uma tática *terrorista para me sondar, para me dar a entender um recado nebuloso* que excede a minha imaginação [...]. De alguma forma eu o incomodo, e ele me quer por perto apenas para me calcar sob o solado do pé. Quer me ter de joelhos, aniquilado. Me arrastar para o esgoto, para o meio dos bacilos. Fazer de mim um invertebrado facilmente manejável. É mais ou menos por aí...” (DANTAS, 2004, p.16-17) (grifos meus).

dependente, visto que não geraria mal-estar no ouvinte, tampouco lhe faria refletir devidamente sobre a situação. Dessa forma, o silêncio foi utilizado pelo patriarca como um meio de intimidar o sujeito, de ressaltar o poder simbólico de que era portador, mas que não tinha sido reconhecido pelo outro e, por fim, defender a honra que havia sido ofendida.

Além disso, esse episódio demonstra o quanto o avô depreciava explicitamente a cidade, uma vez que essa personagem contrariou a imagem sociológica do coronel que se deixa seduzir pela movimentação e comodidade do ambiente urbano, os quais adquiriram o hábito de abandonar por algum tempo – especialmente em meses mais chuvosos – a propriedade para gozar dos prazeres urbanos nas casas que mantinham nas cidades mais próximas (FREYRE, 1951, p.99 e QUEIROZ, 1976, p.73). Diferentemente o avô passou toda a sua existência confinado em seu engenho, afastava-se da sua fonte de poder somente quando era estritamente necessário, como nos dias em que concedia as audiências públicas. Não obstante, como homem do campo, duro e áspero no trato com as pessoas, ele repelia a cidade que com o desenvolvimento demográfico e com a industrialização incipiente tornava-se uma grande ameaça ao setor patriarcal e patrimonial. Assim, buscava preservar a sua vida modesta no ambiente rural, considerando o espaço urbano como a origem de todos os males. O senhor esconjurava explicitamente o tipo de homem que surgia, produto da cidade, o qual gastava em luxo a renda de seu trabalho, cuja conduta não atendia ao estereótipo de macho viril; e por esses motivos não tinha competência para desempenhar o trabalho pesado do campo:

– Não viu que o diabo não presta! Um tipinho de faca areada no quarto! De pente fino e espelho no bolso que nem mulher-dama! Só preguiçoso de beira de rua acha tempo mode arear faca. E rueiro eu não quero! É daquela cancela pra fora! (p.101)

O silêncio ainda pode materializar-se na forma de censura, uma forte arma coercitiva, que não apenas intimida e impõe poder, mas que limita a produção discursiva dos sujeitos falantes, instalando o interdito e o proibido. Nessa perspectiva, o caso das éguas¹⁰² é nevrálgico da representação do poder que gera silenciamento local e desestabiliza todo o ambiente da casa-grande do Murituba. Neste episódio, a postura do avô defrontou-se com o estardalhaço e a tropelia de Burunga. Chamo a atenção para o caso: certa manhã a “figura

¹⁰² Cabe explicar que a importância desse episódio evidencia-se também pela extensão que o mesmo ocupa dentro da narrativa, ou seja, o tabelião-narrador destina dois capítulos, o décimo quinto e o décimo sexto, quase integrais para o registro do caso.

desengonçada” (p.147) de Burunga aproximou-se transtornada¹⁰³ da casa-grande, porém como os integrantes do domicílio já conheciam a tendência cômica e exagerada das encenações desse homem, não perceberam a real perturbação e começaram a rir da imagem burlesca que viam. Foi somente quando o mesmo “esbravejou todo irado” (p.147) que quase toda a manada havia sido roubada das almanjarras, que conseguiu ter a atenção do irmão mais velho.

O lacônico senhor de engenho, que sempre mantinha diálogos sucintos intercalados por silêncios de reflexão, prezava pela seriedade durante a comunicação, nunca permitia as expansões do irmão caçula, uma vez que temia a “tagarelice desenfreada” e o “estrondo de uma falação que começava mas não acabava, a não ser com a retirada do derradeiro ouvinte” (p.148). Contudo, frente à gravidade da notícia, o senhor deixou escapar o simples murmúrio interrogativo: “– Como, homem?” (p.149), tal questionamento foi o suficiente para libertar a falação desmedida de Burunga das amarras em que era aprisionada. Possivelmente, essa libertação ocorre porque para um indivíduo que pertencia à família do senhor, mas que sempre era ignorado, reprimido e excluído por ser portador de uma identidade destoante, receber a atenção e, principalmente, ter a sua palavra ouvida com interesse pelo grande patriarca, é um momento muito especial, um instante de glória:

Desde que viesse de meu avô, bastava esta brevíssima indagação para ele se derramar como um tresloucado, empenhando o corpo e a fala em contar o que vira e mais o que inventava, com suas voltas cheias de exclamações, floreios e babados, os olhos banhados de regozijo, acho que debochando dos próprios gestos entronchados. Vi como ele impava de importância, pavoneando de barriga empinada, garboso da nesga de palavra que meu avô lhe concedera. Parecia até que em vez de uma miúda migalha, o irmão lhe atirara uma canada de louvores e grandezas! Espicçando a nossa curiosidade, ele relanceava os olhos menineiros, já deliciado com a expectativa geral, gozando por antecipação o efeito de tudo o que já-já encenaria, sorvendo a ansiedade de cada ouvinte que ali estendia a mão à sedução de sua palavra endemoniada. (p.149) (grifos meus)

No ambiente patriarcal que reprimia a livre expressão, onde somente quem era portador de poder tinha a possibilidade de utilizar a palavra da forma que desejava, o seu uso indiscriminado por um homem de certo modo marginalizado, era algo que precisava ser evitado. O discurso limitado também advém do modo como Burunga se expressava: ao tomar a palavra uma “tagarelice desenfreada” explodia sem pausas de reflexão, assim a ausência do silêncio leva a falta de sentido (ORLANDI, 1995, p.71). Além disso, essa personagem não

¹⁰³ Segundo o narrador: “Abria e fechava as pernas batendo com os calcanhares na barriga da montaria; sapecava o chapéu desbeirado nas ancas ossudas que escondiam o cu chupado; fungava e abria os braços em desespero, em tempo de pular da sela e sair em suas próprias pernas desabalado” (p.147).

apenas comunicava concisamente uma informação, pois não contava somente o que ocorreu, mas como um prosador, ficcionalizava os fatos “aumentando a proporção de tudo o que poderia ser verossímil” (p.151), e com isso encantava e arrebatava a atenção dos outros.

Burunga é portador da “palavra endemoniada”, que além de desestabilizar o ambiente onde é proferida provoca o riso. Tal manifestação, assim como a palavra imprudente, que por não saber cessar gera a “leviandade e a ausência de responsabilidade” (SCIACCA, 1967, p.55), é uma expressão contraproducente¹⁰⁴, condenada no ambiente sério do engenho que vivia centrado sob convenções e regras, já que desencadeava o desrespeito com as situações graves. A falação desenfreada de Burunga, libertação de uma força cega, obstinada e surda, não queria outra coisa senão persistir, fazer-se ouvir de tal modo que nada mais pudesse ser escutado. Nesse sentido, a falação desmedida aproxima-se ao que Kovadloff chama de ruído¹⁰⁵, porque o ruído espalha a intolerância, sustenta-se no esteio de sua potência locutiva, converte-se no centro insuportável da atenção de seus ouvintes: “o ruído triunfa [...], ensurdece, perturba e altera. Destrói, em última instância, o seu receptor” (2003, p.86). Da mesma forma constitui-se a fala de Burunga, em que a reflexão e o diálogo são postos de lado e dominados pela desmesura rude, pelo fragmentário e pela ânsia do sujeito que deseja *jogar tudo para fora*.

Destarte, o patriarca reprovou a capacidade do irmão provocar zombaria de uma situação tão calamitosa¹⁰⁶. Contudo, aquele tinha um modo especial de repreender a conduta do consanguíneo: o silêncio materializado na expressão corporal, em que nenhuma palavra exprobrativa foi proferida:

Depois de menear a cabeça num gesto reprovativo, meu avô desceu a carranca que ensombrou o rosto, como se quisesse fazer notar que seu irmão era mesmo um desmiolado sem jeito, a ponto de tomar do sério e do risível e misturar tudo numa embrulhada desgraçada [...].

Depois de despejar para si mesmo a zangaria [...] deu meia volta ríspido e rápido, e foi direto se trancafiar no quarto assoalhado [...]. (p.151-152) (grifos meus)

¹⁰⁴ Negatividade que é antecipada no interior da narrativa, isto é, no décimo terceiro capítulo o narrador abre na página 99, um dos livros que encomendara, e lê a seguinte frase do filósofo francês Henry Bergson: “o riso é antes de tudo um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima uma impressão penosa” (p.126).

¹⁰⁵ Kovadloff contrapõe o ruído a música. A última é uma forma de manifestação do silêncio primordial, visto que nos reconstitui, nos leva a um silêncio externo, ela não designa o silêncio, mas o prolonga, é o som que penetra no silêncio, reverso ou contra-cara dele. O ruído, por sua vez, quebra com a harmonia e a tranquilidade do silêncio, é o estrondo, a algaravia, o barulho que não leva o seu ouvinte a plenitude, mas sim a inquietação.

¹⁰⁶ Reprovação realizada em silêncio, mas que o neto-narrador subjetivamente reproduz da seguinte forma: “Onde já se viu tamanho destampatório? Burunga é mesmo um telhudo! Sempre a caçoar de tudo quanto é miséria. Pois que não é que num aperto de tamanha gravidade fica aí com os seus pinotes e deboches, obrigando o povo a faltar com o devido respeito, a rir de uma desgraça desta? O diabo parece que tem o tutano mole! Só mesmo sina de um destambocado, de um desmerecido da cabeça!” (p.152).

Convém mencionar, que o isolamento do senhor no “quarto assoalhado” foi a consolidação exterior do seu silêncio, da mesma forma que o isolamento no monastério é a materialização do silêncio para o homem santo (STEINER, 1988, p.31). Em contrapartida, o homem santo busca a paz na quietude, já o avô untou os rifles com azeite de mamona, arquitetando assim, uma forma de vingança contra a afronta que sofrera. Nessa situação em específico, o silenciamento dessa personagem é a expressão mais concreta das tensões que afligem sua identidade social; pois, para não cair no perigo da banalidade, o homem distinto precisa evitar o quanto pode expor o seu pudor ofendido por meio dos automatismos do já-dito, “para *falar*, tem de *exilar-se*, com a linguagem, para a beira do silêncio, posto avançado” da autenticidade de poder (CARONE, 1979, p.91).

A partir de então, o silêncio do patriarca que teve a honra duplamente ultrajada – pelo roubo das suas éguas e pelo espetáculo tragicômico apresentado pelo irmão – perdurou por um longo tempo. Primeiramente, o senhor silenciou a sua indignação, depois deixou o local do espetáculo de um modo particular: sem nenhum pronunciamento verbal. A ausência deste transformou-se em uma presença insuportável, uma ausência que se fez ouvir, que fez a diferença, que produziu um efeito denso, visto que todos os espectadores compreenderam a manifestação corporal e reconheceram o seu silêncio intimidador, entenderam a gravidade da notícia e da forma como ela foi transmitida, e como súditos receosos, abandonaram o local:

à sua maneira nos convidava a ir recolhendo a alegria em temida adesão a sua autoridade de dono da casa. Censurados por uma voz obscura, pelo peso de uma ausência que incomodava, todos nos dispersamos de uma vez só, como se estivéssemos cúmplices contra o engenho de tio Burunga que ali magicava aos borbotões. (p.153)

Dessa forma, a retirada taciturna do patriarca de onde desenrolou-se o espetáculo de Burunga configura, de modo explícito, a assertiva de Bourdieu, que “a censura mais radical é a ausência” (2001, p.55), porque essa atitude do senhor foi sentida por todos os presentes como uma represália. Conseqüentemente, o engenho do Murituba foi varrido por uma onda de *silêncio local*, oriunda das tensões do patriarca, que alastrou-se por todo o espaço doméstico, arrebatando falas e ceifando todas as manifestações verbais a respeito da situação complexa que estava se desenrolando.

A interdição do discurso referente ao roubo das éguas e a futura vingança foi compreendida por todos os integrantes do grupo familiar, que atentos ao comportamento do senhor sentiram-se tocados pelo seu silêncio. Na realidade, os familiares e demais dependentes conheciam as formas cruéis que os coronéis utilizavam para vingar a honra e demonstrar o

poder¹⁰⁷, e, dessa maneira, sentiram o peso intimidador que exalou da sua quietude – da crueldade não pronunciada, mas prestes a ser praticada –, e como vassallos disciplinados, também se calaram. Entretanto, o neto, na época em que se desenrolou tal episódio, ainda era um menino que não havia internalizado as regras dos jogos sociais e por isso apenas sentiu o silêncio e não compreendeu:

[...] embora escapasse a meu entendimento. O certo é que se podia pegar no vazio do ar uma esquivança esquisita e contagiante que tinha tudo a ver com o incidente que tio Burunga relatara cheio de graça e paixão, um clima de tensão e mistério que minha cabeça de menino não tinha como decifrar. (p.154)

Intrigado e curioso, testemunha ocular do episódio, ele acompanhou a movimentação calada atentamente: no terreiro da casa-grande os jagunços, Juca e Maçu, “mudos e perfilados” (p.154) aguardavam o patrão com três cavalos. Após algum tempo o senhor aproximou-se deles e atirou-lhes um rifle para cada um, montou em seu animal e partiram os três. O avô com a “feição durona”, na qual era perfeitamente visível, como alguma coisa física, a “raiva contida” e o “ódio coagulado” (p.154), partiu perturbado e calado, sem destinar uma palavra, uma ordem ou recomendação aos agregados e familiares, um aceno ou sequer um olhar de despedida para a esposa.

Na perspectiva do narrador, que no momento do registro desse caso já é um cinquentão que duramente aprendeu as regras dos jogos sociais, o comportamento soturno intensificado pelo peso do silêncio foi, além da resposta imediata a ofensa que sofrera, uma *performance* realizada pelo avô, indivíduo condenado a representar o papel social de homem macho que detém o poder: “Certamente caprichava em ser imperscrutável, em também ostentar mais negra a sua fúria, a fim de tornar mais temerosa e adensada a grande honra!” (p.155). Além disso, é relevante lembrar que “a seriedade deixa mais pesada as situações sem saída” (BAKHTIN, 1997a, p.374). Por conseguinte, todas as testemunhas da movimentação “procuravam se anular diante do chefe [...] se afastavam e se encolhiam com medo” (p.155). A *performance* do avô demarca a manutenção da asfixia dos sujeitos e dos sentidos sobre o caso, ou seja, o silêncio conservado pelo patriarca gerou uma censura radical naquele momento,

¹⁰⁷ Opressão, violência e maldade eram armas comuns utilizadas pelos coronéis em respostas a determinadas situações (QUEIROZ, 1976, p.173, PANG, 1979, p.189). Armas essas também utilizadas pelos senhores de engenho do romance de Dantas, os quais “chegavam ao requinte de competir entre si no exercício das mais perversas e engenhosas formas de crueldade que destinavam aos infratores recalcitrantes, é porque nenhum deles queria ser reconhecido como um toleirão de bunda mole, nem como o alvo mais vulnerável à pontaria dos gatunos que calculavam e espreitavam espalhados por aí. Se preciso fosse, arrastariam pelas estradas da noite as tripas de cada filho da peste, mas ser besta não! A truculência era então, naqueles tempos despovoados, tão propícios ao furto e ao homizão, um modo natural de se defender e se impor” (p.238).

porque os integrantes do grupo sentiram que não havia a possibilidade do dizer, qualquer manifestação verbal era compreendida como algo proibido. Apenas a avó, sua companheira há mais de quarenta anos, não se sentiu completamente censurada e teve a coragem de romper a barreira da interdição para despedir-se e abençoar o marido. No entanto, a saudação amedrontada não foi ouvida e nem respondida pelo marido.

A ausência do avô com os jagunços estendeu-se por dois dias inteiros. Dias marcados pela alternância entre períodos de interdição discursiva e períodos em que a comunicação verbal era quase nula, realizada com “meias palavras” (p.158). Depois que o senhor partiu a “casa-grande se fechou em luto” (p.157), as filhas, convocadas pela irmã mais velha – Tia Justina –, de joelhos ao pé do oratório rogavam a todos os santos, em especial a Nossa Senhora da Conceição, proteção ao pai. Enquanto isso, os filhos homens, juntamente com os moradores mais antigos do engenho e os agregados, demonstravam solidariedade ao dono da casa, visto que em estado de prontidão movimentavam-se constantemente pelo terreiro do Murituba, na tentativa de identificar no horizonte algum sinal ou pedido de socorro a que pudessem atender. Tal movimentação fora do convencional provoca a curiosidade não apenas das criadas, que “cochichavam pelos cantos, assanhadas, se peneirando de curiosidade” (p.157); como também do neto, que “perguntava... e perguntava sem parar” (p.158); e de Burunga que “de hora em hora [...] riscava ali farejando novidades” (p. 159). Contudo, todas as expansões, todos os transbordamentos explícitos de curiosidade, todas as insinuações sobre o caso que se desenrolava eram censuradas de modo ríspido pela sinhá que exigia que o silêncio fosse mantido, como se nada de anormal estivesse ocorrendo no engenho.

Para o desapontamento das expectativas do menino que ansiosamente acompanhava o episódio misterioso, que alterou os hábitos rotineiros do engenho, a chegada do senhor não foi diferente da sua partida: “Mudo meu avô saíra... calado chegava” (p.161). Todavia, o silenciamento do patriarca já não era mais o mesmo, quer dizer, o silêncio agressivo, motivado pela raiva e pelo ódio do homem que teve a honra ferida e ansiava por vingança, dera espaço a um silêncio soturno e enigmático materializado na feição entorpecida e inescrutável que o patriarca mantinha no seu retorno.

A quietude da chegada aproxima-se do silêncio mencionado por Benjamin daqueles que voltavam da guerra, “não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (1985, p.198), as situações traumáticas pelas quais passaram os combatentes configuram-se como acontecimentos inenarráveis aos seus descendentes. O senhor e os jagunços além de carregarem o mesmo fardo de pobreza de “experiência comunicável” dos

guerreiros, ainda conservavam no silêncio uma perceptível mescla de sentimentos como a frustração e a impotência, já que “pareciam até que chegavam de um velório, ou de um enterro de longa caminhada, desenganados do morto que na funda cova ficara” (p.160).

O retorno dos homens ao engenho não foi saudado pelos integrantes do grupo familiar, ao contrário, todos permaneceram artificialmente imóveis, quietos, estáticos e indiferentes. O menino percebeu a encenação representada pelos atores do drama:

As pessoas que rondavam ali por perto, ao invés de acorrerem para recebê-los e felicitá-los de algum modo prestativo [...] se faziam de indiferentes e desentendidos, como se nada de incomum alterasse o ritmo daquela casa. *Dissimulados, todos sufocavam a curiosidade se escondendo pelos cantos ou se apadrinhando nos portais, acho agora que para facilitar as coisas para meu avô, para ajudá-lo a enterrar bem no fundo do silêncio a verdade impronunciável, para sempre lacrada a clara de ovo e breu, na tácita convivência do círculo de tutelados.* (p.160-161) (grifos meus)

O silêncio, neste momento, adquire densidade, torna-se um fardo carregado e conservado simultaneamente por dois pólos opostos de poder. De um lado, os vassalos desejavam tomar conhecimento das peripécias realizadas pelo senhor, mas o medo da represália destinada à expansão indevida fez com que os mesmos sufocassem as suas palavras e, em respeito ao seu amo, permaneceram em silêncio para melhor lhe servir. A casa-grande foi coberta por uma névoa de censura que mais parecia um “nó de chumbo” que atava “as vozes pela cepa” (p.163). Entretanto, se a palavra enunciada em voz alta é oprimida, a ânsia da especulação ultrapassou os limites da comunicação verbal: “de vez em quando os olhares se cruzando com a mesma gana e a mesma sede, falando mais alto do que as bocas” (p.162-163). Por outro lado, o senhor de engenho permaneceu em silêncio, porque essa foi a forma utilizada para intimidar os outros, para refrear a indiscrição alheia. Não obstante, ficar calado, não permitir que nenhuma alusão sobre o ocorrido fosse manifestada foi o modo mais eficaz de esquecer a experiência traumática que passara. O trauma, conforme Jeanne Marie Gagnebin, “é a ferida aberta na alma, no corpo, por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular, sob a forma de palavra, pelo sujeito” (2006, p.110). Igualmente, as feridas abertas na alma do avô lhe forçam manter aprisionada a “verdade impronunciável”, verdade que contém um peso doloroso e não pode ser transmitida através de palavras. Mas que verdade seria essa?

Ainda que o narrador defenda que nunca conseguiu desvendar o ar sombrio do antepassado durante a sua chegada, “se por dentro ruminava o logro da captura, ou a refrega com todo o ritual de crueldades” (p.160), pois jamais alguém confirmou se o senhor ganhou ou

perdeu. Mediante as reflexões do escrivão é lícito afirmar que a “verdade impronunciável” refere-se à perda de poder do patriarca, configurada, em primeiro lugar, nas imagens contrárias da partida e da chegada dos homens que se foram num galope duro, seguros e altivos, com os rifles entupidos de balas, todavia, voltaram “todos visivelmente afadigados, sem a viveza da expectativa que levaram e largaram ninguém sabe onde. Os cavalos desbarrigados fediam a suor dormido” (p.160). Em segundo lugar, se o patriarca realmente tivesse recuperado as éguas, por mais que houvesse utilizado meios cruéis para isso, não se sentiria constrangido em revelar a verdade a todos. Todavia, durante o jantar, momento em que todos continuavam calados, censurados pela quietude e seriedade do dono da casa, o neto apreensivo perguntou se as éguas haviam sido encontradas. Contrariando as expectativas do menino, o avô:

desceu mais a viseira da carranca, baixou a caneca de café e, por um instante imobilizado ante meus olhos apatetados, levantou-se de sopetão por dentro de um só arranco, derrubou o tamborete de gaveta e saiu para se espichar na rede, naturalmente trancafiado por dentro da camarinha, com medo das invencionices de menino, *fugindo da pergunta que nunca mais lhe seria repetida, porque logo depois peguei a perceber que a resposta requerida ultrapassava os seus poderes [...]. De certa forma, ia assim aprendendo a conviver com os desgastes que meu avô vinha sofrendo...* (p.164-165) (grifos meus)

No trecho, o silêncio reflete a realidade do sofrimento do senhor, sofrimento que não podia ser expresso através de palavras, pelo motivo de que se tratava da experiência inenarrável da perda do seu poder. Nesse sentido, durante o período em que ficou fora do engenho, ele não enfrentou nenhuma guerra, mas certamente passou por experiências traumáticas, situação essa que feriu profundamente o seu amor-próprio, e conseqüentemente, gerou uma “verdade impronunciável”, que precisava ser mantida em silêncio tanto pelo patriarca quanto pelos seus súditos, uma vez que “sobre o que não se pode falar, é preciso calar” (WITTEGENSTEIN, 1994, p.281).

No romance, essa personagem representa o modelo de masculinidade que nas sociedades patriarcais os homens de mando são obrigados a reproduzir. Assim, o avô era condenado a desempenhar ininterruptamente uma identidade social diante dos outros para conservar o seu poder, manter a sua honra e sua virilidade. Logo, como um senhor legal, ele também obedecia a uma ordem impessoal que orienta as suas ações. Dessa forma, o patriarca, em seu período de glória financeira e moral, mesmo dispondo da posse da palavra adere ao silêncio, pelo motivo de ser um instrumento que demarcava o distanciamento social, enfatizando a sua soberania de patrão. A sua reserva discursiva foi, por um longo período, o silêncio do poder, do homem que precisava mostrar-se lacônico e austero para conservar o

respeito dos outros. Silêncio que tinha a capacidade de difundir não somente a intimidação, mas também provocava a censura, porque os sujeitos diante do *pater-famílias* compreendiam o que podia ser dito e o que não era permitido ser pronunciado. Por outro lado, com a ruína financeira que acarretou a decadência moral e, a perda da palavra de ordem, o senhor fechou-se não mais em um silêncio que intimidava e provocava respeito, mas refugiou-se em um silêncio doloroso do indizível, no qual “as palavras ficam cada vez menos adequadas à tarefa de reproduzir a revelação” da experiência frustrante (STEINER, 1988, p.60), inenarrável, que reflete a derrocada do poder do grande *pater-famílias*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A vida se move entre palavras e entre silêncios. Entre silêncios e palavras nos movemos” (CLEMENTE, 1978, 55). Os mortos que o narrador-escrivão ressuscita, através da labuta com a memória e imortaliza-os por meio do registro no papel, movem-se mais entre silêncios do que entre palavras. Até mesmo o próprio tabelião movimenta-se silenciosamente, ou melhor, é obrigado a permanecer isolado do convívio humano (apenas a Tia Justina lhe faz companhia) e em silêncio, visto que afrontou os poderosos locais. Assim, o registro escrito é o meio que encontra para transmitir a sua angústia sem pronunciá-la em voz alta.

Dessa forma, o narrador através da aquiescência do ato rememorativo chama à atenção para personagens caladas que vagaram em uma sociedade nordestina estratificada e patriarcal dos fins do século XIX e começo do século XX, onde a desigualdade social – e também de gênero – não as atinge apenas econômica e moralmente, como também lhes calcina o discurso. A dominação social apresenta como uma das suas faces a repressão discursiva, a qual além de sequestrar as vozes, ainda estabelece os limites do dizer, e com isso controla as identidades de todos os indivíduos que vivem sob o domínio das relações de poder.

Logo, o silêncio identificado no romance *Coivara da Memória* afasta-se da definição dicionarizada de “interrupção do ruído, sossego, calma” (BUENO, 2005, p.636), pois as personagens não optam em ficar em silêncio por vontade própria, como se pretendessem alcançar o equilíbrio espiritual. Ao contrário, os sujeitos desvalidos do município de Rio-das-Paridas, bem como o Avô e a Avó, são obrigados a controlar as expansões, a abafar as vozes e a fazer uso da palavra apenas em situações extremas. Isso ocorre devido ao fato dessas personagens estarem inseridas em um ambiente reificado que não apresenta possibilidade de transcendência, submetido às rígidas regras sociais e códigos morais. Assim, a forma de silêncio que foi privilegiada nesta dissertação aproxima-se da acepção de “estado de quem se cala ou privação de falar” (BUENO, 2005, p.636).

Diante disso, os indivíduos dessa sociedade patriarcal transformam-se em seres ensimesmados, semimudos, fechados nos condicionamentos sociais. Obrigados a reproduzir determinados papéis eles vivem calados reprimindo suas palavras, porque essa é a forma de resistirem num mundo hostil e de enfrentarem a luta diária pela sobrevivência. Entretanto, a privação do falar não é sentida, muito menos configurada de modo igual pelos sujeitos, cada personagem encarna uma forma diferente desse elemento polissêmico da linguagem.

Garangó é a representação da total repressão da palavra, ele é a materialização do silêncio. Como escravo fugido que revidou o ato de violência que sofrera, ele precisa a qualquer custo evitar as tramas ardilosas que os homens de poder armam através das palavras para condenar os desvalidos. Para ele, diferente da avó, até é dada a oportunidade de expressão, todavia essa possibilidade é renegada e ignorada pelo escravo. Ele opta pelo silêncio, refugia-se em seu “mutismo de bicho” (p.259), porque, supostamente, sabe que as palavras dos pobres são desprovidas de valor e quando pronunciadas em situação de risco, voltam-se contra quem as enunciou. Apesar desse empregado do engenho saber utilizar as palavras, visto que, conforme a precatória da justiça, ele tinha uma educação apurada, prefere o silêncio, pois essa é a única forma de manter a própria vida. Parece que essa personagem tem conhecimento de que “as palavras distorcem” e que “palavras eloqüentes distorcem de modo absoluto” (STEINER, 1988, p.172).

A Avó e o Garangó são irmãos de sofrimento, sujeitos dominados que ocupam uma posição inferior na estrutura da sociedade patriarcal. Através dela, o narrador expõe nitidamente que “a palavra feminina, existente, viva” é sempre “censurada, limitada ou, no mínimo, matizada pelo discurso masculino” (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p.517). Como mulher, a avó é impulsionada, desde a infância, a cumprir o destino do gênero feminino: ser filha, esposa, mãe e empregada. Ela desempenha o papel social de senhora de engenho, no entanto, em nenhum momento da narrativa nos é transmitida uma imagem de fragilidade, mas sim de um ser extremamente forte, independente e solitário. Na época de ápice financeiro, sua voz vigorosa soava ordenando os empregados; com o decorrer do tempo, a voz calou-se e sua labuta aumentou, passou a trabalhar arduamente na propriedade rural. A ela não é dada possibilidade de expressão, a palavra lhe é negada desde a adolescência e sua voz irada apenas é dirigida aos empregados e meninos. Integrante de uma sociedade dominada por um prisma masculinizado, que impõe o silêncio autoritário à voz do sujeito feminino, essa personagem é reduzida à mudez, os únicos momentos em que ousa romper os limites simbólicos da dominação que a aprisionam no silêncio, é quando tem o seu trabalho desrespeitado, mas mesmo assim, não se arrisca a erguer o tom da voz contra o marido, apenas resmunga, rosna e o afronta por meio da expressão corporal.

Por sua vez, o Avô é a representação da força onipotente e absoluta do silêncio que paira acima de todas as circunstâncias e oprime. Por meio dessa personagem, o narrador dá visibilidade à parcela da população dominante, os homens que detém o poder da palavra e utilizam o silêncio como instrumento para ressaltar a sua diferenciação. Como senhor de

engenho, ele era a autoridade máxima de sua propriedade, ordenava sem dever satisfações a ninguém, suas ordens eram cumpridas, suas palavras dotadas de valor eram por ele mantidas sob qualquer circunstância. O grito, expressão de poder, em muitos momentos era substituído pelo silêncio, arma mais potente com capacidade de infundir o temor e, principalmente, de transmitir mensagens de opressão sem precisar recorrer ao pronunciamento verbal. Todavia, com o declínio financeiro que acarreta a decadência moral, o senhor passa a ser alvo de desrespeito dos filhos e empregados, com isso, a sua palavra perde o vigor, sua presença não gera intimidação e o silêncio da amargura passa a ser o refúgio para o “pobre rei” (p.27). Assim, confirma-se a assertiva de Sciacca, de que “o silêncio é indício de seriedade [...]. É também consciência das nossas fraquezas, da fragilidade dos propósitos firmes” (1967, p.47).

Assim, a narrativa de Dantas dá visibilidade à condição humana dos sujeitos esmagados pela opressão, pelo embrutecimento das relações de poder e pela miséria que lhe são inerentes. Por meio da reconstituição da imagem dura e austera da vida das personagens, o autor sergipano representa a existência dos seres na repressão mordaz da palavra, na censura, na interdição da fala. Desse modo, o tabelião recupera o silêncio, no viés sociológico mais intenso, que consome os dias do avô, da avó, do Garangó e de todos os homens, mulheres e desvalidos, habitantes de Rio-das-Paridas.

Consciente da incompletude¹⁰⁸ de minha pesquisa, convicta de que determinadas questões sobre o silêncio não foram devidamente observadas, compreendo que o romance está, pois, aberto para novas interpretações. Este é o caso do silêncio do narrador-protagonista, personagem que paradoxalmente encontra-se entre o silêncio e a palavra. Em silêncio, porque não somente, em grande parte da narrativa, encontra-se sozinho no quarto da “casa-cadeia” (p.47), como também na posição de sujeito que não se encaixa nos moldes da sociedade, é preso na tentativa dos “mandachuvas” (p.271) do município silenciarem suas expansões. Por outro lado, esse narrador tem o poder da escrita, utiliza as palavras, para silenciosamente transmitir a sua experiência, e a experiência de outros tantos personagens. Além disso, como escrivão do cartório local, é o homem que tem o poder de tudo registrar e eternizar por meio da palavra, ocupando, assim uma posição privilegiada em relação aos demais.

¹⁰⁸ Incompletude consciente devido ao fato de que o silêncio é um elemento multifacetado que sempre possibilita que novas significações brotem a cada leitura, pois como defende Sciacca “encantador ou insuportável, aceito ou rejeitado, sofrido ou evitado, o silêncio tem uma potência tão infinita quanto o infinito de nossa interioridade” (1967, p.35).

Enfim, certa de não ter esgotado as infinitas possibilidades de interpretação acerca da presença do silêncio no romance, mas motivada pela esperança de ter contribuído para os estudos sobre *Coivara da Memória*, creio que consegui demonstrar que a zona de silêncio que permeia as relações inter-humanas desempenha um papel de destaque na narrativa e chega, por si mesma, a servir como veículo gerador de questões sempre atuais, como por exemplo, sobre a limitação discursiva, a qual estamos expostos continuamente na vida em sociedade, pois como alerta Foucault “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (2008, p.9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Francisco J. C. Dantas

DANTAS, Francisco J. C. *Cartilha do silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Coivara da Memória*. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. *Os Desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Sob o peso das sombras*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

Estudos sobre *Coivara da Memória*

CHIOSSI, Eliana Mara de Freitas. *Nas trilhas e tramas do regionalismo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1996.

GERÔNIMO, Sidiney Menezes. *Lavoura de Delícias: visibilidades de gênero nos romances de Francisco J. C. Dantas*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SACRAMENTO, Adriana Rodrigues. *À sombra de uma barriguda: memória e experiência em Coivara da Memória, de Francisco J. C. Dantas*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

Demais obras:

ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio. In: PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do nordeste (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANDRADE, Maria Luzia Oliveira. Patriarcalismo e Rupturas em *Cartilha do Silêncio*. *Revista Ponta de Lança*. São Cristóvão, n.3, out.2008 – abr.2009. Disponível em: http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/ponta_de_lanca/revistas/art3.pdf, Acesso em: 25 de agosto de 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 a.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997 b.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedito Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zhar Editor, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 1980. v.II

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: ____ *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.197-221.

____. A imagem de Proust. In: ____ *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.36-49.

BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: da Universidade/ UFRGS, 1992. 85p.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix. 1995.

____. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papius, 2000.

____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2005. p.146.

CARONE, Modesto. *A poética do silêncio: João Cabral de Melo Neto e Paul Celan*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CASTELLO, José Aderaldo. Produção literária do Modernismo plenitude e transformação: 2º prosa de ficção 2. novas contribuições In: ____ *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. p.17-33.

CASSIRER, Ernest. *Linguagem e Mito*. Tradução de J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 23 ed. Tradução de Vera da Costa e Silva (et. Al). Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CLEMENTE, Elvo. *A Palavra*. Petrópolis: Vozes, 1978.

DANTAS, Ibarê. As mutações do coronelismo. In: BARREIRA, César (org). *Relações de Trabalho e Relações de Poder: mudanças e permanências*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1986. p.363-380.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.241-277.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 1976, v. II.

FARINACCIO, Pascoal. Francisco Dantas – *Cartilha do Silêncio*. Disponível em: <http://www.criticaecompanhia.com/pascoal.htm> . Acesso em 20 de dezembro de 2009.

Canta Maria: o filme. Disponível em: <http://www.cantamariaofilme.com.br>. Acesso em 13 de outubro de 2009.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Orígenes de la familia moderna: la familia, el parentesco y la sexualidad em la sociedad tradicional*. Traducción castellana de Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CEP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Avila Bertaso, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 16 ed. Tradução de Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, v.II.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, v.I.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 v.II

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O Rastro e a Cicatriz: metáforas da memória. In: *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p107-118.

GERÔNIMO, Sidiney Menezes. *Lavoura de delicias: visibilidades de gêneros nos romances de Francisco J. C. Dantas*. São Cristóvão, 2008.

GUSDORF, Georges. *A fala*. Tradução de João Morais Barbosa. Edições Despertar Porto: Porto, 1970.

HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e O Estrangeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

KIERKEGAARD, Soren. *Temor e Tremor*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Livraria Exposição do Livro.

KLAPISCH-ZUBER, Danielle. A palavra das mulheres: Vozes Literárias, vozes místicas. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Tradução de Maria Helena da Cruz Coelho e outros. Porto: Edições Afrontamento, 1990, v.2.. P.517-599

KOVADLOFF, Santiago. *O silêncio primordial*. Tradução de Eric Neopomuceno e Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

KOURY, Mauri Guilherme Pinheiro. Trabalho e Disciplina (os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920). In: BARREIRA, César (org). *Relações de Trabalho e Relações de Poder: mudanças e permanências*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1986. p.134-149.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-ômega, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

PAES, José Paulo. No rescaldo do fogo morto: sobre Coivara da Memória, de Francisco Dantas. In: _____. *Transleituras*. São Paulo: Ática, 1995.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

REBELO, António Manuel Ribeiro. A idéia da cidade na antiga Grécia e actualidade de seus valores. In: *Biblos. Cidade (s) e cidadania*. Revista da Faculdade de Letras: Universidade de Coimbra. V.4. série 2, 2006. p.13-35.

ROMANO, Jorge O. Identidade e política. Representação e construção da identidade política do campesinato. In: BARREIRA, César (org). *Relações de Trabalho e Relações de Poder: mudanças e permanências*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1986. p.194-204.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAYÃO, Débora Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. In: Revista Perspectiva, v.21 n.01, jan/jun 2003. Editora da UFSC: NUP/CED. Florianópolis.

SCIACCA, Michele Federico. *Silêncio e Palavra*. Porto Alegre: Nação, 1968.

STEINER, George. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. Tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. Tradução: Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

WEBER, Max. Tipos de dominação. In: _____. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia compreensiva*. Tradução de Johannes Winckelmann. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1991, v. I, p.139-198.

_____. Classe, “status”, partido. In: VELHO, Otavio Guilherme. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.61-83.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EdUSP, 1994, p.281